



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

ANA LÚCIA GUERRA MILITO

**O (DES) CONCERTO DA IRONIA: A MÁSCARA DA DEMOCRATIZAÇÃO
BRASILEIRA, O PODER E O ESPETÁCULO POLÍTICO NOS ARTIGOS
OPINATIVOS DE ROBERTO POMPEU DE TOLEDO**

Maceió

2017

ANA LÚCIA GUERRA MILITO

**O (DES) CONCERTO DA IRONIA: A MÁSCARA DA DEMOCRATIZAÇÃO
BRASILEIRA, O PODER E O ESPETÁCULO POLÍTICO NOS ARTIGOS
OPINATIVOS DE ROBERTO POMPEU DE TOLEDO**

Tese apresentada e submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Linguística, área de concentração em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Helson da Silva Sobrinho.

Maceió

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M644d Milito, Ana Lúcia Guerra.
O (Des) concerto da ironia : a máscara da democratização brasileira, o poder e o espetáculo político nos artigos opinativos de Roberto Pompeu de Toledo / Ana Lúcia Guerra Milito. –2017.
159 f.

Orientador: Helson Flávio da Silva Sobrinho.
Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 155-159.

1. Toledo, Roberto Pompeu, 1944- - Artigos opinativos. 2. Análise do discurso.
3. Ironia. 4. Jornalismo. 5. Ambiguidade. 6. Sentido derrisório. I. Título

CDU: 801:070



TERMO DE APROVAÇÃO
ANA LÚCIA GUERRA MILITO

Título do trabalho: "O (DES)CONCERTO DA IRONIA: a máscara da democratização brasileira, o poder e o espetáculo político nos artigos opinativos de Roberto Pompeu de Toledo"

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTORA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Profa. Dra. Maria Stela Torres Barros Lameiras (Ufal)

Profa. Dra. Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires (Ufal)

Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães (PPGLL/Ufal)

Prof. Dr. Paulo Rogério Stella (PPGLL/Ufal)

Maceió, 21 de agosto de 2017.

*Aos que são tu pra mim
Aos que são eu pra mim
Aos que são um nós comigo junto*

A meu pai, João Nivaldo (*in memoriam*), pela lembrança sempre presente de um amor maior; pela sua proteção amorosa dedicada à família, por seu exemplo único e inesquecível, que moldou meu caráter e minha formação como pessoa.

À minha mãe, Olívia, pelo seu amor e seus cuidados, sua preocupações, suas palavras de incentivo, sua música tocada ao piano, que sempre me acompanha, me embala e me conforta.

Aos meus filhos queridos, Daniel (*in memoriam*), Renata, Caio e Conrado, por serem parte importante de minha vida. Aos meus netos, Conrado, Caio Víctor, Marina e João Víctor, pela doçura, pela ternura e por tantas outras coisas boas que trazem à minha vida. Eu continuarei neles...

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pelo eterno redescobrir, pelas manhãs ensolaradas e maravilhosas, pelo dia clareando, pelo sol se mostrando por detrás das nuvens, pela chuva que traz bonança e felicidade ao sertanejo; por Suas bênçãos misericordiosas, pela perseverança e por Seu amor.

À equipe de professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), deixo aqui registrada minha gratidão de forma particular.

À professora e amiga de muitos anos, Maria Stela Torres Barros Lameiras, pelo apoio carinhoso, por seu estímulo constante e pela gentileza em me ceder vários livros, que me foram de grande valia a minhas leituras.

Aos professores Daniel Cruz e Paulo Roberto Stela, pelos momentos de incentivo e amizade. Às professoras e amigas queridas, Jacqueline Vásquez, Maria Aparecida Batista de Oliveira, Irene Diestchi e Ana Cecília Acioli, pela amizade carinhosa. Aos professores e amigos queridos, Paulo Leôncio e Sérgio Ifa, pelo grande carinho com que sempre me trataram.

Às professoras Belmira Magalhães, Maria do Socorro Cavalcante, Rita Souto Maior, Maria Stela Torres B. Lameiras e Rita Zozzoli, por terem me iniciado nos estudos da Análise de Discurso, com suas aulas plenas de discussões frutíferas e observações valiosas.

Ao professor Roberto Sarmiento Lima, por suas aulas primorosas, seu entusiasmo, seu grande conhecimento e sua habilidade em transmitir seus ensinamentos e por ter feito parte, de modo decisivo, desta minha caminhada.

Ao meu orientador, professor Helson Flávio da Silva Sobrinho – tão jovem, mas tão amadurecido e determinado –, pela sua paciência, por suas valiosas e substanciais contribuições dadas, tanto por ocasião do Exame de Qualificação quanto da Defesa, por acreditar em meu projeto de pesquisa, por ter compreendido minhas limitações e por ter me incentivado com sua orientação sempre segura, vigorosa e encorajadora.

Aos meus colegas do curso, sempre solidários e com palavras carinhosas e cheias de otimismo, com suas risadas e momentos inesquecíveis. Tudo isso não tem preço. A todos, meu muito obrigada!

Contei meus anos e descobri que terei menos tempo para viver daqui para a frente do que já vivi até agora. Tenho muito mais passado do que futuro. Sinto-me como aquele menino que recebeu uma bacia de jabuticabas. As primeiras ele chupou displicente, mas percebendo que faltam poucas, rói o caroço. Já não tenho tempo para lidar com mediocridades. Não quero estar em reuniões onde desfilam egos inflamados. Inquieto-me com invejosos tentando destruir quem eles admiram, cobiçando seus lugares, talentos e sorte. Já não tenho tempo para conversas intermináveis, para discutir assuntos inúteis sobre vidas alheias que nem fazem parte da minha. Já não tenho tempo para administrar melindres de pessoas que, apesar da idade cronológica, são imaturas. Detesto fazer acareação de desafetos que brigaram pelo majestoso cargo de secretário-geral do coral. As pessoas não debatem conteúdos, apenas os rótulos. Meu tempo tornou-se escasso para debater rótulos; quero a essência, minha alma tem pressa... Sem muitas jabuticabas na bacia, quero viver ao lado de gente humana, muito humana; que sabe rir de seus tropeços, não se encanta com triunfos, não se considera eleita antes da hora, não foge de sua mortalidade. Caminhar perto de coisas e pessoas de verdade, o essencial faz a vida valer a pena. E para mim, basta o essencial.

Ricardo Gondim

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar a presença da ironia e seus efeitos de sentido na constituição e no funcionamento da produção social de sentidos revelados no gênero discursivo artigo opinativo, da esfera jornalística, à luz da Análise de Discurso. Como o jornalismo é considerado um lugar de circulação e de construção do sentido, este trabalho também propõe uma reflexão sobre a Análise de Discurso como um ancoradouro basilar para revelar as vozes presentes em textos jornalísticos, tendo como enfoque a presença do fenômeno linguístico discursivo da ironia, do humor e da ambiguidade usados pelo jornalista em seus ensaios. Nesse sentido, o trabalho propõe-se a analisar os artigos de opinião do jornalista Roberto Pompeu de Toledo em sua crítica social, ao abordar o emaranhado da política nacional, destacando fatos da língua como o equívoco, as rupturas e os deslizamentos de sentidos, ocorridos no espaço lúdico de significação instaurado pela ironia. O *corpus* se compõe de oito artigos opinativos escritos por Toledo, publicados na revista *Veja* durante o período de 10 de janeiro de 2007 a 26 de outubro de 2016. Esses artigos abordam acontecimentos políticos que vêm ocorrendo no Brasil, em nossa sociedade contemporânea, ressaltando a íntima relação entre discurso e poder, bem como a ambiguidade da articulação irônica usada pelo jornalista em sua crítica social dos acontecimentos. O trabalho também considera que mesmo o discurso do jornalista, aparentemente guiado pela objetividade, está sujeito ao subjetivismo do autor – e, conseqüentemente, ao do leitor –, quando o jornalista ressalta o poder político, o abuso de poder, bem como problemas morais e sociais. As condições históricas e socioculturais podem ser observadas na crítica reflexiva de Toledo através da manifestação da ironia, articulada como um efeito do sarcasmo engendrado a um sentido de crítica derrisória.

Palavras-chave: Análise de discurso. Jornalismo. Mídia. Ironia. Ambiguidade. Sentido derrisório.

ABSTRACT

The purpose of this doctoral thesis is to analyze the presence of irony in the constitution and functioning of the social production of senses revealed in the discursive genre article of the journalistic sphere in the light of the Discourse Analysis. Since journalism is regarded as a place of circulation and construction of meaning, this work also proposes a reflection on the Discourse Analysis as a starting point for mapping out the voices present in journalistic texts, focusing on the presence of the discursive linguistic phenomenon of irony as well as humor and ambiguity used by the journalist in his professional performance. From this perspective, the thesis aims at analyzing the opinative articles of the journalist Roberto Pompeu de Toledo in his social critique, highlighting facts of language such as misunderstanding, ruptures and slips of meaning, which can be revealed in the ludic space of meaning established by irony. The *corpus* is composed of eight opinative articles written by Toledo, published in *Veja* magazine from January 10th, 2007 until October 26th, 2016. The selected essays deal with the analysis of the political events which haven't take place in Brazil, in our contemporary society, highlighting the intimate relation between discourse and power as well as the ambiguity of the ironic articulation used by this journalist in his social critique to current social events. The work also claims that even the journalist discourse, apparently guided by objectivity, is subjected to the author's subjectivism – and also to the reader's –, as the author points out the political power, the abuse of power, as well as moral and social problems. The socio-cultural and historical conditions can be observed in Toledo's analysis of press articles, through the manifestation of irony being understood as an effect of sarcasm intermingled with a critical and derisory sense.

Key-words: Discourse analysis. Journalism. Media. Irony. Ambiguity. Derisory sense.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	LINGUAGEM, DIALOGISMO, INTERAÇÃO VERBAL, ENUNCIÇÃO: O EU E O OUTRO NA CONCEPÇÃO DE BAKHTIN E O CÍRCULO.....	18
2.1	O fenômeno dialógico da comunicação: um palco onde são encenadas as trocas sociais, os discursos dos interlocutores.....	23
2.2	As instâncias de informação e de recepção e a comunicação midiática.....	28
2.3	Discurso, poder e verdade - o discurso informativo e outros tipos de discurso.....	33
2.4	A verdade do discurso - a construção social de um espelho deformante.....	37
3	O DISCURSO COMO EFEITO DE SENTIDOS ENTRE INTERLOCUTORES - O SUJEITO É UMA POSIÇÃO SOCIAL NO DISCURSO.....	44
3.1	Do sujeito iluminista ao sujeito descentrado da Análise de Discurso.....	49
3.2	O texto é um tecido de vozes.....	55
3.3	O enunciado : o elo da cadeia interativa que reclama outros dizeres.....	60
3.4	Discurso político e mídia: o jogo de máscaras de um universo construído.....	64
4	O JORNALISMO - A BUSCA PELA OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA E A INEVITÁVEL PRESENÇA DA SUBJETIVIDADE.....	71
4.1	A desconstrução do mito da objetividade jornalística.....	74
4.2	O gênero discursivo artigo de opinião.....	77
4.3	O (des) concerto da ironia: o lúdico associado ao riso, ao humor e ao sarcástico em um dizer não transparente.....	81
5	O <i>CORPUS</i> : REFLEXÕES E ANÁLISES.....	87
5.1	1º artigo: Vem aí o PAC.....	87
5.2	2º artigo: Palavras que ferem, palavras que salvam.....	93
5.3	3º artigo: O oligarca perfeito.....	102
5.4	4º artigo: Pode piorar sim, Tiririca.....	113
5.5	5º artigo: Alívio! Nunca mais nunca antes.....	121

5.6	6º artigo: Rolezinho em Lisboa.....	131
5.7	7º artigo: A xacina do texto.....	138
5.8	8º artigo: Coragem e audácia.....	143
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
	REFERÊNCIAS.....	155

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, devo confessar que, tempos atrás, eu era leitora assídua de crônicas e textos de jornalistas, cronistas e escritores que usavam as palavras de maneira tão sedutora e envolvente que mexiam com minha emoção. Os artigos de Lya Luft sempre provocam emoções, lágrimas e reflexões, revelando de maneira exata o que pensamos e, muitas vezes, não sabemos exprimir com palavras; também as crônicas de Marina Colasanti, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Luís Fernando Veríssimo, entre outros, sempre despertavam minha curiosidade e me traziam muita emoção.

Mas foi durante o curso de Mestrado em Linguística, do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, em 2003, incentivada pelas aulas de Leitura e Produção de Textos, ministradas pelo professor Dr. Roberto Sarmiento, que comecei a me interessar pelos artigos do jornalista e escritor Roberto Pompeu de Toledo. De fato, esta tese começou a se delinear a partir de uma inquietação, pois, desde que comecei a ler os ensaios desse articulista, lá estavam suas palavras elegantes e sedutoras a me tentar e me cativar, a fazer com que eu lesse cada vez mais seus artigos de opinião.

Com sua verve, seu estilo elegante, seu tom irônico, mordaz e irreverente, Toledo já chamava a atenção desde a época do mestrado, pelo desafio instigante que seus artigos apresentavam a todos nós, mestrandos, inquietos e pasmados com suas críticas, reflexões e argumentações sobre o momento político atual, com seus escândalos, falcatruas e segredos.

Seus textos, a uma primeira leitura, punham-me frente a frente com o risível, com o cômico, me propiciando um grande prazer. Suas palavras, às vezes elegantes e rebuscadas, outras vezes ricas em adjetivações, muitas vezes trazendo à lembrança excertos literários, prendiam minha atenção desde o início até o final da leitura. Ao me debruçar sobre seus artigos opinativos, encontrei uma língua sedutora, primorosamente organizada, mas também irônica, instigante e escorregadia. E foi a partir de uma segunda ou terceira leitura, por entre os meandros e as tramas dos artigos opinativos desse jornalista, que minha inquietação cresceu e me fez tomar a decisão de pesquisar o discurso e seus efeitos de sentido.

Em suma, foi impulsionada pelos artigos opinativos do jornalista e articulista

Roberto Pompeu de Toledo que comecei a refletir sobre o papel relevante da língua materializada na crítica político-social, nas relações de poder, revelando que essa abordagem se dá *através* da língua e *com* a própria língua, não transparente, com sua capacidade de significar-se, afetada pela história, revelando “o desvendamento de momentos ou aspectos de uma dada cultura, de uma dada sociedade” (BRAIT, 2008, p. 15). De fato, a partir dessa perspectiva, observa-se que existem relações determinadas entre sujeito, linguagem e história, e são essas relações que explicitam o surgimento, a circulação e a interpretação dos textos, revelando o discurso como um ponto de partida de uma “aventura teórica”.

Já no curso de Doutorado, tive oportunidade de poder refletir de modo mais profundo e sistemático sobre o fenômeno linguístico-discursivo da ironia em várias perspectivas: pragmática, psicanalítica e, mais especificamente, pela via da Análise de Discurso, ressaltando que a ironia é considerada como estratégia de linguagem que, “participando da constituição do discurso como fato histórico e social, mobiliza diferentes vozes, instaura a polifonia, ainda que essa polifonia não signifique, necessariamente, a democratização dos valores veiculados ou criados” (BRAIT, 2008, p. 16).

E por que Roberto Pompeu de Toledo? Seus ensaios (ou artigos de opinião, ou artigos opinativos), apesar de quantitativa e qualitativamente significativos, haviam sido pouco estudados pelo viés da ironia e seus efeitos derrisórios. Assim, me propus a abordar seus ensaios veiculados pela mídia impressa, nos quais o articulista apresenta suas críticas, reflexões e opiniões, revelando o discurso político como comentário sobre os acontecimentos – principalmente aqueles que tratam da desmistificação de crenças seculares sobre a linguagem e a política –, sem que o próprio jornalista esteja necessariamente voltado a fins políticos, embora nada possa ser considerado politicamente neutro.

Esse jornalista, escritor e articulista também foi escolhido pelo fato de ter abrangência nacional. Trabalhou no *Jornal da Tarde*, no *Jornal da República*, na revista *IstoÉ*, no *Jornal do Brasil* e na *Veja*, revista em que ocupou diferentes cargos, entre os quais o de editor-executivo e o de correspondente em Paris. Atualmente, Toledo trabalha para a revista *Veja*, faz reportagens especiais e mantém uma coluna publicada na última página da revista.

Ao selecionar o *corpus* da pesquisa, procurei refletir sobre os artigos do jornalista, especificamente os que revelam os “mecanismos discursivos produtores

de efeitos de sentido considerados 'humorísticos', procurando focalizar [...] as articulações configuradas pela ironia como confluência de discursos, como cruzamento de vozes" (BRAIT, 2008, p. 16).

Essa delimitação do *corpus* permite analisar a formação linguístico-discursiva da ironia, seus efeitos humorados e, muitas vezes, sarcásticos – representados por meio de seus efeitos derrisórios –, materializados em artigos opinativos do referido escritor e jornalista, considerados como lugar material de representação da ética, enquanto modo de ser das relações de poder que constituem o tecido político nacional. Essas características são materializadas nos textos que compõem o *corpus* de base arquivística: são oito artigos opinativos do referido jornalista, extraídos da revista *Veja*, publicados entre 10 de janeiro de 2007 a 26 de outubro de 2016.

Pela via do fenômeno linguístico-discursivo da ironia, o articulista faz uma análise da tessitura do *corpus*, destacando o que se mantém oculto ou silenciado pelas tramas do discurso político, seus pontos de deriva, seus deslizos e rupturas, seus efeitos de sentido considerados humorísticos, irônicos e zombeteiros, buscando também desmascarar uma pretensa objetividade em textos jornalísticos, considerados sérios e neutros.

Dessa maneira, por meio da análise de seus artigos, o trabalho sustenta, pelo viés da ironia, em uma perspectiva linguístico-discursiva e polifônica, a relação entre ironia, interdiscursividade e intertextualidade, numa combinação do discurso marcado pelo humor, pelo tom zombeteiro, pela derrisão¹ e, conseqüentemente, pela ambigüidade.

O **objetivo geral** do trabalho é analisar os artigos opinativos do jornalista mencionado, apontando que, pelo viés do fenômeno linguístico-discursivo da ironia, do humor e da derrisão, seus ensaios articulam os temas da política, da língua e da história, revelando ao leitor um novo olhar para o sentido, o sujeito e a História.

Os **objetivos específicos** são: a) identificar o discurso irônico ao revelar a máscara de democratização que os donos do poder usam no Brasil, como também destacar a memória da narrativa tradicional, transportada para os artigos de opinião

¹ Considerada um procedimento linguístico em que ocorre a associação do humor e da agressividade, a derrisão difere da pura injúria e, de maneira geral, causa efeitos, tais como: a provocação, a ridicularização e a desqualificação do oponente. Além de buscar a cumplicidade do leitor, outros efeitos também podem surgir por meio da zombaria, do gracejo, do trocadilho, do uso de implícitos, bem como a ironia, a antífrase, o sarcasmo, dentre outros (BONNAFOUS, 2003).

veiculados pela mídia; b) compreender e analisar os deslizamentos do espetáculo político pelo viés do fenômeno linguístico-discursivo da ironia, veiculados nos artigos que compõem o *corpus* da tese; c) apreender e interpretar a articulação das estratégias discursivas sobre o cenário político em nosso país; d) assinalar as características e finalidades do gênero discursivo artigo de opinião, interligando as percepções e estratégias dos sujeitos envolvidos – veículos, suportes, jornalistas e leitores – a uma visão abrangente do arcabouço teórico, fundamentado por analistas de discurso, estudiosos e autores conceituados que trabalham com a temática da tese.

O jornalista apresenta sua crítica político-social por meio de um discurso coeso, legitimado, que conta com a perspicácia e a credibilidade de seus leitores, apontando fatos escandalosos e manipulações do submundo da política em nosso país, desnudando o tráfico de influência que se insere nas esferas governamentais.

Na esteira dessas reflexões, o autor puxa os fios que entrelaçam a construção da realidade articulada pela mídia em um tempo marcado, principalmente, pela desonestidade, pela corrupção, pela falta de ética, tecendo as tramas de um melancólico espetáculo político.

Nesse sentido, o trabalho delinea um percurso interpretativo a partir da Análise de Discurso em diálogo com outros saberes, revelando as disputas do jogo político, do poder, da história e de sua memória, apontando que esse espetáculo político pode ser considerado um acontecimento que, por meio das reflexões e argumentações do jornalista em sua crítica social, propicia a compreensão de que, ao se analisar a significação, “importa tanto aquilo que é construção como o que é processo de autodestruição do sentido” (ORLANDI, [1983] 2012 b, p. 2).

O título desta pesquisa – **o (des)concerto da ironia: a máscara da democratização brasileira, o poder e o espetáculo político nos artigos opinativos de Roberto Pompeu de Toledo** –, também pode ser considerado um jogo linguístico sutilmente irônico com os termos *concerto*, *desconcerto*, *espetáculo*, *máscara*, entrecruzando o potencial semântico das palavras, já que a ambiguidade do procedimento irônico, materializada nesse jogo figurativo de palavras e metáforas, “multiplica suas faces e suas funções, configurando diversas estratégias de compreensão e representação do mundo” (BRAIT, 2008, p.13).

Ancorado em estudos e trabalhos baseados nos pressupostos teóricos apontados pelo Círculo de Bakhtin, bem como nos da Análise de Discurso de

orientação francesa – articulada, em 1969, por Michel Pêcheux –, este trabalho fundamenta seu arcabouço teórico em estudiosos da linguagem, como Pêcheux (2006; [1975] 2009; 2011), Bakhtin ([1929] 2009; 1997; 2013), Orlandi (1987; 1988; 1989; 1999; 2011; 2012a; [1983] 2012b), Indursky (1989; 1997), Maingueneau (1997; 2001), Brait (1989; 1997; 2008), Courtine (2006), Charaudeau (2012; 2013) etc. Em virtude de o eixo norteador deste estudo incidir sobre o fenômeno da ironia, a pesquisa também se ancora em linguistas e estudiosos do discurso, seus efeitos irônicos, humorísticos e derrisórios, como Brait (2008), Maingueneau (1997; 2001), Ida L. Machado (1995; 2004; 2012), dentre outros, que analisam textos – e até mesmo piadas irônicas – “relevantes para a análise do discurso, sobretudo pelo seu modo de funcionamento linguístico, sempre com fortes ingredientes de implicitude, de ambiguidade e de apelos intertextuais” (POSSENTI, 2010, p.14).

É preciso ressaltar também que, em um dos artigos analisados nesta investigação, nota-se a presença do fenômeno irônico estudado pela via da Pragmática, buscando destacar a maneira como os sujeitos se expressam em uma dada situação cotidiana, apontando que, em determinadas situações, o discurso irônico pode violar uma das máximas conversacionais da Pragmática. Assim, o propósito é ressaltar que a violação de uma dessas máximas conversacionais pode ser articulada como uma estratégia importante para a produção do humor (FIORIN, 2002).

Nesse sentido, Maingueneau (2001), em seus estudos sobre as leis do discurso, alia-se ao filósofo Paul Grice, que, na década de 1960, introduziu as máximas conversacionais, também conhecidas como leis do discurso.

Também Orlandi (1987), a partir de uma perspectiva discursiva, em seus estudos sobre a linguagem e seu funcionamento, lança seu olhar sobre os estudos pragmáticos da linguagem, apontando uma estreita relação entre o sentido literal de um enunciado, o contexto em que ele é emitido e as regras conversacionais.

Esse pensamento também é reiterado por Possenti (1996), em seus estudos sobre essa questão ao observar que a Análise de Discurso não deve dispensar a pragmática, nem mesmo “alguns problemas ou sugestões de uma certa pragmática”. O autor (1996, p. 72-73) aponta que a Análise de Discurso precisa encontrar uma maneira de incorporar a Pragmática a seu aparato teórico-metodológico e chega a propor “uma conjunção da Pragmática e da análise do discurso, teorias que, em princípio, não ‘conversam’ entre si”.

Para proceder à análise do *corpus*, também destacamos vários linguistas, estudiosos e analistas do discurso que têm se debruçado sobre o discurso político e o discurso das mídias, como Pêcheux ([1975] 2009), Patrick Charaudeau (2012, 2013), Courtine (2006), Freda Indursky (1989, 1997), Piovezani Filho (2003), Roberto L. Baronas (2011), Maria do Rosário Gregolin (2003, 2004), com o intuito de desvendar os deslizamentos, rupturas e efeitos de sentido provocados pelo uso da ironia, do humor, da ambiguidade e da derrisão quando a mídia veicula acontecimentos políticos ao longo do processo de produção e circulação de sentidos.

Assim, parece-me fundamental recuperar a história recente do país por meio de uma abordagem que valoriza o discurso enquanto materialidade linguístico-histórica, em que a linguagem é vista como produtora de sentidos, de efeitos de sentido que influenciam a formação de opinião e os rumos das engrenagens da corrupção, mostrando ao leitor brasileiro o submundo sombrio dessa corrupção, bem como as críticas e as decisões tomadas em nosso país.

Ao se debruçar sobre o discurso político, o analista deve observar não apenas o que é fabricado pelos atores, que têm responsabilidade no cenário político, mas também deve atentar ao que é “fabricado pela opinião pública, pois o que ela fabrica condiciona o sentido dos discursos que circulam em uma sociedade, em dada época” (CHARAUDEAU, 2013, p. 251). Em nosso propósito de constatar as afirmações apresentadas nesta pesquisa, discorreremos sobre alguns postulados teóricos considerados imprescindíveis, que serão abordados ao longo de seu desenvolvimento.

Com o intuito de nortear este trabalho, tentarei responder a três questões. A primeira: 1- Como compreender e analisar o fenômeno discursivo de forma a apresentar um recorte de seu funcionamento com o objetivo de se obter categorias de análise para sua manifestação na mídia? Para responder a essa questão, a pesquisa se ancorou em teóricos como Orlandi (1987; 1988; 1989; 1999; 2012a, [1983] 2012b), Baronas (2011), Charaudeau (2012), Maingueneau (1997; 2001).

Buscando ainda responder a seguinte questão: 2- De que maneira ocorre a articulação entre o fenômeno linguístico-discursivo e o gênero jornalístico opinativo, comentando o discurso político, tal como é proposto neste trabalho a partir do *corpus* selecionado? Estudiosos do discurso, do jornalismo e do discurso político nortearam este trabalho, como Orlandi (1987; 1989; 1999, 2012a), Charaudeau

(2012; 2013), Maingueneau (1997; 2001), Brait (2008), Indursky (1997), Benetti (2006; 2007; 2010), dentre outros.

Por fim, respondemos à seguinte questão: 3- Quais funções e efeitos de sentido são revelados pela ironia, pela derrisão, pelo riso e pelo humor mobilizados pela mídia no campo do comentário político? Brait (2008), Orlandi ([1983] 2012b), Machado (1995; 2004; 2012) foram de grande valia para encontrar respostas a essa pergunta.

Orientada para direcionar com êxito as respostas às questões apresentadas acima, esta tese apresenta um percurso delimitado em seis seções, iniciando-se com a introdução, que aponta a vinculação dos processos teóricos metodológicos da presente investigação com o tema proposto no trabalho.

A segunda seção, intitulada **Linguagem, Dialogismo, Interação verbal, Enunciação: o eu e o outro na concepção de Bakhtin e o Círculo**, estabelece o delineamento de um dos referenciais teóricos basilares para fundamentar a construção do *corpus* discursivo. Considera o universo do Círculo de Bakhtin como a pedra angular, uma fonte de extrema relevância para o desenvolvimento deste trabalho, destaca o contexto histórico das décadas de 1960 a 1980, como também tece reflexões sobre os fenômenos do dialogismo e da interação verbal no campo das ciências da linguagem.

A seguir, a segunda seção apresenta ainda uma incursão pelo fenômeno dialógico da comunicação, ressalta a comunicação midiática e as instâncias de informação e de recepção, debruçando-se sobre o discurso informativo e outros tipos de discurso. Ao final da seção, o trabalho aborda a atividade discursiva, destacando a articulação entre discurso, poder e verdade, apontando que a verdade é a construção social de um espelho deformante.

Já a terceira seção, intitulada **O discurso como efeito de sentidos entre interlocutores – O sujeito é um lugar social no discurso**, aborda a questão do discurso como efeito de sentido entre interlocutores, assinala o papel do sujeito como uma posição social no discurso e, mais adiante, apresenta um panorama da discussão teórica sobre o sujeito, até se chegar ao sujeito descentrado da Análise de Discurso. Ainda fazendo parte dessa terceira seção, o trabalho tece considerações sobre o texto articulado como um tecido de vozes, aborda o sentido do enunciado, apontando sua natureza como um elo da cadeia interativa e, por fim, apresenta um delineamento do discurso político e da mídia, por entre os meandros

do jogo de máscaras de um universo construído.

A quarta seção, denominada **O jornalismo – A busca pela objetividade jornalística e a inevitável presença da subjetividade**, faz um breve percurso destacando o papel transformador da mídia na esfera política, traz reflexões sobre algumas orientações e técnicas que normatizam a atividade jornalística por alguns manuais de redação de jornais brasileiros e ainda aborda a busca da objetividade pretendida, como também a presença inevitável da subjetividade.

Ao longo dessa seção, o estudo apresenta considerações sobre o gênero discursivo artigo de opinião, abre espaço para as características do ambiente midiático que envolve os ensaios do articulista selecionado, tomados como *corpus* da pesquisa, finalizando com um panorama de algumas concepções teóricas acerca da ironia, através de estudos e reflexões da linguista Beth Brait (2008), juntamente com reflexões relevantes das autoras Eni Orlandi e Ida Lucia Machado.

Ao focalizar o estudo de fenômeno da ironia nos artigos do articulista, a quinta seção, intitulada **O corpus: Reflexões e análises**, traz a apresentação da análise da ironia e seus efeitos de sentido em oito artigos opinativos selecionados, constituídos como *corpus* desta tese. Encerrando o trabalho, temos as considerações finais compondo a sexta (e última) seção.

Em síntese, espero que esta investigação possa contribuir para se compreender, pelo viés da Análise de Discurso, o papel desempenhado pela mídia impressa na construção e circulação de determinados sentidos, efeitos de sentido, construções, deslizos e rupturas, configuradas pela ironia, ao analisar e interpretar questões políticas polêmicas em nossa realidade, observadas e analisadas pelo olhar do jornalista Roberto Pompeu de Toledo.

2 LINGUAGEM, DIALOGISMO, INTERAÇÃO VERBAL, ENUNCIÇÃO: O EU E O OUTRO NA CONCEPÇÃO DE BAKHTIN E O CÍRCULO

A segunda seção deste trabalho tem como intuito apresentar um panorama das abordagens do fenômeno da interação verbal, tomado como ponto nodal nos estudos linguísticos. Assim, são revisitados alguns estudos conceituais que são essenciais aos estudos da linguagem e à produção dos sentidos historicamente determinados. Baseando-se nessas considerações, as ideias de Bakhtin e seu Círculo são tomadas como referência maior, visto que se constituem como reflexões fundamentais à arquitetura, ao funcionamento e à incompletude do discurso.

Ao longo desta seção, o estudo também apresenta uma sucinta análise do desenvolvimento do fenômeno dialógico da interação, que se constitui como um palco onde são encenadas as trocas sociais e os discursos dos interlocutores; a seguir, seguem considerações sobre as instâncias de informação e de recepção, bem como da comunicação midiática, abordando reflexões sobre o discurso, o poder e a verdade, debruçando-se ainda sobre a verdade do discurso, a qual é delineada como uma construção social.

À guisa de maiores reflexões sobre esse tema tão relevante, evocamos o pensador russo Mikhail Bakhtin, um dos mais conceituados filósofos da linguagem no século XX, que provocou uma verdadeira inquietação no campo dos estudos linguísticos com sua visão inovadora de linguagem ([1929] 2009), ao destacar que a língua se move continuamente e se revela de forma verdadeira no âmbito social, na exterioridade, ou seja, na relação do indivíduo com o outro.

De fato, as ideias do Círculo de Bakhtin exerceram uma importância excepcional nas articulações dos estudos da linguagem, pois foi de maneira surpreendente e inovadora que o pensador apresentou o fenômeno social da interação verbal, concebida pelo autor como a realidade fundamental da linguagem em que se materializa a enunciação; esta, por sua vez, nada mais é do que “o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (BAKHTIN, [1929] 2009, p.116).

A partir das ideias do Círculo de Bakhtin, a linguagem deixou de ser percebida como simples sistema autônomo – fundamentado na enunciação monológica, não sendo mais apreendida como um ato puramente individual, como uma expressão da própria consciência do locutor – e passou a ser apreciada em sua relação social,

não individual, ou seja, passou a ser delineada numa relação dialógica, articulada nas relações do *eu* com o *outro*. Em suma, para Bakhtin e o Círculo, o meio social representa a pedra angular, o eixo norteador de toda atividade linguística.

O filósofo russo apreendeu a linguagem articulada em sua realidade viva e, não somente deixou como legado uma produção intelectual de grande relevância para as Ciências Humanas, como também impulsionou a teoria linguística no século XX ao apresentar sua obra desafiadora: **Marxismo e Filosofia da Linguagem**.

Originalmente publicada em Leningrado, provavelmente no ano de 1929 – com a assinatura de V. N. Volochínov (1929-1930) –, seu título original era **Marksizm i Filossófia lazika**. Com essa obra instigante, Bakhtin inaugura as reflexões sobre o fenômeno da interação verbal, ao asseverar que,

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2009, p.117).

Depreende-se do excerto acima que o termo *expressão* abrange duas faces: seu conteúdo, o interior – aquilo que é formado no psiquismo de cada indivíduo – e sua objetivação exterior, que é exteriorizada ao outro por meio de “algum código de signos exteriores” (BAKHTIN, 2009, p. 115).

Bakhtin (2009, p. 42) considera a palavra como um signo ideológico, que “será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais [...] capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”. De fato, a palavra faz parte de todas as relações entre os indivíduos, entre os seres sociais, articulando-se como responsável pela reflexão e refração da realidade em transformação. Com essa obra inaugural, o autor assevera que a língua é um produto coletivo, ou seja, um fenômeno social, e é sempre apresentada dentro de um contexto ideológico.

Ao nos aliarmos a essas reflexões relevantes, que impulsionaram os estudos linguísticos, é possível verificar, por essa via, que a palavra se insere no universo de todas as relações, ou seja, aquelas que ocorrem entre indivíduos, nas interações de colaboração, nas relações dialógicas impregnadas de história, de ideologia, nas

conversas típicas de vivências do cotidiano, nas relações de base política, dentre outras, que ressaltam uma língua concreta, viva, fundamentada na enunciação.

De fato, para que se possa ocorrer o fenômeno da enunciação, é necessária a existência de um *auditório social*, já que a palavra é sempre dirigida a um interlocutor, e isso aponta que a enunciação abrange não apenas a situação imediata, mas também todo e qualquer meio social mais amplo. Trata-se da abordagem sociológica da enunciação, uma vez que qualquer enunciação reclama uma réplica, isto é, uma reação por parte do interlocutor (BAKHTIN, 2009, p. 117).

Nesse sentido, Bakhtin (2009) faz avançar essas reflexões ao asseverar que:

A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística (p.126).

A partir dessa perspectiva, Bakhtin (2009) ressalta que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (2009, p. 127).

Quando um locutor se dirige a um interlocutor, coloca em evidência a figura desse outro – o destinatário; procura inferir a resposta desse seu interlocutor, como também sua réplica. Conforme Bakhtin sustenta, a língua vive e evolui historicamente no processo da comunicação social concreta. Qualquer palavra do locutor que é dirigida ao seu interlocutor só se realiza no momento em que a compreensão entre eles ocorre de maneira ativa, em forma de réplica ao que foi dito. Trata-se de uma atitude responsiva, que representa de maneira eficaz uma compreensão verdadeira e real.

Isso significa que, para Bakhtin e o Círculo, a interação verbal se caracteriza como fenômeno social através da enunciação. A enunciação é, portanto, o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, uma vez que a palavra do locutor se dirige a um interlocutor real e varia em função dele, ou seja, em relação ao grupo social do qual ele faz parte, aos laços sociais etc.

De acordo com Bakhtin (2009):

A *palavra* dirige-se a um *interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio, nem no figurado (2009, p.116).

Mesmo que não exista um interlocutor real, pode-se substituí-lo por um representante ideal que, por sua vez, “não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas”, afirma Bakhtin (2009, p. 117), que relaciona a interação verbal a toda forma de diálogo, como atos de fala, que podem ser caracterizados como discurso, quer seja um discurso escrito, quer seja oral. Nesse sentido, o livro, por exemplo, é um ato de fala impresso, e que também se constitui como um elemento da comunicação verbal.

Bakhtin (2009) “valoriza justamente a fala, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a fala está indissolúvelmente ligada às condições de comunicação que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” (p.14).

Observa-se que as ideias inovadoras anunciadas pelo Círculo de Bakhtin diferem fundamentalmente de duas correntes linguísticas contemporâneas, a saber: a do objetivismo abstrato, revelada, principalmente, pelas ideias de Saussure, e a do subjetivismo individualista (idealista).

Enquanto a primeira concepção vê a língua como um sistema estável, normativo e imutável de formas linguísticas, que é transmitido de uma geração a outra, a segunda corrente, “apoia-se também sobre a enunciação monológica como ponto de partida de sua reflexão sobre a língua”, ou seja, considera a língua como uma atividade originada da criação isolada, “como um ato puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos etc” (BAKHTIN, 2009, p.114-115).

Segundo a perspectiva bakhtiniana, a verdadeira compreensão da natureza da linguagem não se encontra no meio dessas duas orientações, mas sim, além. Com o intuito de superar, dialeticamente, essas posições dicotômicas, o Círculo de Bakhtin propõe a interação verbal, que se revela como uma recusa das duas propostas. Ao ultrapassar os limites da linguística, Bakhtin assume um novo posicionamento sobre o discurso, que, segundo ele, é o estudo da própria enunciação.

Nesse sentido, Bakhtin (2009) destaca que o ato de fala – ou especificamente seu produto, a enunciação – não pode ser considerada apenas levando-se em conta

as condições psicofisiológicas do sujeito falante, mesmo que não possa prescindir de tais condições. Com efeito, a enunciação é de natureza social, sendo necessário entender que ela sempre ocorre no âmbito de uma interação.

Isso significa que “o *centro* organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (2009,p.125), observa Bakhtin, que concebe a língua como um fenômeno social, histórico e ideológico, já que “a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta” (2009, p.128). Com essas novas reflexões, verifica-se que o autor não considera a língua como um sistema acabado, estável, transmitido de geração a geração.

Para Bakhtin e o Círculo,

Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal, ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar (BAKHTIN, 2009, p.111).

Seguindo o mesmo raciocínio, Orlandi (1999) sustenta que:

Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés da mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um processo complexo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos, e não meramente transmissão de informação [...] (1999, p. 21).

Nessa esteira, Orlandi (1999, p. 32) ainda ressalta que “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras”. Com isso, a autora ressalta que o sujeito se ilude ao pensar que sabe o que diz, mas, na verdade, ele “não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI,1999, p. 32).

De fato, como destaca Bakhtin, nossas palavras, de alguma maneira, sempre estão retomando as palavras do outro, quer seja aderindo ao que foi dito, quer seja em forma de confronto; ou seja, discordando daquilo que foi enunciado pelo locutor.

“Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta” (BAKHTIN, 2009, p.128), a qual pode referir-se à vida cotidiana, à arte literária, ao conhecimento, à política etc. “Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado” (BAKHTIN, 2009, p.128).

Na trilha dessas reflexões, concordamos com Bakhtin e o Círculo (2009, p. 42), quando o autor ressalta que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios [...] a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais [...]”.

O autor também assevera que o ser humano nunca é completo, fechado em si mesmo, visto que sua existência depende de seu relacionamento com os outros, num diálogo inconcluso, infinito, cujo sentido não morre.

Trata-se de uma rede dialógica em que enunciados dialogam com outros enunciados. É esse diálogo ininterrupto que constitui o marco fundamental, o elemento básico norteador do pensamento bakhtiniano, visto que a interação verbal se apresenta como a realidade fundamental da língua.

Em suma, ao serem resgatados, estudados e revisitados, os estudos bakhtinianos, do Círculo de Bakhtin, exercem uma influência notável no campo das reflexões contemporâneas sobre a linguagem, ganhando um respaldo cada vez maior nos estudos linguísticos e nas ciências afins.

2.1 O fenômeno dialógico da comunicação: um palco onde são encenadas as trocas sociais, os discursos dos interlocutores

Ao ampliarmos as reflexões do Círculo de Bakhtin sobre os estudos linguísticos, temos, por outro ângulo, o estudo do discurso, ou seja, da Análise de Discurso. Inicialmente, é relevante apresentar a definição do termo *discurso*, já que, como vimos acima, ele se articula na exterioridade do sistema.

Como aponta Orlandi (1999, p.15), “o discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Para a autora, o discurso é movente, uma vez que é produzido *na e pela* história, e isso implica que a própria noção de discurso assume inúmeros sentidos.

Observa-se, assim, a complexidade do discurso, pois, para entendê-lo, é preciso sair do texto, é preciso deixar de lado aquilo que é unicamente gramatical ou linguístico e voltar-se para as condições de produção; tais condições não se restringem apenas à situação de interlocução, aos sujeitos, aos enunciados, mas também se referem à história, destacando os acontecimentos sociais, históricos e culturais que dela fazem parte.

Em síntese, ao nos debruçarmos sobre os estudos relacionados ao discurso, começamos a refletir não apenas sobre o sujeito falante, mas também sobre o contexto, a história, a ideologia, ou seja, sobre esses elementos que são “moventes”, pois são articulados em um processo contínuo, ininterrupto, que apresentam uma compreensão delicada e difícil, pois participam da formação do sujeito e da produção de sentidos.

De acordo com a etimologia, a origem latina do termo *sujeito* significa “*posto debaixo*” (FERREIRA, 1986, p.1627). Essa definição reforça a conceituação que ganhou impulso com a Análise de Discurso e com a Psicanálise, ao se observar a presença de um sujeito dividido *na/pela* linguagem, descentrado, interpelado pela ideologia, gerado na história e também concebido no discurso.

Com trabalhos mais robustos sobre os estudos linguísticos, ao observar as práticas da análise de textos, verifica-se que a linguística se propõe a apreender os processos discursivos, buscando considerar os interesses próprios à Análise de Discurso. Contudo, como explica Maingueneau (1997), isso não parece ser uma tarefa fácil,

já que, para retomar uma fórmula de J. J. Courtine, em AD ‘é preciso ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo’. De fato, por um lado, a discursividade define ‘uma ordem própria diversa da materialidade da língua’ e, por outro, essa ordem ‘se realiza na língua’. Situação de desequilíbrio perpétuo, que tanto impede a AD de deixar o campo linguístico, quanto de enclausurar-se nesta ou naquela de suas escolas ou de seus ramos. A AD não é, pois, uma parte da linguística que estudaria os textos, da mesma forma que a fonética estuda os sons, mas ela atravessa o conjunto de ramos da linguística: [conforme Eliseo Veron], ‘os funcionamentos discursivos socialmente pertinentes atravessam a matéria linguística, sem preocupar-se com suas fronteiras que, para outros fins, puderam ser traçadas entre sintaxe, semântica e pragmática. [...] A dimensão ideológica do funcionamento dos discursos diz respeito a operações que podem se situar em níveis muito diferentes da organização da matéria linguística’ (COURTINE; VERON, apud MAINGUENEAU, 1997, p. 17-18).

Tendo essas reflexões em mente, compreende-se que a Análise de Discurso se propõe a refletir sobre questões que são contrárias ao formalismo hermético da

linguagem e à negação da exterioridade. Considerada por esse novo viés, a linguagem não é mais concebida como um simples sistema de regras formais, e passa a ser revelada em sua prática, ressaltando o trabalho com o simbólico, com os sentidos, apontando que o próprio sentido é movente e instável.

De fato, o objeto de estudo da Análise de Discurso não é mais a frase, e sim o discurso, visto que não mais se aprecia palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma. Como Orlandi (1999, p.16) aponta, “não se trabalha, como na Linguística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”. Também a história e a sociedade são levadas em consideração, pois revelam o homem na sua história. As palavras, quando ditas, apresentam-se impregnadas de aspectos sociais e ideológicos, e o discurso que se materializa na linguagem revela os lugares sócio-ideológicos assumidos pelos sujeitos.

Seguindo o curso dessas reflexões, observa-se que não existe relação entre homem e mundo por meio da linguagem que não seja articulada e intermediada pela ideologia, pois é por esse viés ideológico que nos relacionamos com a linguagem em nosso cotidiano. Em relação à ideologia, Orlandi (1999) também reflete sobre essa questão, apontando que,

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (1999, p. 53).

Pêcheux (2009, p. 147) chama de *formações discursivas*

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Como Orlandi (1987, p. 27) ressalta, “há uma articulação entre intenção e convenções sociais”. Aliando-se a Pêcheux (1988), a autora (2012 a, p. 26) sustenta que “não se trata de pensar o outro apenas languageiro, mas o outro nas sociedades e na história”. Isso significa que é justamente em relação à sociedade e à história que se revela uma “ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma

relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é este o sentido do social [...]” (ORLANDI, 2012a, p. 26).

A partir dessa perspectiva, Orlandi (1999) também ressalta que a Análise de Discurso

concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (1999, p. 15).

Essas reflexões reforçam que o discurso tem uma materialidade que é, ao mesmo tempo, linguística e histórica. Como Pêcheux (2009) destaca, em sua obra **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** ([1975] 2009),

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem (p. 146-147).

Por sua vez, Orlandi (1999, p. 47) aponta que “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos”. Assim, a autora (1999, p. 47) enfatiza a subjetividade, colocando em destaque a relação da língua com o exterior: “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados”.

Na trilha desses argumentos, observa-se também que, para que um discurso desperte interesse social, é necessário que sejam observadas algumas condições específicas dessa interação entre o sujeito, a língua, a história e os sentidos. Maingueneau (2001, p. 56) pontua que o discurso é regido por normas e deve justificar, “de uma maneira ou de outra, seu direito a apresentar-se da forma como se apresenta. Um trabalho de legitimação inseparável do exercício da palavra”.

Charaudeau (2012, p. 67, 68) aponta que a situação de interação é como um palco com seu espaço delimitado, em que é articulada a troca linguageira em um quadro de “cointencionalidade” como o ponto de partida que serve de eixo norteador

aos indivíduos de uma determinada comunidade social, no momento em que eles iniciam o fenômeno da comunicação.

A figura do enunciador pode referir-se ao sujeito marcado naquilo que está sendo dito no enunciado – ao que chamamos *locutor* –, ou ainda para o princípio organizador da enunciação – àquilo que denominamos *autor*. Além disso, faz-se distinção entre a figura do coenunciador, o *destinatário real* – aquele que presencia a enunciação –, e o *destinatário pressuposto*, ou seja, aquele que motiva a estrutura da enunciação e, por conseguinte, deixa suas marcas no enunciado.

Essas referências ressaltam o valor da fala, dão sentido aos discursos dos indivíduos, de tal maneira que eles possam interagir, ou seja, possam ter condições de trocar palavras, influenciarem-se, seduzirem-se, agredirem-se, confrontarem-se uns aos outros.

Mainqueneau (2001) ainda ressalta que, ao se apreender que o discurso é interativo, que é articulado entre parceiros, torna-se difícil usar o termo “destinatário”, pois deixa a impressão de que a enunciação é dirigida apenas a um destinatário – único e passivo. O autor (2001, p. 54) justifica sua reflexão apoiando-se no linguista Antoine Culioli, que usa o termo **coenunciador** ao invés vez de “destinatário”. Desse modo, para se referir aos dois parceiros do discurso, o linguista usa o termo no plural, **coenunciadores**.

A situação dialógica entre os parceiros também estabelece restrições de espaço, de tempo, palavras; dessa maneira, são estabelecidas a troca social e todas as caracterizações que constituem seu valor simbólico. Tais restrições, por sua vez, são determinadas por um conjunto de regulação das práticas sociais que determina as normas e convenções dos comportamentos languageiros dos indivíduos em uma determinada comunidade, sem as quais não seria possível se articular a interação entre sujeitos (CHARAUDEAU, 2012).

Seguindo por essa via, também retomamos Charaudeau (2013), em suas argumentações sobre o *Discurso político*, quando o autor ressalta que:

Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um *princípio de alteridade* (sem a existência do outro, não há consciência de si). Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um *princípio de influência*, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele. Entretanto, se esse outro puder ter seu próprio projeto de influência, os dois serão levados a gerenciar sua relação segundo um *princípio de regulação*. Princípios de alteridade, de influência e de regulação são fundadores do ato de linguagem

que o inscrevem em um quadro de ação, em uma praxiologia do agir sobre o outro (CHARAUDEAU, 2013, p. 16).

Contudo, o processo de agir sobre o outro não é tão simples e não se resume a uma questão de *fazer fazer*, de *fazer dizer* ou *fazer pensar*, pois tal processo já traz uma exigência: a de verificar a ocorrência de uma intenção seguida de efeito.

De fato, o processo discursivo tem um objetivo que consiste em posicionar o outro, de tal maneira que o interlocutor se veja obrigado a tomar uma decisão, uma vez que esse interlocutor, o coenunciador, encontra-se submisso à posição do locutor. Essa submissão pode ser explicada pela “existência de uma ameaça ou a possibilidade de uma gratificação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 17). Tanto a ameaça como a gratificação representam uma sanção, e essa possibilidade permite certa autoridade ao locutor.

Se tal autoridade é reconhecida pelo seu interlocutor durante a interação, o projeto de influência reveste-se de um poder de ação. Em suma, o interlocutor se coloca em uma posição de dominado, o sujeito locutor coloca-se como dominante e entre os dois se estabelece uma interação de poder. Isso implica que “todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2013, p. 17).

2.2 As instâncias de informação e de recepção e a comunicação midiática

Ao pensarmos em informação, nos debruçamos sobre a questão da linguagem: ela não se refere apenas aos sistemas de signos, mas também a sistemas de valores que, em determinadas circunstâncias, comandam e direcionam o uso desses signos, pois nenhum campo de conhecimento é indiferente à linguagem. Tem-se aí a linguagem enquanto discurso, revelando o seu funcionamento com o mundo, articulando “sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história” (ORLANDI, 1999, p. 21).

A linguagem é o elemento indispensável à comunicação, à transmissão de conhecimentos, à interação social. De fato, a linguagem verbal exerce uma importância relevante por permitir a comunicação oral através de atos de fala, de textos e discursos, em seu papel de produzir e representar sentidos de mundo. As palavras, em virtude de seu caráter polissêmico e dialógico, são carregadas de marcas culturais, sociais e históricas.

Nesse sentido, também é importante destacar que a linguagem é usada para *comunicar* e também para *não comunicar*, pois suas relações abrangem sujeitos e sentidos e “seus efeitos são múltiplos e variados” (ORLANDI, 1999, p. 21). A linguagem constrói o saber e depende do campo de conhecimento em que tal saber está inserido, como também depende da própria situação de enunciação e do dispositivo em que ela é articulada.

As ideias dos autores mencionados sustentam que o discurso representa uma forma de ação e de intervenção no mundo: é por meio dele que o homem estabelece sua realidade social, determina suas ações no mundo em determinadas condições sócio-históricas, adequando-se às suas relações de poder. Dessa maneira, o discurso contribui para a construção de identidades sociais, de relações sociais entre as pessoas, como também para a articulação de seus sistemas de conhecimento e suas crenças.

Como vimos acima, ao contrário de um simples fluxo de mensagens, a comunicação revela-se como um processo que engloba uma função constitutiva que instaura sujeitos históricos e estabelece a linguagem como mediadora. Ao nos comunicarmos, antecipamos uma resposta, pois aquele que fala pressupõe um interlocutor e uma resposta. Em outras palavras, observamos que comunicação e responsividade estabelecem um vínculo entre si.

Como sustenta Charaudeau (2012), ao apontar a necessidade da informação, sua definição compreende,

numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possui-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido, e isso graças à ação, *a priori* benévola, de alguém que, por essa razão, poderia ser considerado um benfeitor (CHARAUDEAU, 2012, p.33).

Ainda segundo Charaudeau (2012, p. 34), “pode-se dizer que a informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação”. O autor também assinala a distinção entre “efeito visado” e “efeito produzido”, ao procurar definir quais questões são realmente importantes, visto que podem ocorrer efeitos imprevistos, tais como rumores, boatos, dentre outros.

Para Orlandi (2012a), o boato – definido como “notícia anônima que se expande publicamente sem confirmação” – é um lugar irônico em que se diverte o

jogo estabelecido pelo poder sobre o sentido da clareza. Como a autora aponta, o boato “coloca em foco a ideia de notícia, de anonimato, de publicidade e de incerteza. Atinge em cheio a questão da informação e da autoria. E o faz pela relação que, no boato, se estabelece entre o que é dito e o que funciona no silêncio” (2012a, p.144).

Com o advento das novas tecnologias de linguagem, surgem várias formas e modalidades da “memória metálica, os multimeios, a informática [...]”, dentre outras variedades de textualidade eletrônica, articulando novas maneiras de difusão e circulação dos discursos através da comunicação eletronicamente mediada (ORLANDI, 1999, p. 10).

Constituindo-se como informação, a comunicação midiática abrange duas instâncias que se relacionam: a instância de produção e a de recepção. A primeira apresentaria um duplo papel: o de fornecedora de informação – já que tem o papel de *fazer saber* – e também o de propulsora do desejo, uma vez que deve instigar e cativar seu interlocutor para que este, ao se deixar seduzir, queira consumir as informações apresentadas. Por sua vez, cabe à instância de recepção o papel de demonstrar seu interesse – ou seu prazer – em consumir as informações veiculadas (CHARAUDEAU, 2012, p. 71- 75).

Na verdade, esses processos não são tão simples como possam parecer, pois não se reduzem apenas a transmitir saber, mas também devem se confrontar com acontecimentos que ocorrem no mundo, devem tomar conhecimento desses eventos e, a partir daí, devem construir um saber acerca de tais acontecimentos; por fim, para atingir seus objetivos, essas instâncias devem ainda se submeter ao modo como se constroem representações sobre o público. Este, por sua vez, não se adapta completamente às representações apresentadas, ou seja, não se deixa atrair ou seduzir facilmente, o que denota que o público não é conquistado de maneira fácil, pois tem em mente seus próprios movimentos de ideias.

Assim, esse parceiro da interação social constitui-se como não natural, pois é preciso instituí-lo como sendo o destinatário, o coenunciador de um dado discurso; é também não passivo, visto que “possui suas próprias faculdades de interpretação” (CHARAUDEAU, 2012, p. 91). Daí o motivo de se procurar persuadir, seduzir o parceiro dessa interação social. Desse modo, a instância midiática parece estar “condenada” a convencer seu público, a emocioná-lo, a mexer com sua afetividade, em seu intuito de procurar “desencadear o interesse e a paixão pela informação que

lhe é transmitida” (CHARAUDEAU, 2012,p. 92).

Entretanto, ao procurar satisfazer a emoção de seu destinatário, a instância midiática se vê justamente no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deve nortear sua informação; isso representa uma situação tensa e delicada, visto que, na mídia impressa, os sentidos vão bem além da materialidade linguística e da suposta imparcialidade dos jornais.

Nesse sentido, Charaudeau (2012) explica que

a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso de informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam – pois as emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializadas, resultam da regulação coletiva das trocas. Essa regulação, por um lado, segue os movimentos da afetividade e, paralelamente, as representações que atribuem valores às condutas e às reações emocionais (CHARAUDEAU, 2012, p. 92).

Seguindo o curso dessas reflexões, deve-se considerar a instância de produção, não só num lugar externo – representando o papel de organizadora do conjunto do sistema de produção – como também exercendo o papel de organizadora da “enunciação discursiva da informação” (CHARAUDEAU, 2012, p. 72).

O mesmo se dá com a instância de recepção, que também deve ser apresentada de maneira desdobrada: ancorando-se em um viés interno à instância midiática, essa instância é abordada como destinatário, uma vez que representa a “instância-alvo” e é também apontada, num lugar externo, como a “instância-público”, pois exerce o papel de instância de recepção propriamente dita, com um papel próprio de consumo (CHARAUDEAU, 2012, p. 73).

Como questiona Charaudeau (2012) em suas reflexões sobre o discurso das mídias:

A linguagem é cheia de armadilhas. Isso porque as formas podem ter vários sentidos (polissemia) ou sentidos próximos (sinonímia); tem-se realmente consciência das nuances de sentido de cada uma delas? Além disso, um mesmo enunciado pode ter vários valores (polidiscursividade): um valor referencial (ele descreve um estado de mundo), enunciativo (diz coisas sobre a identidade e as intenções dos interlocutores), de crença; tem-se consciência dessa multiplicidade de valores? Enfim, há também o fato de que a significação é posta em discurso através de um jogo de dito e não dito, de explícito e implícito, que não é perceptível por todos: tem-se consciência dessa multiplicidade de efeitos discursivos? (2012, p. 38-39).

Nesse sentido, a instância midiática constitui-se uma prática discursiva que, aliando-se ao trabalho com o desejo, está sempre atenta às necessidades e aos anseios da sociedade, buscando estabelecer uma relação de cumplicidade e de intimidade com seu interlocutor. No campo jornalístico, não há acumulação, mas substituição, alteração, sendo a própria notícia o reflexo de uma sociedade competitiva, constituída de valores, sucesso, *status* e a exacerbação de posses.

Charaudeau (2012, p. 277) enfatiza que, em toda sociedade, a relação que se estabelece entre a mídia e a democracia é delineada através de três instâncias: “a instância política, a instância cidadã e, espremida entre as duas, se é que se pode falar assim, a instância midiática propriamente dita”.

Nota-se que a posição ocupada pela instância política não é confortável, pois está “presa entre dois enfoques contraditórios”. Isso significa que, conforme Charaudeau (2012, p. 277), devemos nos conscientizar de que não existe uma relação dual “entre o midiático e o político”, como também não ocorre essa “relação dual entre o midiático e o cidadão”. O autor sustenta que, em verdade, ocorre uma relação ambígua entre a instância de informação e a instância política, na medida em que não é fácil estabelecer a delimitação entre elas; o que se revela é uma “relação triádica” que surge entre o político, o midiático e o cidadão, ressaltando-se que cada uma dessas instâncias se articula por meio das outras duas.

Em suma, nesse emaranhado de discursos entrecruzados, originados por essas três instâncias, surgem múltiplos efeitos, que são imprescindíveis à informação veiculada. Como pontua Charaudeau (2012):

Não existe sociedade sem rumores, sem imaginários, sem representação do drama e do trágico, sem desejo de captar e de ser captada, sem aspiração a representar a cena da ilusão da verdade. Nós, seres sociais, somos uma mistura de desejo e de racionalidade que nos leva a preferir a desordem à ordem, para poder traçar hipóteses sobre as causas da desordem, imaginar possíveis ordenações, para, no fim das contas, confrontar-nos com nosso próprio destino de seres coletivos. Se tivéssemos que responder à pergunta “vocês querem fatos ou comentários? Fatos felizes ou drama?”, a resposta seria “tudo isso ao mesmo tempo”; pois tudo isso remete, no fim das contas, à questão do “o que somos” (CHARAUDEAU, 2012, p. 277).

Como sustenta esse autor (2013, p. 317), a instância cidadã, em seu intuito de governar, deve assumir o lugar e a postura de uma figura tutelar, pois é a partir desse lugar e articulando-se nessa posição que ela tem condições de “produzir um discurso que defina um projeto de sociedade capaz de fazer sonhar”.

2.3 Discurso, poder e verdade – o discurso informativo e outros tipos de discurso

Dentre os múltiplos gêneros de discursos, que “dão sentido aos atos da coletividade” e se agrupam em uma unidade consistente de categorias, o discurso informativo ocupa uma posição central, já que parte dessa atividade informativa também é apresentada pelos outros tipos de discurso, como o didático ou o propagandista, por exemplo. Observa-se que esse teor informativo confere um papel relevante de autoridade ao sujeito que busca seduzir, persuadir, demonstrar ou explicar, uma vez que, em todos os casos, ele se revela como o detentor de um saber que o outro não possui.

Partindo-se do pressuposto de que a persuasão é considerada uma das estratégias da linguagem, aponta-se que o discurso do enunciador, ao ser analisado pelo viés da persuasão, por exemplo, está fundamentado nas relações que se delineiam entre o emissor do discurso e as condições de produção e também nas relações que dizem respeito à imagem que o enunciador tem de seu interlocutor.

Nesse sentido, trata-se de um processo em que o discurso é articulado como lugar de interação entre o emissor, ou seja, o enunciador, e seu leitor, o receptor, seu coenunciador. Esse discurso apresenta significações mais amplas do que aquelas apresentadas no texto, mas que estão fundamentalmente atreladas ao que é revelado no discurso. Em relação aos vários tipos de discurso, Charaudeau (2012) assevera que:

O discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja, pela autoridade que o saber lhe confere. Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”). Além disso, basta que se saiba que alguém ou uma instância qualquer tenha a posse de um saber para que se crie um dever de saber que nos torna dependentes dessa fonte de informação. Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social (CHARAUDEAU, 2012, p. 63).

Além do discurso informativo, também podemos citar outros tipos de discurso, como o propagandista, o científico, o discurso demonstrativo, o didático, o político, dentre outros, com os quais o discurso informativo, às vezes, pode ser confundido.

Um ponto em comum liga o discurso propagandista ao informativo: ambos

visam, especificamente, a um alvo. O discurso propagandista usa a sedução e a persuasão para alcançar seu objetivo; o discurso informativo, por sua vez, tem como alvo a transmissão do saber a seu interlocutor (CHARAUDEAU, 2012, p. 62).

Nesses dois tipos de discurso, observa-se que sua organização depende de alguns fatores, como as hipóteses levantadas acerca do alvo, principalmente as que se referem ao imaginário que envolve esses discursos. Essas hipóteses exercem o papel de filtrar e relativizar “a verdade do mundo comentado” (CHARAUDEAU, 2012, p. 60). Isso se dá porque o autor deve analisar os fatos do discurso articulados em uma perspectiva pragmática. De outra forma, esses fatos devem estar relacionados com a ação ou com os atos que os acompanham.

Como Charaudeau (2012) propõe, o discurso informativo e o propagandista representam o fenômeno linguageiro, pois a comunicação transmitida por ambos é filtrada pelos imaginários ligados às duas instâncias, a de produção e a de recepção. No que tange ao impacto das campanhas de publicidade, nota-se que elas revelam que as intenções apresentadas nos discursos propagandistas nem sempre coincidem com os efeitos produzidos no consumidor. Essa assimetria também é observada no discurso informativo, revelando que é bastante frouxa, inesperada – e até mesmo contraditória – a relação entre os efeitos visados e os produzidos.

Contudo, esses dois tipos de discurso se diferenciam pelo processo de verificação. O discurso propagandista apresenta um *status* de verdade relacionado ao que “há de ser”: trata-se do anúncio de uma promessa, ou seja, oferece-se um dom mágico. O discurso publicitário, por exemplo, oferece o dom mágico da “eterna juventude”, do “corpo perfeito”, “da casa dos sonhos”, dentre outros.

Já o discurso político, refere-se a tudo que se relaciona “à organização da vida em sociedade e ao governo da coisa pública”, segundo Charaudeau (2013, p.189). Contudo, tal objetivo não é facilmente alcançado. De acordo com o mesmo autor, o discurso político está intimamente ligado ao modo de organização da “vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior” (2013, p. 42-43).

Em geral, em seus discursos de campanha, o candidato a um cargo político parece não se preocupar tanto com o conteúdo das ideias, mas com sua encenação. Assim, o discurso político oferece o “bem-estar social”, o “direito à dignidade, a uma cidadania plena”, em seu intuito de mostrar “o poder de um Estado soberano, fiador do bem estar do povo, que luta contra a miséria, a marginalidade, a exclusão, a

desigualdade, preocupando-se apenas com o interesse geral” (CHARAUDEAU, 2013, p. 313).

Nos dois casos, a realização benéfica só vai obter êxito se o alvo se apropriar do dom. Nesses dois tipos de discurso não há nada a provar, visto que esses discursos estão propondo um desejo. Isso evidencia que o campo político é caracterizado por uma busca incessante de credibilidade e legitimidade, sendo, constantemente, submetido a desconfianças, denúncias e acusações, pois a origem de sua força é também o princípio de sua debilidade, que se encontra permeado de dúvidas e questionamentos. O capital simbólico no universo político consiste de uma espécie de crédito fundamentado na crença e no reconhecimento, e, por essa mesma razão, torna-se facilmente suscetível a suspeitas e escândalos.

Num discurso informativo é necessário provar a necessidade dos fatos por ele transmitidos, pois seu *status* da verdade baseia-se naquilo que “já foi”: são fatos que aconteceram no mundo e, a partir daí, novos conhecimentos são revelados durante os processos de sua transmissão e circulação. No discurso informativo, portanto, o modelo proposto baseia-se na sua credibilidade.

O discurso científico se aproxima do informativo, pois apresentam um ponto em comum: a questão da prova. O discurso informativo apresenta suas provas por meio da designação e da figuração, como testemunhos, relatos de constituição dos fatos etc. Tais provas se baseiam na demonstração racional. A grande preocupação desse discurso demonstrativo está na força argumentativa de seu conteúdo, que revela um destinatário secundário, supondo-se que esse destinatário já demonstre interesse pelo discurso do cientista ou do especialista e que possua “um saber também especializado” (CHARAUDEAU, 2012, p. 61, 62).

O discurso informativo, ao contrário, não pode se apoiar nesse pressuposto, uma vez que está fundamentado na dissimetria entre o informador – que detém o saber – e o informado, que, supostamente, encontra-se em estado de ignorância. Isso ocorre porque, em geral, o informador não tem como ter acesso ao saber de seu destinatário, como também não conhece os fatos que possam afetar as emoções desse destinatário, nem tampouco seus motivos e interesses.

Para Charaudeau (2012), não é tarefa fácil analisar o discurso de informação ao abordar as mídias².

² A palavra *mídia* é derivada do latim “*media*”, plural de *médium* e que tem como significado, em português, “meio” ou “forma”. O termo *mídia* foi importado do inglês para a nossa língua, sendo usado

O autor afirma que se trata de uma tarefa mais difícil do que abordar o discurso político. Nesse tipo de discurso, *grosso modo*, “o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação”, afirma Charaudeau (2012, p. 17), que destaca que os políticos se utilizam das mídias como uma estratégia eficiente para manipular a opinião pública.

O autor também aponta que o poder não depende de um indivíduo apenas, mas da instância em que ele está inserido e de onde esse indivíduo retira sua força. Cabe a essa instância a habilidade necessária para influenciar comportamentos e ações dos indivíduos inseridos em uma determinada sociedade, sendo capaz de gerir e direcionar esses indivíduos por meio de regras de comportamento, normas e sanções.

Nesse sentido, para que tal poder se manifeste, é preciso que a instância em questão apresente uma vontade coletiva das pessoas lá inseridas, de tal maneira que possa direcionar e influenciar seus comportamentos, buscando certos valores compartilhados. Essa vontade coletiva é representada por autoridades, como o legislador e seus mandatários, a hierarquia militar, a eclesiástica, entre outras.

Como destaca Orlandi (1999, p. 10), “há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo, de ‘atribuir’ sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre etc. Os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos”.

Com algumas diferenças, o discurso didático se aproxima do informativo na questão da explicação. Nesse caso, não se trata de uma explicação demonstrativa, mas de uma explicação explicitante. Tendo em mente que esses dois tipos de discurso revelam a intenção de atingir alvos bem amplos, não especializados, observa-se que eles não precisam revelar uma verdade propriamente dita, mas deixá-la em evidência, de tal maneira que possa tornar-se acessível a um grande número de indivíduos. A isso se dá o nome de *vulgarização*.

A vulgarização pode ser compreendida como um processo que pressupõe uma adaptação. Segundo Charaudeau (2012, p. 62), pode-se dizer que a vulgarização se manifesta cada vez que se procura tornar claro o que é complexo. Assim, ao se apropriar de um discurso original, o locutor promove uma adaptação à

em comunicação, apresentando vários significados: os meios de comunicação, os veículos de comunicação, a comunicação de massa etc. Nesse sentido, a mídia constitui-se como o conjunto dos diversos meios de comunicação, com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados. O universo midiático abrange várias plataformas que se articulam como meios para disseminar informações, como os jornais, as revistas, a televisão, o rádio e a internet, dentre outros. A mídia é constituída pela indústria da informação e os profissionais que dela fazem parte (www.webartigos).

sua linguagem específica, o que se constitui um trabalho de reconstrução.

No campo da linguagem, a reconstrução consiste em interpretar e modificar o saber que originou a informação, com o intuito de torná-lo acessível a um grande público. Contudo, toda vulgarização é deformante, visto que depende das metas organizadas pelo sujeito que conta ou explica.

Se o alvo é bem amplo, quer seja em nível social, intelectual ou cultural, maior e mais ampla é a necessidade de que o saber que motivou a informação seja transformado ou até mesmo deformado para que essa informação possa ser mais acessível ao público-alvo.

Também é interessante apontar que a vulgarização apresentada nas mídias não se restringe a uma mera explicação. Isso ocorre porque “explicar com simplicidade” – como através de esquemas de raciocínio simples, de saberes amplamente compartilhados (lugares-comuns, estereótipos) – não reflete o alvo da explicação original, técnica ou especializada (CHARAUDEAU, 2012, p. 62).

Seguindo o fio dessas argumentações, Charaudeau (2012) também ressalta que, se uma explicação for bem precisa, bem detalhada, conseqüentemente será menos compreendida e explorada “fora do campo de inteligibilidade” de onde foi originada. Dessa maneira, sempre que uma explicação é dada como uma “decodificação simplificada de uma verdade oculta”, compreensível a todos, pode-se dizer que as mídias trapaceiam, graças ao efeito da vulgarização.

2.4 A verdade do discurso – a construção social de um espelho deformante

Charaudeau (2012) sustenta que a verdade não se encontra no discurso, mas no efeito que ele produz. É aí que o discurso de informação midiática lança mão dessa estratégia e põe em cena efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização. Como ressalta Charaudeau:

As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público. A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo [...] a ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é o mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante [...], um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo (CHARAUDEAU 2012, p.19-20).

Assim, é por essa via que este trabalho busca ressaltar algumas considerações, apontando que a notícia veiculada pela mídia não pode ser considerada um processo linear, mas, sim, uma construção social, uma verdade “inventada”, pois abrange um processo fundamentado a partir de influências recíprocas, embora a influência maior ainda seja atribuída àquele que produz a notícia.

Com base nessas considerações, verifica-se que, no jornalismo, de acordo com os critérios da noticiabilidade, o acontecimento que passa a circular como notícia é sempre construído, é sempre filtrado (CHARAUDEAU, 2012). De fato, “[...] o acontecimento nasce, vive e morre numa dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo”, explica Charaudeau (2012, p. 99), que resalta que o acontecimento não se revela apenas na desordem. Às vezes, constitui-se como a ordem (a necessidade); outras vezes, é a desordem, ou seja, o acaso, a contingência.

Isso implica que os meios de comunicação se tornam responsáveis pela produção e pela circulação de sentidos que são veiculados no cotidiano e, principalmente, nas práticas discursivas, favorecendo, assim, as transformações, ressaltando a assimetria entre o real e o que é verdadeiramente produzido pelos textos que são colocados em circulação.

Ao se falar de imprensa e verdade, fala-se também de poder, pois é ele que articula as interdições, bem como exclusões e proibições sociais. Com suas técnicas de transmissão da verdade, a imprensa conquistou prestígio e poder, ressaltando que trata da ordem do discurso e que está intimamente ligada ao desejo e ao poder. Para Charaudeau (2012), o efeito de verdade não existe, portanto,

fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade. O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de “credibilidade”, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida (CHARAUDEAU, 2012, p. 49).

Baseando-se nessas considerações, verifica-se que cada jornal articula a construção de uma verdade própria, uma verdade “inventada”, criada; embora se tenha em mente que a lógica de mercado se sobrepõe à lógica da informação,

observa-se que a realidade é passível de ser interpretada, visto que não é fixa nem mesmo imutável.

Com base nessas considerações, Charaudeau (2012) argumenta que:

No discurso da informação, entretanto, não se trata da verdade em si, mas da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das *condições de veracidade*. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas. *Autenticar* é uma atividade que consiste em fazer crer na coincidência, sem filtragem nem falsas aparências, entre o que é dito e os fatos descritos (CHARAUDEAU, 2012, p. 88, grifos do autor).

De fato, observa-se que o sentido é construído pela ação do homem no momento em que ele usa as palavras para realizar uma troca social. De outro modo, o sentido é construído por meio de um duplo processo: o processo de transformação e o de transação. No primeiro processo, transforma-se “o mundo a significar” em um “mundo significado”. Para Charaudeau (2012),

o “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de *transformação* consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de “notícia”; isso ocorre sob a dependência do processo de *transação*, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira (CHARAUDEAU, 2012, p. 114).

Nesse processo, nota-se que o ato de informar *descreve* fatos, ao identificá-los e qualificá-los, *conta* fatos, ao relatar acontecimentos, e *explica* tais fatos, ao apontar as causas desses fatos e acontecimentos.

Como vimos acima, como faz parte do processo de transação, o ato de informar faz circular entre os interlocutores um objeto de saber que, de maneira geral, um possui e o outro, não. Com isso, aquele que possui tal objeto de saber se torna imbuído da missão de transmitir, e o outro tem a tarefa de receber, como também compreender e interpretar. Nesse processo, o outro passa por alguma modificação em relação a seu estado inicial de conhecimento.

Ao falar, o intuito do homem não é “recortar, descrever, estruturar o mundo”, mas, sim, relacionar-se com o outro: ele mesmo depende dessa interação, pois sua própria consciência “passa pela tomada de consciência da existência do outro, pela assimilação do outro e, ao mesmo tempo, pela diferenciação com relação ao outro” (CHARAUDEAU, 2012, p. 42).

Como argumenta Orlandi (1999, p. 21), trata-se da realização de um processo de significação, pois “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação”.

Nesse sentido, Charaudeau (2012, p. 42) sustenta que “a linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade”. É falando com o outro, isto é, falando o outro e falando a si mesmo, que comenta o mundo, ou seja, descreve e estrutura o mundo. É o processo de transação que direciona e comanda o processo de transformação, já que, antes de representar o mundo, o discurso representa uma relação, ou seja, “representa o mundo ao representar uma relação” (CHARAUDEAU, 2012, p. 42).

Ao produzir o processo de transação, o sujeito dá uma significação psicossocial a esse ato. Seu intuito o leva a levantar hipóteses sobre a identidade de seu interlocutor, sua posição social, seu estado emocional e seus interesses. Ademais, o sujeito também procura descobrir o efeito que ele pode causar em seu interlocutor, qual o tipo de relação que ele pretende estabelecer com ele e o tipo de *regulação* que será realizada, que vai depender dos parâmetros anteriores.

A credibilidade de uma informação depende: a) da *posição social* do informador, se tem notoriedade, se é uma pessoa pública; b) do *papel* que ele desempenha no processo de troca, se sua profissão lhe confere um crédito natural etc.; c) de sua *representatividade* em relação ao grupo do qual é porta-voz, dependendo ainda de seu engajamento em relação à informação por ele transmitida (CHARAUDEAU, 2012, p. 52-53).

Entendemos que o informador procura tornar público algo que seria “ignorado, oculto ou secreto”. A mídia – apresentada como um organismo especializado – procura responder a uma demanda social em nome de um dever de democracia, uma vez que o informador disponibiliza um serviço em benefício da cidadania (CHARAUDEAU, 2012). Entretanto, a atividade do informador revela-se suspeita, já que seu objetivo atende a um interesse diferente do serviço da democracia.

Com isso, para alcançar seu objetivo, o informador é forçado a recorrer à sedução. Dessa forma, ele procura seduzir e cativar seu interlocutor, seu receptor, mesmo sabendo que a informação nem sempre está isenta de posições ideológicas e se refere a acontecimentos históricos do espaço público político e civil.

Observa-se que os efeitos desejados e esperados, que correspondem às

intenções do informador, muitas vezes não coincidem com os efeitos produzidos no receptor, pois este reformula implícitos a partir de sua própria experiência pessoal, de seus conhecimentos e de suas crenças.

Uma determinada informação pode produzir inúmeros efeitos, como de banalização, de dramatização, entre outros. Por essa razão, as manchetes dos jornais são diferentes, pois cada jornal procura produzir efeitos diferentes no receptor, o leitor, no intuito de ser mais atraente e diferenciar-se dos outros jornais. Isso se dá porque as mídias utilizam vários tipos de discurso para alcançar seus objetivos. Em síntese, o informador procura colocar a informação em cena de tal maneira que desperte o interesse de uma grande quantidade de cidadãos leitores.

Charaudeau (2012) também destaca que o processo de construção de um acontecimento aponta que as mídias são determinadas por um contrato de comunicação paradoxal: por um lado, reivindicam “valores cidadãos”, quando se colocam no papel de informar com objetividade e isenção; por outro, dramatizam a cena política e social, uma vez que seu intuito é conquistar cada vez mais o público.

As mídias relatam e analisam fatos e acontecimentos que são produzidos no mundo, proporcionam a circulação de argumentos e considerações a respeito desses acontecimentos, como também propiciam o debate, a opinião pública, a crítica reflexiva. Conforme Charaudeau (2012) aponta,

É claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque elas tornem visível o invisível, mas porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exibir, e esse visível não é necessariamente igual àquele que o cidadão espera ou deseja: agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas. É preciso ter em mente que as mídias informam deformando [...] Mais uma vez, é a máquina de informar que está em causa, por ser ao mesmo tempo poderosa e frágil, agente manipulador e paciente manipulado (CHARAUDEAU, 2012, p. 253).

Seguindo por esse viés, Charaudeau (2012) assevera que a verdade é avaliada através de um dizer, que pode ser tratado por meio de determinadas oposições: dizer o *exato* corresponderia ao verdadeiro; dizer o *erro* seria o falso. Da mesma forma, dizer o *que aconteceu* seria o verdadeiro; já criar, ou mesmo inventar, o *que não aconteceu* corresponderia a falso. Em suma, verifica-se que o verdadeiro corresponde a *dizer a intenção oculta*; por outro lado, *mascarar a intenção* (mentira ou segredo) seria o falso. Dessa forma, “o verdadeiro seria fornecer a *prova* das

explicações [...]; o falso seria fornecer explicações *sem prova*” (CHARAUDEAU, 2012, p. 88).

Tendo essas reflexões em mente, conclui-se que aos termos verdadeiro e falso atribuem-se significados opostos. Então, surge uma pergunta instigante: como explicar a existência do falso, já que a verdade propriamente dita não existe?

Na mesma trilha dessa indagação, Foucault (1999), em suas argumentações sobre *a ordem do discurso*, sustenta que

se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (FOUCAULT, 1999, p.14).

Charaudeau (2012) questiona se existe uma verdade midiática. Para o autor, existem vários tipos de verdades: a verdade dos *fatos* – destaca a questão da autenticidade desses fatos; a verdade da *origem* – aponta os fundamentos do mundo, do homem e seus valores; e a verdade dos *atos* – revelada simultaneamente à sua própria realização.

Além dessas verdades, Charaudeau (2012, p. 267) ressalta “duas outras verdades que interessam particularmente o espaço social: a verdade de *opinião* e a verdade de *emoção*”. A primeira se fundamenta em sistemas de crenças e busca ser compartilhada pela maioria, apontando que esse compartilhamento determina um consenso e, assim, garantiria seu valor.

Já a verdade da *emoção* é aquela que provoca um encantamento, uma reação impensada, aquela que provoca emoções fortes, como perder a voz, gritar, ficar momentaneamente paralisado ou desencadear “uma ação pulsional” (CHARAUDEAU, 2012, p. 268).

O autor destaca que toda e qualquer *emoção* é socializada, visto que, diante do espetáculo de uma catástrofe, as reações das pessoas são diferentes, na medida em que obedecem a um sistema de valores sociais. Em outras palavras, brasileiros, americanos, franceses e palestinos, por exemplo, não reagem da mesma maneira diante de um acontecimento dramático noticiado pela mídia.

De acordo com Charaudeau (2012, p. 113), a imprensa – universo por excelência do legível – constitui-se, em sua essência, “uma área escritural, feita de palavras”, que se revela em um suporte de papel, em uma “relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê”; ou seja, observa-se uma ausência física entre a instância de emissão e a instância de recepção. Isso explica por que a imprensa da mídia não pode “fazer coincidir tempo e acontecimento, tempo da escritura, tempo de produção da informação e tempo de leitura” (*idem, ibidem*).

Ao assinalar a relação entre a mídia e a sociedade, procurando definir o que a mídia pode dizer a respeito dos acontecimentos e o que a própria sociedade deseja saber, Charaudeau (2012) ressalta o que vêm a ser a máquina de construir o espaço público e a opinião pública. Para o autor, o espaço público não representa apenas o lugar em que ocorrem os acontecimentos que serão colocados em circulação pela imprensa, mas é também o lugar de criação da opinião e do debate, ou seja, trata-se do lugar em que são encenadas as trocas sociais entre os indivíduos.

Ao reinterpretar a notícia, o jornalista apresenta seu comentário por meio de uma atividade discursiva, em que procura revelar sua visão de mundo. Seu intuito é provocar o leitor, exigindo dele uma tomada de posição, uma atividade de raciocínio, uma vez que esse leitor é colocado em questão. Como explica Charaudeau (2012, p. 177), o comentário jornalístico é uma atividade discursiva que está “intimamente ligada à descrição do acontecimento para produzir um *acontecimento comentado*”.

Ainda segundo esse autor, tanto o projeto discursivo do autor, como seu objeto de discurso estão intimamente relacionados e bem definidos, não apenas por situações de interação imediata e ampla – em função dos próprios participantes da interação – mas também em função de aspectos culturais, históricos, ideológicos que articulam a própria interação e o campo em que o gênero discursivo é constituído e posto em circulação.

3 O DISCURSO COMO EFEITO DE SENTIDOS ENTRE INTERLOCUTORES – O SUJEITO É UMA POSIÇÃO SOCIAL NO DISCURSO

A seção a seguir traz considerações sobre o desenvolvimento do discurso como efeito de sentidos, destaca o sujeito e seu lugar social no discurso, mostrando a rejeição a uma concepção idealista de um sujeito livre, que se refletiria mecanicamente por meio da linguagem.

Cabe a esta seção a tarefa de rever a reflexão sobre o sujeito iluminista até chegar ao sujeito descentrado da Análise de Discurso: um sujeito que deixa suas marcas, mas que escapa e também ocupa um lugar central na discussão. Trata-se de um sujeito específico, diferente, não empírico, que é interpelado pela ideologia e materialmente afetado pela língua e pela história.

Por ser interpelado pela ideologia, o sujeito é afetado pelo inconsciente, é descentrado, atravessado pela linguagem, revelando-se de maneira escorregadia, movente. Esse sujeito discursivo é afetado pelas palavras de outros, de seus interlocutores, podendo modificar-se, como também apropriar-se de dizeres que o antecederam.

Assim, ele não se revela de maneira estática, pois é uma posição, um lugar, já que ele tem seu lugar social e uma postura ética ao se posicionar em sua relação com o outro. Na verdade, esse sujeito se articula por entre os meandros de uma relação, em que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 1999, p. 17).

No final da década de 1960, a Análise de Discurso constitui-se como uma disciplina de entremeio, fundamentada em três campos de saber, no espaço das relações entre a linguística, a psicanálise e o marxismo, constituindo-se como herdeira dessas três regiões do conhecimento.

Em um artigo publicado em 1975, Pêcheux e Fuchs apontam a necessidade de “criar um corpo técnico-analítico” que se destinasse a tratar “a materialidade discursiva como objeto próprio” (NDURSKY, 1997). Esse conjunto de proposições teórico-analíticas concebido por Pêcheux e Fuchs (1975) aponta algumas reflexões sobre “a relação entre a linguística e a teoria do discurso”.

Nesse texto, intitulado **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas** (1975), os autores apresentam, numa primeira parte, o

quadro epistemológico geral desse empreendimento que, conforme eles asseveram, se fundamenta na “articulação de três regiões do conhecimento científico”:

- 1) *O materialismo histórico*, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2) *a linguística*, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- 3) *a teoria do discurso*, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (*apud* INDURSKY, 1997, p. 17, 18).

Pêcheux e Fuchs (1975) ressaltam ainda que essas três regiões se encontram atravessadas por uma “*teoria da subjetividade* de natureza psicanalítica” (*apud* INDURSKY, 1997, p.18). Em suma, essas três áreas são atravessadas pela concepção, advinda da Psicanálise, de que o sujeito é afetado pelo inconsciente.

Aliando-se a Pêcheux e Fuchs (1975), Orlandi (1999) sustenta que,

se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI 1999, p. 20).

A partir dessa perspectiva, lança-se um novo olhar em direção ao campo da linguística, principalmente em questões que se referem à língua, à história e ao sujeito.

Em seus estudos sobre as reflexões de Pêcheux (1975), Baronas (2011) também pontua que, segundo o linguista francês,

a Análise do Discurso consiste em uma teoria não subjetiva da linguagem que concebe o sujeito não como o centro do discurso, mas como sujeito cindido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Na produção do discurso, o sujeito sofre uma tripla determinação: a da língua, a da ideologia e a do inconsciente. O imanentismo constitutivo da Linguística saussuriana dá lugar à exterioridade. Esta é entendida não como mera adição, que vem de fora se sobrepor ao que está dentro, num contexto, mas como constitutiva de todo dizer (BARONAS, 2011, p. 16).

Por sua vez, a linguística, ao constituir-se pela afirmação da “não-transparência da linguagem”, também é importante para a Análise de Discurso, que não procura achar um sentido no final do texto, mas questionar *como* esse texto significa. Em suma, a Análise de Discurso compreende o texto “como tendo uma

materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 1999, p.18).

Na trilha dos estudos discursivos, Faraco (2003), ao tecer comentários sobre o artigo do linguista Zellig S. Harris, **Discourse analysis** – em comemoração aos cinquenta anos de sua publicação –, ressalta que Harris (1909-1992) foi o primeiro teórico a usar a expressão *Discourse Analysis*, que foi traduzida para o português como *Análise do Discurso* ou *Análise de Discurso*.

Nesse seu trabalho, escrito em 1952 e considerado o marco inicial da Análise de Discurso, Harris (1969, p.10) propõe a descrição de um método de análise daquilo a que ele chamava de “fala ou escrita conexa”, que tentaria “superar a limitação da frase da linguística descritiva”; com isso, Harris ressalta que o discurso está sempre relacionado a outros campos, além das regras de uso da língua.

Essa ideia impulsionou os estudos de uma linguística descritiva, que tinha como amplo escopo o estudo de todos os enunciados produzidos para além de uma simples frase. Harris incorporou à linguística algumas questões provenientes da psicologia e da sociologia, procurando preencher a ausência do sujeito e suas posições em relação ao contexto histórico.

Entretanto, a abordagem de Harris é estritamente descritiva e gramatical e não obteve continuidade, tornando-se limitada à Análise de Discurso, pois não estabelecia reflexões sobre a significação e as relações sócio-históricas. Embora essa primeira tentativa de se analisar um texto em sua globalidade não tenha obtido êxito, observa-se que as mais recentes teorias da Análise de Discurso também partem desse mesmo princípio.

Faraco (2003, p. 248) ainda destaca que, na apresentação do artigo, Harris conceitua *discurso*, apontando dois sentidos complementares ao termo: a) “discurso é o linguístico que ultrapassa os limites da sentença”; e b) “discurso é o conglomerado não arbitrário de sentenças”. A tradução francesa, publicada na revista *Langages*, nº 13, em 1969, tem relação com o interesse de Pêcheux pela proposta de Harris, já que o linguista francês lança, nesse mesmo ano, seus estudos sobre o tratamento automático da superfície textual.

À guisa de maiores esclarecimentos, também retomamos Orlandi (1999, p.18), que aponta Harris como o teórico estruturalista que já pesquisava o texto e “consegue livrar a análise do texto do viés conteudista, mas, para fazê-lo, reduz o texto a uma frase longa”. Para a Orlandi (1999, p.18), o texto não se reduz a uma

frase longa ou a “uma soma de frases”, mas a “uma totalidade com sua qualidade particular, com sua natureza específica”. Contudo, não se pode deixar de reconhecer que Harris foi ousado e inovador, ao mostrar a capacidade de se compreender o texto e ir além de uma análise que se reduzia meramente à frase.

Para Faraco (2003, p. 250), tem-se a “oportunidade de flagrar um linguista envolvido com a construção do método”, uma vez que, para ele, o próprio Harris preocupava-se com a questão metodológica, com o rigor dos procedimentos.

Em relação ao termo *discurso*, Orlandi (1999) explica que, de acordo com a etimologia, o vocábulo contém em si a ideia de *movimento*, de *percurso*. Ainda segundo a autora, o objeto da Análise de Discurso é o discurso, ou seja, é essa disciplina que tem como objetivo analisar “a língua funcionando para a produção de sentidos”. Orlandi também (1999) sustenta que:

A análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 1999, p. 15).

Com efeito, desde que a linguística revelou que seu objeto de estudo encontrou seu próprio limite na frase, o discurso ficou dela excluído, devido à sua própria natureza e extensão. Como Osakabe (1979) explica,

A rejeição do discurso enquanto objeto de especulação da linguística teve como justificativa seu caráter complexo por oposição ao caráter simples das entidades e das regras explicativas de unidades até o nível da frase; por conseguinte, pela rejeição, essa identidade ganha pelo menos um traço característico: o de não se confundir com a frase por estar além dela (OSAKABE, 1979, p. 9 apud INDURSKY, 1997, p. 17).

Para Indursky (1997), essa rejeição foi determinante para impulsionar os estudos e novas reflexões para definir o discurso como objeto de estudo. Nesse sentido, a Análise de Discurso abriu possibilidades de se analisar unidades além da frase, deixou de ser considerada apenas uma mera possibilidade de transmissão de mensagens entre falantes, e passou a ser vista como “o espaço onde o homem se constitui como sujeito” (INDURSKY, 1997, p.17).

Maingueneau (1997), ancorando-se nas ideias de Borel (1981), destaca que “um discurso não é delimitado à maneira de um terreno, nem é desmontado como

uma máquina. Constitui-se em signo *de* alguma coisa, *para* alguém, *em* um contexto de signos e de experiências” (BOREL, 1981, *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 34).

Seguindo por essa via, Indursky (1997) também se apoia em Pêcheux ([1969, p. 16] 2010), quando o linguista ressalta que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada em si mesma, mas se faz necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis” (PÊCHEUX, 2010, p.16 *apud* INDURSKY, 1997, p. 22).

Trata-se de um campo de estudos que propõe questões relevantes e essenciais para alavancar o estudo e a análise dos acontecimentos discursivos, uma vez que aborda como objeto de estudo a produção de efeitos de sentido realizada por sujeitos sociais inseridos na história, que se utilizam da materialidade da linguagem.

Para Pêcheux ([1975] 2009, p.150), o sujeito discursivo não é único, consciente, não é origem do sentido (ilusão-esquecimento n° 1), e nem mesmo senhor de um dizer pleno, fechado e homogêneo (ilusão-esquecimento n° 2); logo, não é passível de ser apreendido de forma neutra e transparente, pois “se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1975, *apud* ORLANDI, 1999, p. 34-35). Em verdade, como vimos acima, o sujeito do discurso é apresentado como uma posição no discurso.

Essas novas abordagens apontam um amplo desdobramento que envolve estudos e reflexões sobre enunciação, textualidade, contextos e condições de produção; por esse novo viés, o analista de discurso se vê inclinado a buscar uma nova perspectiva de análise da linguagem, já que abandona o estudo dos sistemas da língua e passa a direcionar seu olhar aos discursos que circulam no mundo social em um determinado tempo histórico.

Conforme Maingueneau (1997, p.11-12), trata-se de apreender a linguagem fazendo sentido “para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução ou em conjunturas históricas”.

Essas reflexões indicam que, para a Análise de Discurso, o texto é articulado em uma materialidade simbólica própria e significativa. Nesse sentido, de acordo com Orlandi (2012a, p. 88-89), trata-se de uma manifestação material do discurso, uma abordagem que permite o acesso ao discurso, uma unidade de análise afetada pelas condições de produção e pela memória. A autora também acrescenta que:

Se o texto é, como dissemos, a unidade de análise afetada pelas condições de produção e pela memória, ele é, para o analista, o lugar da relação com a representação física da linguagem, onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho – material bruto – mas é, sobretudo, espaço significante (ORLANDI, 2012a, p. 89).

Assim, a Análise de Discurso une a realidade da história à realidade da língua, apontando que o homem faz a história, embora essa mesma história não se revele a ele de forma transparente. Ancorando-se em Pêcheux (1988), Orlandi (2012a, p. 21) também sustenta que a Análise de Discurso busca na opacidade do texto “a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique. A ideia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento”.

Nesse sentido, a autora aponta que a Análise de Discurso se propõe a compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, como eles estão impregnados de significância em sua relação com o sujeito, como também busca analisar os próprios gestos de interpretação. Esses gestos de interpretação definem relações entre o sujeito e o sentido, produzindo, assim, novas práticas de leitura.

3.1 Do sujeito iluminista ao sujeito descentrado da Análise de Discurso

Como vimos acima, é importante destacar os deslocamentos que surgiram a partir do sujeito iluminista (centrado e homogêneo) até se chegar ao sujeito da Análise de Discurso, que se caracteriza por ser um sujeito descentrado e heterogêneo, afetado pelo inconsciente, constituído pela linguagem, interpelado pela ideologia.

Maingueneau (1997, p. 34) chama a atenção para o fato de que são bem distintos o sujeito linguístico (aquele que interessa à linguística e não representa o objeto de estudo da Análise de Discurso); o sujeito genérico, que corresponde ao indivíduo que “não é interpelado como sujeito, sob a forma universal do sujeito de enunciação, mas em um certo número de lugares enunciativos [...]”; e o próprio sujeito da formação discursiva, que se apresenta também como a figura correlata de um destinatário, de um ‘coenunciador’, que busca determinar qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser um sujeito”.

Em relação ao sujeito discursivo, Orlandi (2012a) tece considerações sobre a crítica da Análise de Discurso ao tratar das Teorias da Enunciação, destacando que

elas teorizam sobre a ilusão do sujeito como origem (Pêcheux, 1975), ao passo que a Análise de Discurso, propondo-se a levar em conta esse efeito, o coloca na instância da constituição imaginária do sujeito enunciativo, colocando a questão da interpelação ideológica e do inconsciente (ORLANDI, 2012a, p. 44-45).

Na verdade, Orlandi (2012a, p. 45) não aceita a noção de sujeito apresentada por Benveniste, já que, nas reflexões da autora, “não é o sujeito que se apropria da língua [...]”. Para Orlandi (2012a, p. 45), “há uma forma social da apropriação da linguagem em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia”.

Ao refletir sobre essas questões, Guimarães (1989, p. 72) retoma Benveniste quando esse autor afirma que “a enunciação é o ato de apropriar-se da língua. Ou seja, não é um ato de um locutor relativamente a um interlocutor. É um ato relativamente à língua”. Já Guimarães (1989) sustenta que a intersubjetividade é articulada no sistema da língua, ou seja, “é algo previsto no sistema da língua, não é uma construção da enunciação. Assim, se alguém coloca a língua em funcionamento, constitui-se como sujeito, intersubjetivamente” (GUIMARÃES, 1989, p. 72).

Contudo, Orlandi (2012a, p. 45) vê alguns pontos de aproximação entre a teoria da enunciação e questões abordadas pela Análise de Discurso, uma vez que, em suas argumentações sobre o sujeito, a partir das novas reflexões acerca do discurso, a teoria da enunciação dedicou-se a estudar a relação do sujeito com a língua.

Essa nova abordagem do sujeito, como vimos acima, foi iniciada nos anos 60 em um contexto intelectual provocado por duas rupturas: por um lado, com o desenvolvimento da Linguística, ao apontar que o texto não poderia mais ser considerado apenas como conteúdo; por outro lado, por destacar um deslocamento na maneira como os intelectuais analisavam a leitura, que deixa de ser uma simples decodificação e passa a constituir-se como a construção de um dispositivo teórico (ORLANDI, 1999, p. 25-28).

A perspectiva que entendia a leitura como uma atividade de decodificação era a chamada abordagem estruturalista. O emissor enviava uma mensagem que cabia ao destinatário apenas ler e decifrá-la. Observa-se que a atividade do leitor era totalmente passiva, pois seu papel se resumia apenas a reconhecer o código, não se considerando os fatores extralinguísticos para reforçar o entendimento da leitura.

Foi só a partir da abordagem discursiva que a leitura foi vista como produtora de sentidos. A partir daí, o leitor é concebido como interlocutor; ou seja, de mero decodificador, o leitor não só passa a buscar sentidos articulados no texto, como também procura interagir com os discursos outros presentes no texto. Seguindo por essa via, pode-se compreender a articulação entre sujeito, texto e sentido, impulsionada pelas contribuições da Análise de Discurso, que apontam que a leitura é produzida, ou seja, é uma construção do sentido (ORLANDI, 1987, p. 180).

Nesse sentido, verifica-se que a leitura de um texto não pode mais ser compreendida como uma mera atividade que visa a captar ideias prontas e já definidas, pois está sempre em um processo contínuo de construção, em que os sentidos são atribuídos ao texto. É durante a leitura que ocorre a interação entre os interlocutores. Como ressalta ORLANDI (1987),

A leitura é o momento crítico da constituição do texto, é o momento privilegiado da interação, aquele em que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao se constituírem como tais, desencadeiam o processo de significação do texto (ORLANDI, 1987, p. 186).

Em seus estudos e reflexões sobre a leitura, Orlandi (2012a) a define como:

Trabalho simbólico no espaço aberto de significação que aparece quando há textualização do discurso. Há, pois, muitas versões de leitura possíveis. São vários os efeitos-leitor produzidos a partir de um texto. São diferentes possibilidades de leitura que não se alternam, mas coexistem, assim como coexistem diferentes possibilidades de formulação em um mesmo sítio de significação. É isso que deve ser trabalhado. Simbolicamente (ORLANDI, 2012a, p. 71).

Para Orlandi (1999, p. 34), essa nova prática de leitura, que é a discursiva, aborda “o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito daquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária”.

Assim, com essas novas abordagens na Análise de Discurso surgem novas maneiras de leitura. Não se rejeitam mais a não transparência da linguagem, nem as ilusões atribuídas ao sujeito. A opacidade é compreendida como o fenômeno que mantém a linguagem viva. Em verdade, se a linguagem fosse transparente – como era considerada pela linguística formalista –, seria condenada a ser uma linguagem vazia, sem motivo para constituir-se viva. O esquecimento é agora considerado parte da significação. Cabe ao leitor tomar seu lugar; assumir sua posição-leitor discursivo ao interagir com o autor do discurso.

Tendo como base essas argumentações, compreende-se que o sentido de um texto não se encontra em seus interlocutores, não está isoladamente em cada um deles, mas no espaço discursivo que se abre entre eles, ou seja, está na “unidade a partir da qual eles se organizam” (ORLANDI, 1987, p.180).

Como vimos acima, os efeitos de sentidos são materializados a partir de construções discursivas, nas quais o sujeito “não é a fonte de seu dizer”, já que ele se constitui de forma dinâmica com a instituição histórico-social. Isso revela que o sujeito e os sentidos são construídos discursivamente nas interações verbais com o outro em uma determinada esfera da atividade humana.

Em seus **Ensaio em Análise do Discurso**, Baronas (2011, p. 23) assinala que “a noção de efeito de sentido está ligada umbilicalmente desde a sua gênese à noção de discurso”.

Por meio de um mecanismo da própria linguagem, somos impelidos a pensar que os discursos se originam em nós – reflexo do sonho adâmico: “o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos” (ORLANDI, 1999, p. 35). Em verdade, retomamos sentidos pré-existentes, isto é, que já foram ditos, pois, “embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós...” (ORLANDI, 1999, p. 35).

Ao tomarmos emprestada uma analogia bakhtiniana, podemos apreender que o locutor não é um Adão mítico, em virtude do caráter extremamente dialógico da linguagem: sua fala é repleta de outros discursos possíveis, que foram recriados, não só a partir de seus interlocutores imediatos, como também de discursos enunciados em um passado distante, os quais interagem com esse locutor em uma dimensão cultural e sócio-histórica.

Isso implica que há um já-dito que dá suporte a esse dizer e, como Orlandi (1999) pontua, os dizeres não se referem apenas a mensagens que são veiculadas de modo a serem decodificadas e compreendidas, mas também são “efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas” e que se articulam e se presentificam na maneira como se diz, criam espaços no modo como as palavras são ditas, apontando como o analista de discurso deve se posicionar.

Os dizeres deixam vestígios que vão orientar o analista a “compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção”, pontua Orlandi (1999, p. 30). Para a autora, esses sentidos

estão intimamente ligados ao que “é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”. Em síntese, as margens do dizer são importantes, pois também são parte desse dizer.

Para exemplificarmos essa ligação do dizer com sua exterioridade, lembramos uma das manchetes do jornal *Folha de S. Paulo*, de 17 de maio de 1998, que revelava uma verdade cruel e que mobilizaria conceitos diferentes: “Negro morre a bala, e branco, do coração”. A matéria apontava que a principal causa de morte entre negros na cidade de São Paulo era homicídios por arma de fogo. Já entre os brancos, a principal causa de morte seria por infartos agudos do miocárdio.

O analista observa que não é possível aceitar as explicações unívocas, as interpretações fáceis sobre a cor da violência, mas, sim, buscar o sentido movente das palavras, tentar se desligar de um aprendizado longo que considerava o discurso simplesmente como um conjunto de significantes que se referiam a determinados conteúdos. Ao invés disso, é preciso trabalhar intensamente o próprio discurso, penetrar em seu interior e entender as relações históricas que ainda estão vivas e pulsantes nesse discurso. A historicidade está justamente no deslizamento, na ruptura, na ordem do simbólico, que é o lugar da interpretação.

As marcas do acontecimento histórico e discursivo só podem ser recuperadas para além do enunciado, ou seja, na história. De fato, compreende-se que a linguagem só faz sentido porque, na perspectiva discursiva, a própria linguagem se inscreve na história (ORLANDI, 1999, p. 25). Perguntamos, então: na sua incompletude, o enunciado se refere ao mesmo branco, o colonizador, que submetia o negro à escravidão, ao trabalho pesado, à morte, ou estaria, ainda, apontando um discurso sobre outro negro, que ainda hoje sofre o repúdio de uma sociedade racista, que o leva a sofrer cada vez mais um conflito de identidade?

Nesse sentido, por essa nova prática de leitura, o analista vai além daquilo que é dito, e seu olhar observa muito além do que fica na “superfície das evidências”, revelando que os sentidos não estão apenas nas palavras, mas em sua relação com a exterioridade, nas condições em que são produzidos. Acompanhando a trilha desses questionamentos, verifica-se que tais representações são percebidas a partir dos lugares ocupados pelos sujeitos idealizados, o branco e o negro. Enfim, todos os sentidos já ditos por outros enunciadores, em outros momentos, em experiências passadas mostram-se presentes no enunciado mencionado acima.

Essas reflexões explicam e norteiam os direcionamentos do sentido e os

mecanismos de estruturação do enunciado. Apontam que, de fato, os sentidos são sempre atravessados pela fala do outro e, assim, são constituídos no cruzamento entre uma atualidade e uma memória. Em outras palavras, os sentidos são revelados em uma dispersão, uma vez que o limite de um determinado enunciado está sempre ligado a outros enunciados. O interdiscurso é constituído por essa dispersão, e isso explica seu caráter heterogêneo.

Courtine (1984) destaca a diferença entre interdiscurso e intradiscurso. Para esse autor, o interdiscurso é representado por

um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (apud ORLANDI, 1999, p. 32, 33).

Em síntese, o interdiscurso é revelado no conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam tudo aquilo que dizemos. Como Courtine aponta (1984), no interdiscurso “fala uma voz sem nome” (apud ORLANDI, 1999, p. 34). Orlandi (1999) também enfatiza que interdiscurso não se confunde com intertexto, pois

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em minhas palavras (ORLANDI, 1999, p.33-34).

No que se refere ao intradiscurso, Pêcheux (2009) sustenta que

enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior” [...]: diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver/esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência” (PÊCHEUX, 2009, p. 154).

Portanto, o intradiscurso – espaço da formulação – apenas será delineado a partir de sua intrínseca relação com o interdiscurso. A interpretação é definida de acordo com o modo como o interdiscurso é articulado pelo intradiscurso. De outro modo, a interpretação é tecida no jogo ininterrupto entre a descontinuidade – da ordem do interdiscurso, da história – e a regularidade – da ordem do intradiscurso,

da língua. Ademais, é importante destacar que interdiscurso e intradiscurso não são “realidades” autônomas constituídas numa relação dicotômica.

O intradiscurso, considerado um processo de sustentação, é efeito do interdiscurso. Nesse sentido, o intradiscurso possibilita (re) significar o já-dito, o pré-construído e, assim, ele se significa. Como Orlandi (1999) enfatiza, temos aí as condições de produção, que englobam os sujeitos e a situação.

A autora (1999) também ressalta que a memória representa parte relevante da produção do discurso, já que a maneira como ela é tratada em relação ao discurso faz com que, por essa perspectiva, ela seja considerada como interdiscurso, ou seja, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer [...] o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 1999, p. 30-31).

3.2 O texto é um tecido de vozes

Como vimos acima, a Análise de Discurso de linha francesa tem se alinhado às disciplinas que se preocupam com a interpretação de textos. Nesse sentido, ela lança seu olhar sobre a historicidade do discurso, os vários papéis assumidos pelos sujeitos que participam do jogo enunciativo, a opacidade dos sentidos, a não evidência do que se chama objetividade de crenças, valores, ideias e linguagens. Por esse viés, sua área de atuação se propõe a compreender e analisar a produção social de sentidos, revelada por sujeitos históricos, na materialidade da língua (ORLANDI, 1999, p. 15 - 22).

Baseando-se na teoria da interdiscursividade e da intertextualidade, fundamentada na concepção bakhtiniana de dialogismo, Fiorin (2006) aponta que o texto é

a manifestação do enunciado, que é uma ‘postura de sentido’. [...] O enunciado é da ordem do sentido; o texto é do domínio da manifestação. O sentido não pode construir-se senão nas relações dialógicas. Sua manifestação é o texto e este pode ser considerado como uma entidade em si [...] Por isso, chamaremos qualquer relação dialógica, na medida em que é uma relação de sentido, interdiscursiva. O termo *intertextualidade* fica reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos. Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas que o contrário não é verdadeiro. Por exemplo, quando a relação dialógica não se manifesta no texto, temos interdiscursividade, mas não intertextualidade (FIORIN, 2006, p. 180-181).

Ancorando-se nas ideias do Círculo de Bakhtin, Fiorin (2006, p.166) também sustenta que “o dialogismo é sempre entre discursos. O interlocutor só existe enquanto discurso. Há, pois, um embate entre dois discursos: o do locutor e o do interlocutor, o que significa que o dialogismo se dá sempre entre discursos”. Em suas reflexões sobre esse tema, Fiorin (2006) também cita Faraco (2003) ao apontar que

um dos significados da palavra *diálogo* é o que remete à ‘solução de conflitos’, ‘entendimento’ [...]; no entanto, o dialogismo é tanto convergência, quanto divergência; é tanto acordo, quanto desacordo; é tanto adesão, quanto recusa; é tanto complemento, quanto embate” (FIORIN, 2006, p.170).

À guisa de maiores esclarecimentos, retomamos a concepção polifônica de Ducrot, formulada pela primeira vez em 1980, que provocou várias mudanças, rompendo com a concepção da “unicidade do sujeito da enunciação”. Ducrot avançou consideravelmente “na caracterização do processo de interlocução”, destaca Indursky (*apud* 1989, p. 95), impulsionando novas abordagens de análise. A autora (1989, p. 95) destaca que, a partir de Ducrot, “com o desdobramento dos interlocutores, surgiram perspectivas muito mais ricas de análise”.

Essas reflexões sinalizam que o discurso é um tecido de vozes, uma vez que o enunciado constitui-se como o elo da cadeia interativa que reclama outros dizeres, que se presentificam como se fossem um eco dialógico. Em suma, os discursos respondem a um já-dito e se articulam em um contínuo devir.

Essas considerações também revelam que o discurso engloba outras questões, que vão além do uso da língua: ele é o resultado da associação entre as circunstâncias em que se fala ou se escreve – a identidade daquele que fala, como também a identidade daquele a quem o locutor se dirige, a relação de intencionalidade que liga esses dois interlocutores, como também as condições físicas dessa troca languageira – com a maneira específica com que se fala. Assim, o que produz sentido é a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas.

Como propõe Charaudeau (2012, p. 40), refletir sobre o sentido do discurso consiste em articular uma correlação entre dois polos. Como observa o autor, é justamente falando que o sujeito dá uma significação aos fenômenos discursivos.

E como o sujeito linguageiro é duplo, no sentido de que, segundo um princípio de alteridade, ele se desdobra num *eu* e num *tu* que se definem mutuamente numa relação de intersubjetividade, dir-se-á que o olhar que estrutura o acontecimento é também duplo: o olhar do sujeito ao produzir o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significante, e o olhar do sujeito interpretante, que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade (CHARAUDEAU, 2012, p. 96).

O sujeito que enuncia, posiciona-se em um lugar social, histórico, assumindo o papel de porta-voz dos discursos. Isso faz com que esse sujeito vá se iludir e imaginar que possa ter sua univocidade. Mas essa suposta univocidade é desfeita quando também são desfeitos os fios descontínuos e ininterruptos que foram tecidos na trama dos discursos.

Isso reforça o posicionamento de que o discurso não nasce do sujeito enunciador, pois, na verdade, esse discurso é retomado a partir de uma memória discursiva – quer seja lembrada ou esquecida –, de referenciais que foram previamente constituídos.

De fato, em leituras e estudos posteriores sobre esse mesmo tema, podemos citar Baronas (2011, p.103), quando o autor ressalta que “a memória discursiva é feita também de deslizamentos e de esquecimentos, isto é, que seus desdobramentos não se dão somente enquanto restituição, mas também enquanto transformação e silenciamento de sentidos”.

Ainda sobre essa questão, Orlandi (1999) sustenta que:

A memória, por sua vez, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 1999, p. 31).

Assim, todo dito é um já-dito em outro lugar, que se articula de maneira determinante no processo de memória ou de esquecimento, em sua busca por delinear determinadas representações, culturalmente construídas, guardadas em uma memória discursiva, cultural, sócio-histórica, tornando-se responsáveis pela produção e interpretação dos efeitos de sentidos nos diversos enunciados.

Além disso, essas representações imaginárias também se referem aos lugares assumidos pelos próprios interlocutores durante o processo discursivo,

ressaltando que esses lugares e essas representações dos sujeitos envolvem deslocamentos de sentidos. Para Orlandi (2012a, p.115), “todo texto é heterogêneo do ponto de vista de sua constituição discursiva: ele é atravessado por diferentes formações discursivas, ele é afetado por diferentes posições do sujeito, em sua relação desigual e contraditória com os sentidos, com o político, com a ideologia”.

Aliando-se a essas reflexões, Pinto (2002, p. 31) ressalta que, pelo viés da Análise de Discurso, todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de vozes. Isso também ocorre na mídia impressa que, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico de produção e circulação da informação, destaca a importância não só das vozes que se fazem ouvir, como também daquelas vozes que são abafadas e não se deixam ouvir.

E é justamente essa polifonia de vozes que permite a reconstrução do acontecimento a partir da articulação de diversos pontos de vista, relacionando vários enunciadores, entonações e níveis de dramaticidade, sem que nenhum se sobreponha aos outros.

Nesse sentido, “[...] o que se trabalha são rupturas no fio do discurso”, diz Orlandi (2012a, p.12), que retoma Courtine para destacar que “o que interessa são pontos no texto onde aflora a discursividade em seu real contraditório: incompleto, lugar de tensão entre o *mesmo* e o *diferente*, dispersão do sujeito e do sentido. É isso que se manifesta materialmente no texto e é aí que incide o olhar do analista”.

Baseando-se nessas reflexões, seguindo as tramas do discurso, encontramos a paráfrase e a polissemia, fenômenos que, como destaca Orlandi (1999), articulam o jogo entre o mesmo e o diferente. De fato, não só repetimos, ou seja, retornamos ao mesmo espaço do dizer, mas também avançamos no processo de significação.

Em sua obra **Estrutura ou acontecimento** ([1983] 2006), Pêcheux assevera que

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 2006, p. 53).

Seguindo por essa via, Baronas (2011) também aponta que

As pesquisas em Análise do Discurso que abordam a questão da memória mostram que, para que um discurso signifique, ele precisa necessariamente não apenas repetir, atualizar, mas também deslocar, esquecer, silenciar os já ditos que estão na sua base (BARONAS, 2011, p. 103).

Com efeito, em um dado momento histórico, alguns fatos são enunciados, ou seja, são expostos, ao passo que outros precisam ser silenciados, requerem um silenciamento. Tendo essas argumentações em mente, compreendemos que tanto a exposição como o silenciamento constituem-se como duas abordagens discursivas usadas para controlar os sentidos e as verdades.

Nesse sentido, o analista deve sempre levar em consideração não só o que está sendo dito, como também aquilo que não pode ser dito ou aquilo que é dito para que outras palavras não sejam ditas. Essas reflexões servem para abordar as censuras veladas e os limites impostos pelas regras de silenciamento, que são articuladas pela política do silêncio.

Como Orlandi (1993; 1999) propõe, o silêncio, ou seja, o não-dizer é “subsidiário” àquilo que foi dito, pois traz consigo outra maneira de se abordar o não-dito na Análise de Discurso. Para a autora (1999, p. 83), o silêncio “pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido”.

Em suas reflexões e análises sobre o silêncio e o implícito, Orlandi (1989, p. 39) afirma que o silêncio não é transparente, mas “tem sua espessura e instaura processos significativos complexos”. A autora ressalta a importância das várias formas de significação articuladas pelo silêncio e também aborda a política do silêncio, que se refere à “prática de processos de significação pelos quais, ao dizer algo, *apagamos* outros sentidos possíveis mas indesejáveis em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1989, p. 40 *In*: GUIMARÃES, 1989).

Em síntese, Orlandi (1989, p. 43) enfatiza que o silêncio, considerado como o apagamento de sentido, não se refere a algo que se associa àquilo que foi dito; ao contrário, trata-se de algo que o constitui enquanto tal.

Em toda sociedade observa-se um processo social de atribuição dos sentidos, que define as vozes de autoridades, as quais estabelecem a formação do que é conhecido: são os críticos, os teólogos, juristas etc., que se responsabilizam pela unicidade de seus respectivos discursos.

Nesse sentido, Orlandi (1989, p. 44) define a monofonia como o resultado de “uma voz social homogeneizante que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a injunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos”.

Todas essas concepções são relevantes para se apreender que é nesse emaranhado, nesse cruzamento de vozes, que o analista de discurso deve trabalhar, de tal maneira que possa encontrar pistas deixadas pelo sujeito que usa a linguagem em busca de sentido. Assim, ao buscar os sentidos que se articulam na exterioridade do texto, o analista não deve se restringir à descrição – à decodificação de signos –, como também não deve se prender a uma simples interpretação.

Ao se debruçar sobre a análise de um texto, o analista deve se colocar exatamente no *entremeio*, ou seja, sua análise deve situar-se entre a descrição e a interpretação. Como propõe Orlandi (2012a),

Mesmo se a finalidade primeira é descrever, penso que o trabalho do analista de discurso não se limita à descrição. Mesmo porque a descrição tem que ser interpretada. Melhor dizer então que sua finalidade não é descrever nem interpretar, mas compreender – isto é, explicitar – os processos de significação que trabalham o texto; compreender como o texto produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento (ORLANDI, 2012a, p. 27).

De fato, pela sua natureza material, a Análise de Discurso pratica a interpretação, mas não ignora a descrição. Em verdade, descrição e interpretação se relacionam de maneira mútua, pois uma não existe sem a outra. Cabe ao analista criar um deslocamento em sua posição de sujeito com a interpretação, de tal maneira que ele possa trabalhar “no entremeio da descrição com a interpretação” (ORLANDI, 1999, p. 61).

3.3 O enunciado: o elo da cadeia interativa que reclama outros dizeres

A enunciação, que é o momento em que a linguagem é posta em uso, é um fenômeno que envolve tanto a presença física dos participantes, de seus interlocutores, como também envolve o tempo histórico, o espaço social da interação e ainda as nuances de cada sujeito que dela participa.

Como sustenta Charaudeau (2013), um enunciado pode ter vários valores, que resultam em uma polidiscursividade, como: valores referenciais (descrevem um estado do mundo); valores enunciativos (informam a identidade e as intenções dos interlocutores); valores de crenças. A significação é representada em um discurso por meio de um jogo entre aquilo que é dito e também por aquilo que não é dito, ou

seja, pelo que esse discurso apresenta de explícito e implícito e, muitas vezes, nem mesmo o interlocutor tem consciência dessa variedade de efeitos discursivos.

Para Charaudeau (2013, p.174), os procedimentos enunciativos “permitem àquele que fala colocar-se em cena (enunciação ‘elocutiva’), implicar seu interlocutor no mesmo ato de linguagem (enunciação ‘alocutiva’), apresentar o que é dito como se ninguém estivesse implicado (enunciação ‘delocutiva’)”.

A enunciação elocutiva se constitui por meio dos pronomes pessoais de primeira pessoa, com verbos modais, advérbios e qualificativos que delineiam “a implicação do orador e descrevem seu ponto de vista pessoal”. Já a enunciação alocutiva, é revelada com o uso de pronomes pessoais de segunda pessoa, também acompanhados de “verbos modais, de qualificativos e de diversas denominações” que apontam a presença do interlocutor, o lugar destinado a ele pelo locutor e também a interação que ocorre entre eles (CHARAUDEAU, 2013, p.174-176).

A função delocutiva, por sua vez, articula o que é dito pela via do ponto de vista de uma terceira voz, a que Charaudeau (2013) denomina “voz da verdade”, pois nenhum dos interlocutores quer assumir a responsabilidade da palavra dada. Nesse caso, é comum a utilização de termos que “apagam todo traço dos interlocutores, para se apresentar sob forma impessoal” (2013, p.179).

Desse modo, nos baseamos em Maingueneau (1997, p. 32) que, desde o início, aponta a importância da Análise de Discurso ao estabelecer as instâncias de enunciação em relação a “lugares”, com o intuito de ressaltar “a preeminência e a pré-existência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever”. Para esse autor (1997, p. 33), o conceito de lugar se constitui como a formação social determinada, em que cada um dos interlocutores constrói sua identidade “a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa”.

Essas concepções servem para ressaltar que, por meio dos discursos efetivamente produzidos e materializados em algum lugar, é possível conhecer o sujeito, as ideologias que o interpelam e suas posições, pois os indivíduos assumem posicionamentos diferentes no discurso, destacando sua heterogeneidade.

Nesse sentido, ao analisar textos de comunicação, Maingueneau (2001, p. 20) destaca que todo ato de enunciação é fundamentalmente *assimétrico*, já que “a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador”.

Pêcheux ([1975] 2009) também assinala que

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os *traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

Guimarães (1989, p. 78, 79) destaca que a enunciação é “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado [...] não é um ato individual do ‘sujeito’, não sendo também repetível. O repetível está na enunciação porque ela se dá no interior de uma formação discursiva”.

Com base nessas reflexões, observa-se que o enunciado é único, pois, mesmo que seja repetido, reiterado, modificado, os sentidos por ele produzidos são outros. Isso se dá porque tanto o locutor, que produz tal enunciado, como o interlocutor, que busca compreender esse enunciado, estão em posições distintas e ambos procuram ressignificá-lo, quer seja de uma maneira muito aproximada ou quase idêntica. Em suma, todo enunciado é articulado em uma dimensão dupla, visto que “revela duas posições: a sua e a do outro” (FIORIN, 2006, p.170).

Essa característica já havia sido apontada por Foucault (1986), pois, segundo o autor, o enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 1986, p.112, *In*: SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 28).

Gregolin (2004, p. 93) explica que essas margens se constituem como “redes verbais, formam uma trama complexa, que se constitui pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve [...]”.

Já Guimarães (1989), apoia-se em Ducrot e Ancombres (1976), os quais assim definem a enunciação: “A enunciação será para nós a atividade de linguagem exercida por aquele que fala no momento em que fala. Ela é, pois, por essência, história...” (DUCROT; ANSCOMBRES, 1976, p.18 *apud* GUIMARÃES, 1989, p. 71).

Em seus estudos sobre **Enunciação e História**, Guimarães (1989) também se ancora nos ensinamentos de Pêcheux (1969, 1975), Foucault (1969) e Orlandi (1983; 1988) para refletir sobre o papel do enunciado ao ser articulado pela via da Análise de Discurso.

Guimarães (1989) aborda o enunciado como elemento de uma prática social, como uma unidade do discurso, sua relação com o sujeito, com o mundo e com

outros enunciados, evidenciando seu caráter relacional e sua materialidade física. Para esse autor (1989),

[...] algo só é enunciado se relacionado a um conjunto de entidades de mesma natureza, outros enunciados. Ou seja, não seria possível imaginar a existência de um enunciado único. Faz parte das condições de existência de um enunciado que existam outros. Assim, seu caráter é necessariamente relacional. Só há um enunciado se houver mais de um. Ou seja, é impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação. Nada se mostra a si mesmo na linguagem. Algo sozinho nunca é linguagem. Algo só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito. Isto dá o caráter inescapavelmente histórico da linguagem (GUIMARÃES, 1989, p. 74).

Essa característica do enunciado de se desdobrar em uma repetição, uma vez que faz parte de uma série ou de um conjunto, através de afirmações ou oposições, é que possibilita que um discurso seja retomado, isto é, que seja perpassado pela memória. Esse fenômeno se dá por meio do conceito de *formação discursiva*. Maingueneau (2001) se posiciona sobre essa questão, ressaltando que

compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário; é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado pré-estabelecido e estável. A própria ideia de um enunciado que possua um sentido fixo fora do contexto torna-se insustentável. Certamente isso não quer dizer que as unidades lexicais de uma sequência verbal não signifiquem nada, nem que suas relações deixem de orientar de maneira decisiva a interpretação. O que se quer dizer é que, fora de contexto, não podemos falar realmente do sentido de um enunciado, mas, na melhor das hipóteses, de coerções para que um sentido seja atribuído à sequência verbal proferida em uma situação particular, para que esta se torne um verdadeiro enunciado, assumido em um lugar e em um momento específicos, por um sujeito que se dirige, numa determinada perspectiva, a um ou vários sujeitos (MAINGUENEAU, 2001, p. 20).

De fato, como vimos acima, todo enunciado constitui-se como uma resposta aos enunciados anteriores, que exigem e motivam respostas futuras, as quais, por sua vez, vão produzir novos dizeres, outras enunciações. Trata-se de uma “tensão entre o retorno e o avanço [...] entre o que já é e o que pode ser”. A articulação desses dois níveis, ou seja, o do enunciado (plano dos dizeres já-ditos) e o da enunciação (plano do que está se dizendo, o “aqui” e “agora” dos discursos) é revelada no âmago da memória, os quais correspondem, respectivamente, ao interdiscurso e ao intradiscurso.

Em verdade, trata-se de um outro sentido, que vai se articular de acordo com uma visão de mundo específica do interlocutor, aliada ao contexto no momento da produção desse enunciado, aos valores específicos assumidos pelo enunciador; a

partir daí, tem-se a produção de sentidos diversos, que podem ser contraditórios aos sentidos que o enunciador tinha em mente.

Com base nessas considerações, ressalta-se que este trabalho não se propõe a analisar o *corpus* como se tivesse sido produzido por um único enunciador, mas, sim, propõe-se a considerar sua enunciação articulada a uma posição sócio-histórica, em que os enunciadores são considerados como substituíveis, visto que a enunciação “é vista como o lugar do sempre novo” (GUIMARÃES, 1989, p. 73).

3.4 Discurso político e mídia: o jogo de máscaras de um universo construído

Também chamada de quarto poder, numa referência aos outros três poderes do Estado democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário), a mídia se reveste da grande influência que exerce ao manipular a opinião pública, pois dita regras de comportamento, influencia atitudes e escolhas dos cidadãos, modificando a própria sociedade (CHARAUDEAU, 2012, p. 17-18).

Contudo, Charaudeau (2012) ressalta que as mídias não são uma instância de poder, embora não se comportem de maneira indiferente aos vários jogos do poder social. O autor (2012, p. 256) explica que a ação manipuladora das mídias é limitada. Para ele, a estância midiática é manipulada de duas maneiras distintas: por uma pressão externa e por uma pressão interna. A primeira é determinada por três fatores: a *atualidade*, o *poder político* e a *concorrência*.

De acordo com Charaudeau (2012, p. 257), “a atualidade é marcada pelo princípio da saliência, que impõe uma informação sem seguimento [...]”. Como o autor destaca, as mídias enfrentam restrições que são determinadas “pela cobertura da atualidade e os novos assuntos de discussão lançados por essa atualidade”.

Para conquistar e manter seu público, as mídias enfrentam uma “concorrência comercial que as leva a manter a visibilidade de sua grade de informação para, ao mesmo tempo, fazer como os outros e ser diferente, a fim de evitar [...] o abandono, ainda que provisório, de leitores”, afirma Charaudeau (2012, p. 257).

O poder político também participa do jogo da manipulação e tem como intuito influenciar a opinião pública. Charaudeau (2012, p. 258) explica ainda que “pode-se também falar de automanipulação das mídias sob a pressão de suas próprias representações”. Quanto à lógica comercial, trata-se de um fator que afeta a

mudança de direção de um determinado empreendimento, aborda a questão de novas parcerias financeiras que podem ou não mudar a orientação da informação.

Por sua vez, os políticos se utilizam do discurso das mídias com o intuito de manipular a opinião pública, com o suposto objetivo de se preocupar com a dignidade e o bem-estar do cidadão, buscando privilegiar “a emoção sobre a razão e a construir esse alvo como um conjunto homogêneo de valores e crenças” (CHARAUDEAU, 2012, p. 258).

Em seus estudos sobre ação e discurso político, Charaudeau (2013) distingue duas instâncias implicadas na ação política.

A primeira é a “instância política” propriamente dita – aquela que assume a ação política, ou seja, assume um lugar ocupado pelos políticos eleitos. Em outras palavras, a ação política é “delegada e assume a realização da ação política”. Na instância política, “os atores têm um ‘*poder de fazer*’ – isto é, de decisão e de ação – e ‘*um poder de fazer pensar*’ – isto é, de manipulação. É o lugar da governança”, conforme Charaudeau sustenta (2013, p. 56).

Por ser uma instância de decisão, deve agir em função do possível. O discurso da instância política pode *propor* programas políticos, *criticar* as ideias adversárias, com o intuito de ressaltar sua posição, como pode também *conclamar* os cidadãos, por meio de estratégias de argumentação, sedução e persuasão, com o objetivo de ganhar a adesão, o apoio dos cidadãos e das cidadãs.

A segunda é a “instância cidadã” – aquela que apresenta o povo como responsável pela escolha dos representantes do poder. Ao contrário da primeira, a instância cidadã elege a instância política para realizar o *desejável*. Surge, a partir daí, uma estratégia difícil do poder político: tal poder quer ditar a lei e sancioná-la, mas sempre se apoiando no consentimento da instância cidadã.

Com essas considerações, Charaudeau (2013) enfatiza que a instância política se encontra em contradição, pois chega ao poder por meio de uma vontade cidadã, não autoritária, e procura manter-se no poder, dependendo de um jogo de forças que podem ameaçá-la tanto física, como institucionalmente, ou ainda de maneira simbólica.

No encontro das duas instâncias enunciativas – a política e a cidadã –, figuram as mídias, exercendo o papel de representantes da instância cidadã, que reivindicam a “verdade dos fatos”, ao mesmo tempo em que propõem, por exemplo, a renúncia de um político ao cargo que ele ocupa, em virtude das suas supostas

mentiras e falcatruas. De fato, quando as mídias veiculam denúncias sobre determinados políticos, revelando seus segredos, suas mentiras e seus atos de corrupção, projetam para si um lugar social importante, uma vez que assumem o papel de porta-voz da instância cidadã.

Nesse sentido, quando abordam casos de corrupção política e se constituem como porta-voz da instância cidadã, as mídias assumem o papel de afrontar a imagem, ou seja, o *ethos* construído pelo político é revelado durante sua campanha eleitoral e também por meio de sua própria ação política; em resposta a essas ações, as mídias propõem um contradiscurso.

Ao manter um diálogo com essas duas instâncias enunciativas, tem-se a tensão discursiva que se estabelece entre elas, apresentando-se como uma espécie de “ética da responsabilidade”, articulada nesse “jogo de máscaras”, um jogo em que todos se influenciam e sofrem influência dos outros. Tal processo se configura como uma verdadeira luta discursiva entre os enunciadores, um “jogo de máscaras” em que as instâncias política e cidadã, juntamente com as mídias, se influenciam reciprocamente: “a opinião sob a influência das mídias, as mídias sob influência da política e da opinião, o político sob influência das mídias e da opinião” (CHARAUDEAU, 2013, p. 25).

Em suma, o discurso não é simplesmente o resultado dos atores da governança. Nos regimes democráticos, esse discurso é obra de “um encontro entre o olhar de influência da instância política e o olhar de reivindicação da instância cidadã” (CHARAUDEAU, 2013, p. 250). O encontro dessas duas instâncias revela que, em virtude da assimetria existente entre elas, as intenções da primeira – a instância política – nem sempre coincidem ou devem coincidir com as interpretações da segunda – a instância cidadã –, nem mesmo que as exigências dos interlocutores, dos cidadãos, sejam devidamente consideradas pelos atores da governança.

Percebe-se que, muitas vezes, algumas das intenções não são atendidas, outras são interpretadas de modo diferente e outras intenções são bem sucedidas, bem compreendidas. Charaudeau (2012, p. 22-25) explica que as relações de força entre essas instâncias instituem uma espécie de “jogo de dominação”, em que ora é a linguagem, ora a ação que predomina. Trava-se uma “luta discursiva” por meio das opiniões que precisam revestir-se de legitimidade e de autoridade para que sejam reconhecidas e, assim, possam revelar um efeito de verificação, de persuasão.

Como vimos acima, a sociedade também entra em cena e se faz presente nesse jogo, desempenhando o papel de sociedade midiaticizada, revelando a fluidez e a fragilidade dos limites entre o espaço público e o privado. Isso implica que os acontecimentos do cotidiano expressos através da mídia revelam várias intenções que abrangem desde as intenções do profissional até as da própria empresa que constrói a comunicação que ele representa.

A contemporaneidade midiática analisa os fatos, os acontecimentos, lança seu olhar sobre eles e passa a enunciá-los novamente para a construção discursiva da notícia, apontando que

o discurso das mídias se fundamenta no presente de atualidade, e é a partir desse ponto de referência absoluto que elas olham timidamente para ontem e para amanhã, sem poder dizer muita coisa a respeito. Não raro fazem o que o meio profissional chama de *perspectivação*, que não pode trazer, no entanto, explicações históricas. Assim sendo, pode-se dizer que o discurso de informação midiático tem um caráter fundamentalmente *a-histórico*. (CHARAUDEAU, 2012, p. 134).

Como sustenta Pinto (2002, p. 87), em seus estudos sobre comunicação e discurso, “os jornalistas não produzem simplesmente artigos, reportagens ou documentários para jornais, revistas, rádio, televisão, *internet*; eles narram histórias que possuem estrutura, ordem, ponto de vista e valores”.

De fato, o discurso das mídias, ou seja, dos meios de comunicação – jornais, revistas, rádio, televisão, *internet* –, ao estabelecer sua relação com a sociedade, reflete não somente o que acontece no espaço público, mas também articula um universo construído, uma vez que, como aponta Charaudeau (2012), a “máquina midiática” fabrica a informação.

A mídia sempre exerceu um papel marcante na escolha dos governantes e também na construção do debate político. Ao tecer considerações sobre política e seus governantes, a mídia se depara com uma imprensa que pode ser caracterizada como partidária, parcial, oportunista. É justamente a mídia, através de seus suportes, que revela essa arena de lutas de classes, ressaltando que a linguagem constitui-se como o lugar de conflitos, de tensões e confrontos.

Como ressalta Charaudeau(2012), em sua obra **Discurso das mídias:**

Nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade. Entretanto, e por isso mesmo, os discursos de explicação não podem pretender à verdade absoluta e menos ainda à profecia (CHARAUDEAU 2012, p. 29).

Muitas vezes, as comunidades sociais produzem seus discursos com o objetivo de justificar seus atos, e isso não significa que esses discursos apresentem o verdadeiro teor simbólico desses atos. Às vezes, essas comunidades mascaram seu discurso, outras vezes o pervertem, quer seja de maneira inconsciente ou não.

Além disso, há o simbólico e, por essa via, cabe aos pesquisadores das áreas das ciências humanas e sociais, e também aos estudiosos da linguagem, o papel de “descrever os mecanismos que presidem a esse simbólico e às diferentes configurações que o tornam visível...” (CHARAUDEAU, 2012, p.17).

Em seus estudos sobre o discurso, Orlandi (2012a) aponta que Courtine (1982) fazia críticas à redução da Análise de Discurso a uma simples prática de leitura de textos políticos; a autora propõe que, para ultrapassar essa abordagem, deve-se refletir sobre a Análise de Discurso considerada como um dispositivo que possibilita a análise da *textualização do político*, pois isso já representa um avanço importante na busca pela compreensão da ligação entre o simbólico e as relações de poder.

Segundo Orlandi (2012a),

De minha parte, e indo mais além, procuro trabalhar não só a textualização do político, mas a política da língua que se materializa no corpo do texto, ou seja, na formulação, por gestos de interpretação que tomam forma na textualização do discurso. Interessam-me a determinação histórica dos processos de significação, os processos de subjetivação, os processos de identificação e de individualização dos sujeitos e de constituição de sentidos, assim como sua formulação e circulação. Isso muda o sentido do discurso (ORLANDI, 2012a, p. 35).

Ao se debruçar sobre os estudos linguísticos, Baronas (2011) apoia-se em Courtine (1999, p.12) para assinalar que “as mudanças políticas, a evolução das sensibilidades, as mutações tecnológicas conturbaram os regimes de discursividade das sociedades ocidentais contemporâneas” (*In*: BARONAS, 2011, p. 30).

Isso mostra que Baronas (2011) se posiciona em concordância com Courtine (1999) quando este assevera que as transformações ocorridas nas análises de discursos “são de algum modo o reflexo das mutações que o próprio discurso como objeto de estudo vem sofrendo” (COURTINE, 1999, p.12).

Como Courtine (1999) ressalta,

Não se faz a mesma Análise do Discurso político, quando a comunicação política consiste em comícios reunindo uma multidão em torno de um orador e quando toma a forma de *talk-shows* televisivos aos quais cada um assiste em casa. Também não se faz a mesma Análise do Discurso

independentemente dos preconceitos, das compartimentalizações sociais e ideológicas, das polêmicas antigas ou recentes; tudo isso exerce suas restrições sobre o discurso das ciências humanas, nas escolhas de seus temas, na definição dos objetivos, na produção de recortes formais (COURTINE, 1999, p. 30-31).

Baronas (2011, p. 31) aponta que, nos últimos anos, o discurso transformou-se em um objeto multissemiótico, originando outros dispositivos teórico-analíticos, além dos “forjados no interior de nossa própria epistemologia”. Essa nova concepção do discurso deve-se ao fato de que, há trinta anos, o discurso era apreendido como “um intrincamento de um texto e de um lugar social”; mas outras questões merecem atenção na atual sociedade multimidiática, como “compreender, por exemplo, o papel, a natureza e a função da mídia na produção, circulação e recepção dos discursos” (BARONAS, 2011, p. 31).

Tendo em mente essas reflexões, ao apontar o discurso político como principal objeto da Análise de Discurso, Courtine (2006) enfatiza que o sujeito do discurso político

é, na realidade, muito mais complexo do que a ficção do sujeito falante ao qual as teorias linguísticas se referem. O sujeito político, aquele que enuncia um discurso, está realmente assujeitado a um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado. Ele é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência linguística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro, ou afrontando-o em uma determinada conjuntura política (COURTINE, 2006, p. 64).

Seguindo essas colocações, verifica-se que a Análise de Discurso se debruça sobre o campo do discurso político considerando-o como objeto de estudo de analistas de discurso. Por esse viés, ao analisar textos da mídia brasileira impressa, este estudo também busca refletir sobre a importância da aproximação entre Análise de Discurso e estudos da mídia, ressaltando que as notícias veiculadas pela imprensa revelam vestígios históricos e sociais que estão entrelaçados na própria constituição das notícias; isso reforça que os sentidos devem ser analisados em sua historicidade, pois linguagem e história se constituem mutuamente.

Baseando-se em Baronas (2011, p. 22), observa-se que a Análise de Discurso, “enquanto viés político e teórico, ao longo de suas três fases, caminhou de uma análise *do* discurso para uma análise *de* discurso”.

Isso significa que, no início, o objeto de análise era o discurso político. Contudo, a partir de seu terceiro momento, novos objetos de estudo foram

colocados em evidência. De fato, ao considerar o discurso como “pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”, conforme sustenta Pêcheux (1999, p. 53 apud BARONAS, 2011, p. 22), e também articulando a memória como “espaço possível de deslocamentos, de disputas, Pêcheux coloca em evidência que, ‘sob o mesmo’ da materialidade da palavra abre-se [...] o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva” (BARONAS, 2011, p. 22).

4 O JORNALISMO – A BUSCA PELA OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA E A INEVITÁVEL PRESENÇA DA SUBJETIVIDADE

Como o enfoque de análise deste trabalho incide sobre artigos opinativos do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, publicados na revista *Veja*, é interessante tecer alguns comentários sobre as características do ambiente midiático que engloba seus enunciados. Os textos opinativos impressos e divulgados pela revista *Veja* possuem um histórico editorial, como também marcas ideológicas que influenciam o perfil de seus assinantes e leitores.

Os jornalistas e articulistas desse periódico também são constituídos por essas marcas, que podem ser reveladas pela presença da subjetividade na materialidade linguística dos ensaios do jornalista em estudo.

Como Benetti (2010, p.124) explica, o jornalismo é um gênero discursivo, pois “possui características singulares, que podem ser aprendidas e reconhecidas pelos diversos atores sociais. São essas características que permitem estabelecer a diferença do jornalismo em relação a outras práticas discursivas midiáticas”.

O jornalismo teve início no século XIX, época em que se deu o desenvolvimento da imprensa – considerada o marco histórico, responsável por criar os primeiros movimentos de expansão da profissão de jornalista da maneira como a conhecemos hoje –, e culminou no século XX, concebido por alguns teóricos como o da era da informação, o berço da computação e da telecomunicação.

Foi no século XX, com as mudanças que o avanço tecnológico introduziu no campo jornalístico, como o rádio e a televisão, além da abertura de novos horizontes, como o jornalismo *on-line*, que ocorreu um grande desenvolvimento de novos meios de comunicação social. Assim, foi só a partir do século XIX que o jornalismo passou a ser observado pelo viés da comercialização, ou seja, a informação (a notícia) passou a ser vista como uma nova mercadoria (TRAQUINA, 2005).

Surgiram novos valores, novos conceitos, que passaram a ser identificados com o jornalismo, como a própria notícia, a busca pela verdade, a independência, a objetividade, a imparcialidade e o reconhecimento de serviço prestado a um público.

Isso explica o que ocorre em países que são governados por regimes democráticos, que tratam o material noticioso como “mercadoria-informação”, apontando claramente que, por esse viés, a notícia está relacionada ao capitalismo.

Ao longo do tempo, o jornalismo impresso brasileiro passou por inúmeras modificações, que transformaram e impulsionaram suas características e seus valores. Inicialmente, o jornalismo era dominado pela opinião, mas, com o passar do tempo, foi sofrendo modificações, revelando um discurso mais neutro. A partir dessa perspectiva, tem-se um discurso sem amarras, sem posicionamentos que pudessem influenciá-lo e que, desse modo, buscava apresentar-se mais livre de interferências diretas ao transmitir as notícias veiculadas ao público leitor (TRAQUINA, 2001).

De fato, houve uma grande mudança na postura dos jornalistas no que concerne à construção do discurso jornalístico do início do século passado e à construção do fazer jornalístico dos tempos atuais. Atualmente, o jornalismo assume duas posições, ou perspectivas, que o norteiam: ora é considerado um espelho da sociedade ora é visto como um interventor, isto é, um elemento ativo no desenvolvimento do processo social.

O discurso jornalístico, concebido como produção e circulação de sentidos, apresentado na mídia falada, escrita, digital – veiculado pela imprensa, pelo rádio, pela TV e também pela *internet* –, revela o mundo ao nosso redor, por meio de notícias que são ouvidas, lidas e assistidas, até mesmo de forma repetitiva em alguns casos, exatamente da maneira como essas notícias são reconstruídas pelos jornalistas, articulistas e outros profissionais da mídia (CHARAUDEAU, 2012).

É inegável a grande importância dos meios de comunicação que se propõem a informar aos cidadãos sobre os acontecimentos, quer sejam locais, regionais ou internacionais. São informações importantes, que orientam a opinião pública, abordam e analisam temas atuais e relevantes, como política, economia, cultura, saúde, segurança e educação, e também exercem uma grande influência nas decisões e nas reflexões críticas dos indivíduos.

De fato, nas sociedades democráticas, o jornalismo se incumbem de informar seu público, cabendo ao jornalista o papel de realizar seu trabalho sem censura, uma vez que a notícia é uma construção social. Quem informa tem competência para informar e, por essa razão, atribui-se grande credibilidade à imprensa, já que, por meio de suas técnicas de transmissão da “verdade”, ela vem, cada vez mais, conquistando credibilidade, prestígio e poder (CHARAUDEAU, 2012).

Em suas reflexões e análises sobre textos de comunicação, Maingueneau (2001, p. 98) aponta que “o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um *tom* que dá autoridade ao que é dito”. Segundo o autor, o texto “tem uma ‘vocalidade’

específica que permite relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador, a um ‘fiador’, que, por meio de seu ‘tom’, atesta o que é dito” (MAINGUENEAU, 2001 *In*: BARONAS, 2011, p. 53).

Baseando-se nessas considerações, observa-se que a imprensa dispõe de critérios de avaliação eficientes e adequados para julgar e estabelecer a diferença entre o verdadeiro, confiável e autêntico daquilo que é falso, engodo ou mentira.

Assim, ao se falar de imprensa e verdade, também se fala de poder, visto que é justamente a imprensa que controla aquilo que deve ser mostrado e, ao mesmo tempo, é ela que se encarrega de promover exclusões e proibições sociais; ou seja, de certa maneira, a imprensa disciplina aquilo que pode ser dito e controlado, pois não poderia ser dito de outra forma.

Cabe aos profissionais da mídia impressa o papel de procurar colaborar com o leitor ao apresentar um texto claro, sem supor ou mesmo julgar um conhecimento prévio que o leitor possa ter a respeito do tema que está sendo veiculado. Com isso, na construção da notícia como informação, o jornalista assume o papel de observar e relatar com honestidade e equilíbrio o que ocorre ao seu redor, procurando ter o cuidado de não emitir opiniões pessoais.

Convém ressaltar que, por muito tempo, o conceito da objetividade absoluta era delineado pelo uso predominante da terceira pessoa, como recurso de afastamento do autor durante a abordagem dos temas noticiados.

Entretanto, mesmo com essas medidas padronizadoras, ainda existem questões que não seguem à risca as prescrições dos manuais de redação. Em outras palavras, ocorre que, muitas vezes, o jornalista passa do acontecimento, do fato, para a narração desse acontecimento ou fato e, nesse trajeto, a presença da subjetividade é inevitável, deixando de lado conceitos como imparcialidade, objetividade e isenção.

Seguindo o rumo dessas reflexões sobre as notícias, os acontecimentos e sua veiculação na mídia, o manual de redação da Folha de São Paulo (2001) aponta que:

São assuntos de incontestável interesse geral os acontecimentos que podem modificar as estruturas políticas, econômicas e culturais de uma cidade, de um país ou do mundo, afetando a história de uma comunidade, de um povo ou de toda a humanidade – como a queda do Muro de Berlim, o *impeachment* de um presidente, a eleição de um prefeito (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p. 22).

Conforme o manual supracitado, “a busca da objetividade jornalística e o distanciamento crítico são fundamentais para garantir a lucidez quanto ao fato e

seus desdobramentos concretos”. Contudo, mais à frente, o próprio manual destaca que “não existe objetividade em jornalismo”, visto que:

Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 45).

Em verdade, há um grande esforço por parte do jornalista em procurar ser realmente objetivo. Seguindo o fio dessas considerações, observa-se ainda que muitos jornalistas e profissionais que trabalham com a mídia impressa passam por esse problema, sem saber ao certo se devem ou não aceitar passivamente a orientação ditada pelos manuais de redação.

4.1 A desconstrução do mito da objetividade jornalística

Mesmo que exista uma aceitação das regras mencionadas acima, é importante destacar que o texto também revela a subjetividade característica de seu autor: a notícia é apresentada pelo olhar crítico do jornalista, pela maneira peculiar com que ele apreende e analisa o acontecimento, pois, além de revelar seu conhecimento da língua e do léxico, o jornalista deve saber mobilizar saberes, levantar hipóteses, reconstruir o contexto que, muitas vezes, pode se transformar em um novo contexto.

Por essa via, como aponta Traquina (2005), catedrático do Departamento de Ciências da Universidade Nova, de Lisboa, o jornalista faz parte de uma *comunidade interpretativa*, e isso explica por que a interpretação pode ser múltipla. Assim, cabe ao jornalista cruzar informações, pois, como ensina o manual da Folha de S. Paulo, “todo fato comporta mais de uma versão” [...] e o julgamento desse fato cabe ao leitor, e não ao jornalista. Ainda de acordo com o manual:

Cruzar informações e ouvir o outro lado permite, ainda, que o jornalista não endosse versões interessadas, que visem à manipulação da opinião pública, nem o erro que possa ser cometido por pessoas, instituições, empresas ou grupos. É sempre importante perguntar-se a quem uma notícia vai interessar, a quem ela traz prejuízos e quem dela se beneficia. São perguntas que ajudam a esclarecer o jogo de interesses por detrás dos fatos (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 27).

Em suas reflexões sobre o jornalismo e as interpretações das notícias, Traquina (2005) aborda a evolução do jornalismo nas sociedades democráticas e também destaca a importância da notícia a ser veiculada. Para o autor, a notícia é um recurso social, é o objeto de uma acirrada luta travada em busca de sua definição e de sua própria construção.

Conforme Traquina (2005), nesse embate, o jornalista reivindica o monopólio do saber, em seu propósito de construir e definir a notícia e, por conseguinte, a própria realidade, já que esse profissional tem a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*), uma espécie de cão de guarda do governo, vigilante e sempre alerta.

Seguindo a perspectiva deste estudo, também nos apoiamos em Charaudeau (2012, p. 72-78), quando esse autor aponta que a mídia, de modo geral, transforma um acontecimento em notícia interpretada por um jornalista, que organiza seu discurso de acordo com o público-alvo do jornal para o qual esse profissional trabalha. Esse discurso corresponde à possibilidade de propagar uma crença, legitimando grupos dominantes.

Nesse sentido, seja pelo fato de não retratar fielmente a realidade, mas de representá-la, de apresentar uma “invenção” da verdade, seja pela maneira peculiar como o jornalista organiza seu discurso, observa-se que as notícias são construídas por um sujeito que, conscientemente ou não, faz com que essas notícias sejam mediadas por valores, impregnadas por determinada ideologia.

O jornalista escreve para alguém e, certamente, tem a firme intenção de ser lido e compreendido. O leitor, por sua vez, procura um gesto que o faça compreender o texto, a notícia. Nessa interação, autor e leitor representam, respectivamente, a escrita e a leitura. De outra forma, trata-se de uma interação entre o produto e os produtores de um ato de interação.

Alinhados às ideias do Círculo de Bakhtin, os autores Benetti e Hagen (2010) também sustentam que o jornalismo constitui-se como uma prática discursiva articulada por vários sujeitos, como o jornalista, o leitor, a fonte, o veículo, o anunciante. Como se trata de um discurso, Benetti e Hagen (2010) também ressaltam que o jornalismo só existe na relação entre sujeitos.

Além dessas características, o jornalismo apresenta-se como um discurso polifônico, ou seja, um discurso que é articulado em meio a uma pluralidade de vozes, visto que, nos tempos atuais, a construção do discurso jornalístico não é uma tarefa solitária de um determinado jornalista, que é designado para uma determinada

função (MACHADO BENETTI, 2006). Esse profissional dialoga com inúmeras vozes que se articulam através de textos, fotos, vídeos, áudios e experiências particulares.

De fato, como elucida Maingueneau (1997, p. 76) ao se aliar a Ducrot (1987), “há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens: os **enunciadores** e os **locutores**”.

Também Indursky (1989), ao se debruçar sobre o jogo polifônico das representações no ato de argumentar, ancora-se em Ducrot (1980) para explicitar a distinção da situação de interlocução estabelecida pelo estudioso, destacando que

locutor é aquele que produz as palavras no momento da enunciação e por elas se responsabiliza. Frequentemente coincide com o falante do discurso, sendo designado pelas marcas de primeira pessoa. No entanto, nem sempre é o autor empírico do discurso, pois pode incorporar à sua fala, fala de outros locutores. Para distinguir a figura do locutor dessas outras vozes, Ducrot introduziu o conceito de enunciador. *Enunciador* é aquele a quem é atribuída a responsabilidade dos atos ilocutórios veiculados pelo enunciado do locutor. A esse primeiro par – locutor/enunciador – associa-se um outro que lhe é correlato – alocutário/destinatário. A enunciação produzida por um locutor dirige-se a um *alocutário* que, no discurso, é representado por todas as marcas de segunda pessoa, enquanto o *destinatário* é a pessoa a quem os atos ilocutórios produzidos pelo enunciador efetivamente se destinam (INDURSKY, 1989, p. 95).

Nesse sentido, isso explica por que o jornalismo também se constitui como efeito de sentidos e, simultaneamente, como produtor desses sentidos, visto que engloba o resultado de uma interação de sujeitos historicamente inseridos em seu tempo, apresentando-se como efeito dos sentidos dominantes nesse contexto; além disso, o jornalismo tem o poder de nomear, quer seja exaltando, ocultando ou abafando sujeitos, políticos, instituições, práticas e ideologias.

Ademais, trata-se de um discurso opaco, ou seja, não é transparente, já que proporciona várias possibilidades de expressão, em seu compromisso de relatar a realidade, bem como sua busca pela imparcialidade (MACHADO BENETTI, 2006). Em suas reflexões sobre o jornalismo e as perspectivas de enunciação, a jornalista Marcia Benetti Machado (2006) salienta que o discurso do jornalismo é

pleno de possibilidades de interpretação e, no limite, indomável. Assumir essa característica como um dos pressupostos do jornalismo leva-nos a, obrigatoriamente, reconhecer que o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo direcione a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer. A pretensão de desambiguar o mundo (MARIANI, 1998), que sustenta o jornalismo a partir de seu objetivo de relatar “fielmente” os acontecimentos, revela-se frágil e ilusória sempre que problematizada pelo viés da linguagem (MACHADO, 2006, p. 3).

Essas reflexões nos levam a compreender que o discurso jornalístico tem a pretensão de ser neutro, uma vez que o jornalista, ao enunciar, procura mostrar-se imparcial, apontando que só há uma voz: a voz dos acontecimentos, que já falam por si.

Em relação ao gênero jornalismo, podemos citar o jornalismo interpretativo e o opinativo – que foi originado do jornalismo americano – e é o que nos interessa neste trabalho, pois é justamente no jornalismo opinativo onde se enquadram o editorial, o artigo de opinião, o comentário, a resenha, a coluna, a caricatura, a carta e a opinião do leitor (MELO, 1994).

Cada vez mais os articulistas que apresentam seus artigos de opinião procuram evidenciar a separação entre dizer a verdade ou optar pela imparcialidade, tanto na busca pela imparcialidade, como também no processo de construção e manutenção da credibilidade em relação ao público-alvo.

Nesse sentido, verifica-se que a imprensa opinativa é articulada com o intuito de mostrar ao público que os meios de comunicação se preocupam em destacar a distinção entre o que é opinião e o que é informação, buscando influenciar a compreensão das informações veiculadas através da tomada de postura do jornalista e do próprio jornal.

4.2 O gênero discursivo artigo de opinião

Nesta pesquisa, usamos o termo *ensaio* também para designar o artigo de opinião ou artigo opinativo. Assim, ensaio refere-se à nomeação que é dada aos textos do jornalista Roberto Pompeu de Toledo pelo próprio suporte em que são veiculados (revista *Veja*), ressaltando que os textos estudados nesta tese são ensaios, artigos jornalísticos, artigos opinativos ou artigos de opinião, sendo uma questão apenas de nomenclatura.

Ao nos debruçarmos sobre o estudo dos gêneros textuais, concebido por Bakhtin (apud BRAIT, 2013, p. 173) como “tipos relativamente estáveis de enunciados que envolvem a valoração [...] toda valoração envolve uma relação ativa entre locutor e destinatário, mostrando que gênero não é uma categoria textual, mas discursiva”, observamos que os gêneros são formas textuais variadas, criadas por sujeitos inseridos na sociedade e que interagem como mediadores entre o enunciatador e seu destinatário.

Também Maingueneau (2001, p. 59) sustenta que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um *gênero de discurso*”.

Portanto, os gêneros não se constituem como formas fixas, visto que são maleáveis. E, da mesma maneira com que as atividades humanas se renovam, esses gêneros textuais também se articulam em uma constante transformação. Isso explica o surgimento de novos gêneros textuais, como o *blog*, o *e-mail*, cada qual se adequando à nova realidade de um mundo globalizado, sempre em movimento.

Com isso, observa-se que o leitor vem se inserindo cada vez mais no espaço específico dessa instituição e vem atuando como participante da atividade interativa articulada no discurso do artigo de opinião.

Nesse sentido, estamos envolvidos em diversos registros comunicativos, ora atuando como emissores, ora desempenhando o papel de receptores. Ao nos situarmos como receptores, queremos sempre nos manter informados, queremos participar de todas as informações e todos os acontecimentos que envolvem a sociedade, em suas atividades políticas, educacionais, sociais, dentre outras.

São essas informações que chegam aos leitores através de reportagens, notícias, editoriais, artigos de opinião, cartas de leitores, com o intuito de interagir com várias opiniões sobre uma determinada matéria veiculada na mídia. De fato, esses gêneros textuais são veiculados no universo jornalístico por meio de jornais impressos em meio eletrônico, impressos na mídia ou transmitidos pelos meios televisivos.

Fazendo parte integrante do campo jornalístico, o artigo de opinião é definido como um gênero de discurso que apresenta uma visada de comentários. Assim, constitui-se o polo extremo do comentário, diferentemente de outros gêneros, como a notícia, que representa um dos polos extremos da informação (CHARAUDEAU, 2012). Sobre o discurso, Maingueneau (2001) sustenta que o discurso jornalístico é um gênero dentro do tipo midiático.

Como orienta a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1997, p. 1), artigo é um “texto com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, processos, técnicas e resultados nas diversas áreas do conhecimento”.

De maneira geral, verifica-se que o artigo de opinião, apresentado na mídia impressa, como em jornais, revistas, dentre outros suportes, apresenta comentários, análises críticas, contrapontos e, às vezes, pode revelar notas de ironia, humor, apelos emotivos, acusações e até mesmo pinceladas de sarcasmo e depreciação.

Em seus estudos sobre os gêneros do discurso, Rodrigues (2005) aponta que o gênero discursivo artigo de opinião possui um público-alvo homogêneo, privilegiado. De fato, o artigo opinativo é destinado, principalmente, a uma classe mais elitizada, visto que não se encontra em jornais ou revistas destinados a classes populares.

Com base nessas considerações, observa-se que essa diferenciação pode ser vista e analisada pelo viés da ideologia. Nesse sentido, é válido afirmar que os índices sociais de valor se presentificam não só nos discursos dos enunciados, mas também nos gêneros de discurso e em sua veiculação social diferenciada.

Em relação aos elementos que constituem os gêneros – conteúdo temático, construção composicional e estilo –, como Bakhtin (2003) propõe, pode-se observar que o conteúdo temático do artigo de opinião se refere a questões controversas e polêmicas, que revelam sua importância social. O estilo, por sua vez, apresenta suas marcas linguísticas próprias ao apresentar as questões, os argumentos e contra-argumentos. No que se refere à construção composicional, os argumentos veiculados no artigo de opinião nem sempre apresentam certa ordem, o que permite que o articulista tenha condições favoráveis para desenvolver seu próprio estilo.

Desse modo, o gênero textual artigo opinativo ou artigo de opinião, considerado um gênero que compõe a esfera jornalística, ou o domínio discursivo jornalístico, desempenha um papel importante ao se estabelecer como um meio de interação entre o autor (o articulista) e seus leitores, com os leitores de jornais e revistas impressos e com aqueles de circulação *on-line*.

Nesse sentido, embora seja considerado monologal, o gênero discursivo artigo de opinião revela um processo de produção em que é articulado um diálogo constante com o outro, com o interlocutor. Esse processo discursivo é complexo, uma vez que, ao procurar convencer o leitor, o articulista realiza manobras linguísticas em seu objetivo de agir sobre ele, de convencê-lo a aceitar seu ponto de vista. Assim, a interação que se materializa por meio do artigo de opinião engloba dois sujeitos discursivos – o autor e o leitor – que, no entanto, assumem posições sociais diferentes e assimétricas.

Nessa interação, como vimos acima, o autor assume o *status* de autoridade em determinado assunto, quer seja uma figura de prestígio no espaço social, cujo saber é endossado e validado pela instituição (política, jornalística, industrial, acadêmica) que essa autoridade representa.

Rodrigues (2005, p.172) destaca que “o reconhecimento social e profissional do articulista outorga credibilidade à sua fala, alçando-o à posição de ‘articulador’ de um ponto de vista autorizado, de formador de opinião”. Para a autora, no diálogo com essa figura de destaque, o *status* que se reserva para o leitor é o de cidadão, geralmente integrante da classe média, que busca encontrar no autor do artigo a interpretação, a análise crítica de um fato ocorrido no espaço social.

Assim, o gênero *artigo de opinião* delinea uma relação dialógica assimétrica entre o autor – aquele que está institucionalmente autorizado a emitir seu ponto de vista, sua crítica social – e o leitor, que busca um conhecimento, uma análise mais esclarecedora.

Ao tratar de acontecimentos ou fatos da atualidade, o autor tem liberdade para exprimir sua opinião, mas, ao mesmo tempo, não pode entrar em desacordo com os valores defendidos pela instituição em que o texto é noticiado. Tendo isso em mente, o jornalista procura compreender o jogo estratégico que o discurso jornalístico revela, pois, como qualquer outro discurso, não está completamente imune à subjetividade.

Ao expor a sua opinião, o articulista não se detém em fornecer informações novas, nem mesmo procura dar notícias, visto que seu propósito é justamente esclarecer seu leitor e sensibilizá-lo com seus argumentos ao apresentar um debate sobre um tema controverso.

Por meio de seus argumentos e seu estilo único, o articulista pode compor um texto leve e bem humorado sobre um determinado tema, bem como desvelar o cotidiano de uma determinada sociedade, suas fraquezas e misérias, suas grandezas, ou também apresentar determinadas posições pessoais por meio de uma análise rigorosa dos acontecimentos, relacionando fatos aparentemente distintos, revelando suas deduções e conclusões, em seu objetivo de conduzir o leitor a aderir a seus argumentos ou conclusões.

Com efeito, o artigo de opinião é um texto pequeno, argumentativo, persuasivo, escrito em uma linguagem objetiva, apresentando suas marcas pessoais de primeira pessoa – às vezes, em terceira pessoa –, em que seu autor declara seu ponto de vista em relação a um universo temático de fatos atuais e polêmicos. Isso evidencia que autor e leitor dialogam sobre um “já-dito”, ou seja, sobre fatos que, após terem sido abordados pelo noticiário, mobilizam a atenção da opinião pública.

Uma das características do artigo opinativo é a sua *chamada*: trata-se de um recorte extraído do próprio texto, que é colocado em destaque na diagramação, num local de fácil visualização por parte do leitor e que antecipa, direciona o assunto tratado, provocando certa curiosidade no leitor, procurando levá-lo, rapidamente, a iniciar a leitura do artigo. Esse recorte em destaque é também chamado de *olho* (ou *lupa*).

4.3 O (des) concerto da ironia: o lúdico associado ao riso, ao humor e ao sarcástico em um dizer não transparente

Em um trabalho sobre o fenômeno linguístico-discursivo da ironia, apresentado em 1983, em um colóquio do Departamento de Linguística do IEL/UNICAMP, Orlandi abordou a destruição e a construção do sentido. Mais tarde, em 1986, esse trabalho foi publicado na revista **Séries Estudos**, nº 12, que deixou de ser editada pouco tempo depois. O texto foi lançado, novamente, em 2012.

Ao refletir sobre a ironia, Orlandi ([1983] 2012b, p. 2) assevera que, “para o estudo da significação, importa tanto aquilo que é construção como o que é processo de autodestruição do sentido. Em outras palavras: *a destruição do sentido também é um processo constitutivo da linguagem*”.

O vocábulo *ironia* se originou do vocábulo grego *eironeia*, que significa interrogação, e também tem sua origem no termo latino *ironia*. O estudo e as reflexões sobre o fenômeno da ironia remontam a Platão, Aristóteles e Sócrates, considerados os grandes clássicos da ironia; seus registros podem ser encontrados em antigos escritos e relatos da história da humanidade ao longo do tempo.

Na Grécia Clássica já existia a conotação da ironia como um elemento que podia subverter a realidade. O filósofo ateniense Sócrates – um dos principais pensadores da Grécia antiga, tendo vivido entre os anos de 469 e 399 a. C. – era considerado um dos mais importantes precursores da Filosofia ocidental e usava a ironia como forma de criticar os sofistas.

Como Orlandi ([1983] 2012b, p. 10) explica, tal como é definida na Retórica, a ironia é concebida como figura de pensamento e *per immutationem*, uma das categorias modificadoras, como a alegoria, a sinédoque, a ênfase e também a hipérbole.

Essa figura de pensamento era um processo de ensino utilizado por Sócrates para fazer perguntas a seus alunos sobre o que lhes havia ensinado, ao mesmo tempo em que o mestre fingia desconhecer o assunto. Provavelmente, por haver um certo tom de ironia e sarcasmo nas perguntas do filósofo, o termo adquiriu, na Retórica, o sentido de “expressão que consiste em dar a entender o contrário do que se quer dizer” (CUNHA, 1999, p. 446).

Em síntese, embora não tivesse deixado nada escrito, Sócrates dizia uma coisa que significava outra e, assim, falava o contrário do que pensava. Desde aquela época, foram produzidos diversos estudos teóricos da ironia, sob múltiplas perspectivas e diferentes abordagens teóricas.

Aristóteles ensinava a definição da ironia como dissimulação de ignorância, ao passo que outros estudiosos ligavam a ironia à zombaria, à figura de linguagem e de retórica, ou seja, a uma estratégia de linguagem.

É importante mencionar a contribuição de Brait (2008) para a realização desta seção. A autora apresenta uma visão abrangente do fenômeno da ironia englobando as áreas da filosofia, psicologia, psicanálise, sociologia, literatura e da linguística. A definição que a retórica clássica oferece de ironia é mostrada por BRAIT (2008) como:

Uma maior depuração entre o que se pode entender por literal, por figurado e por antífrase, na perspectiva constitutiva do discurso irônico, parece revelar que a ironia é produzida, como estratégia significante, no nível do discurso, devendo ser descrita e analisada da perspectiva da enunciação e, mais diretamente, do edifício retórico instaurado por uma enunciação. Isso significa que o discurso irônico joga essencialmente com a ambiguidade, convidando o receptor a, no mínimo, uma dupla decodificação, isto é, linguística e discursiva. Esse convite à participação ativa coloca o receptor na condição de co-produtor da significação, o que implica necessariamente sua instauração como interlocutor (BRAIT, 2008, p.126).

Como salienta Muecke (1995 apud BRAIT, 2008), novos significados foram atribuídos ao termo ironia entre o fim do século XVIII e o começo do século seguinte. Desde então, a ironia recebeu significados diferentes, mostrando que sua definição vai mais além de sua acepção clássica, ou seja, a ironia é bem mais do que apenas dizer o contrário daquilo que se pensa (MUECKE, 1995 apud BRAIT, 2008).

Contudo, essa definição clássica e dominante no senso comum de se dizer o contrário do que se pensa, de fato, engloba todo e qualquer processo irônico, uma vez que o fenômeno da ironia não é a essência, mas o contrário da essência.

Em articulação ao que se afirma, verifica-se que vários estudiosos se debruçaram sobre o universo da ironia (MUECKE, 1995; KIERKEGAARD, 1991; MAINGUENEAU, 1997; HUTCHEON, 2000; BRAIT, 2008; MACHADO, 1995; ORLANDI, [1983] 2012b, dentre outros).

De fato, foram apresentadas diferentes abordagens, reflexões e estudos de vários linguistas e pesquisadores sobre a natureza da ironia, em busca de uma reflexão que apontasse a distinção entre a ironia e os discursos que são caracterizados pelo humor e, portanto, pela ambiguidade. No entanto, até os dias de hoje ainda não se chegou a um consenso sobre a forma mais adequada de se compreender e definir esse procedimento linguístico-discursivo.

Muitos estudiosos se debruçaram sobre a questão da ambiguidade, vista como uma característica constitutiva da linguagem em funcionamento, como uma configuração relevante do riso, do humor, do cômico e, por conseguinte, da ironia.

Como aponta Brait, a ambiguidade está ligada à ironia, pois tanto aquela como esta apresentam elementos contrários entre si. As duas trazem uma dupla interpretação – o leitor/ouvinte se torna o responsável por assimilar a intenção comunicativa do autor/falante e a mensagem só terá êxito se esse leitor (ou o ouvinte) puder compreender a ironia ou a ambiguidade que foi usada pelo autor.

Ao abordarmos o estudo da ironia, também temos que nos lembrar de Bakhtin e Ducrot (1987), que representam os principais nomes em relação aos estudos sobre as teorias polifônicas. Bakhtin foi o precursor desses estudos e suas reflexões amplas e instigantes abrangeram aspectos textuais.

Já Ducrot (1987) ficou restrito ao plano do enunciado, usando o fenômeno da ironia para explicar sua teoria polifônica da enunciação, ressaltando o embate de vozes dissonantes no discurso irônico.

Brait (2008) também destaca que a ironia pode ser delineada por meio de uma contradição e, assim, o analista se depara com o fenômeno da polifonia: tem-se a presença de um enunciador, cuja voz se faz ouvir, bem como a distinção entre locutor e enunciador, já que a ironia coloca em oposição o que está dito àquilo que de fato se quis dizer. De acordo com Brait (2008, p. 90), o discurso irônico “joga com a lógica dos contrários e pode funcionar como um princípio de organização dos textos”.

Como Brait (2008, p. 16) assevera em seus estudos sobre a ironia em perspectiva polifônica, seu trabalho tem como motivação “os mecanismos

discursivos produtores de efeito de sentido considerados ‘humorísticos’, procurando focalizar exclusivamente as articulações configuradas pela ironia como confluência de discursos, como cruzamento de vozes”.

Maingueneau (1997, p. 98) também comunga dessa mesma ideia ao destacar que a ironia “subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor”. O autor também enfatiza que a ironia se constitui como um fenômeno sutil, difícil de ser analisado, visto que “é passível de análises divergentes”.

Maingueneau se alia os ensinamentos de Ducrot (1987) sobre polifonia e ressalta que um enunciado irônico seria caracterizado como aquele em que o responsável por aquilo que é dito – o locutor – faz ouvir outra voz que se revela como um ponto de vista insustentável. Isso implica que o locutor assume, de fato, as palavras que foram enunciadas; mas tal locutor não assume esse ponto de vista.

Seguindo a trilha dessas reflexões, verifica-se que o sujeito que se apresenta como enunciatador em um enunciado humorístico não pode ser julgado pelo que diz ou escreve. As sanções estabelecidas pela história não se aplicam aos discursos caracterizados pelo aspecto particular do humor, concretizado pela ironia, mas recaem sobre outros discursos.

Como forma de ancorar sua posição, Brait (2008), aponta que

a ironia, seu efeito humorado, tanto pode revelar-se via um chiste, uma anedota, uma página literária, um desenho caricatural, uma conversa descontraída ou uma discussão acirrada, espaços “institucionalizados” para o aparecimento de discursos de humor, quanto em outros, como a primeira página de um jornal sério e que não tem por objetivo divertir seus leitores (BRAIT, 2008, p.14).

Nesse sentido, Brait (2008) discorda de que seria possível flagrar a ironia apenas em espaços “institucionalizados”, como a poesia, a publicidade, o teatro. A autora aponta a presença desse fenômeno discursivo em outros tipos de discurso, como o jornalístico, principalmente. Essas reflexões servem para destacar que o discurso humorístico apresenta-se como um elemento importante para a sociedade, na medida em que pode revelar determinados aspectos culturais, sociais, que podem ser abafados por outros discursos considerados mais sérios.

Como mencionado acima, o artigo de opinião é um gênero textual que usa a argumentação para analisar, avaliar um tema controverso e que também busca responder às questões que possam surgir a partir desse tema. Além de utilizar argumentos, o articulista também faz uso de algumas estratégias discursivas, como

a ironia, o humor, as insinuações, acusações claras aos oponentes, digressões, apelações à sensibilidade ou a tomada de distância via construções impessoais para conferir objetividade e consenso ao desenvolvimento de sua análise.

Na esteira dessas argumentações, Brait (2008) assinala que:

O deslindamento de valores sociais, culturais, morais ou de qualquer outra espécie parece fazer parte da natureza significativa do humor. Assim sendo, uma manifestação humorística tanto pode revelar a agressão a instituições vigentes, quanto a aspectos encobertos por discursos oficiais, cristalizados ou tidos como sérios. Mas pode também confirmar, transmitir ou instaurar preconceitos. Nesse último caso estão, por exemplo, as anedotas que têm por protagonistas determinadas raças ou religiões, homossexuais, mulheres etc. (BRAIT, 2008, p.15-16).

Assim, a ironia caracteriza-se como uma estratégia desviante, como um deslize, uma vez que “multiplica suas faces e suas funções, configurando diversas estratégias de compreensão e representação do mundo”, como aponta Brait (2008, p. 13), ao revelar a presença do enunciador que, ao interagir com seu interlocutor, pede sua participação.

Nesse sentido, no discurso irônico, o leitor também é o co-produtor de seu significado, uma vez que sua participação é fundamental, visto que “a ironia é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada” (MAINGUENEAU, 1997, p. 99).

Para que a ironia seja articulada com êxito, é necessário que o receptor reconheça os dois enunciatários – o enunciador sério e o absurdo – para realizar efetivamente o processo de uma leitura dupla que é exigido pelo discurso irônico.

Seguindo o fio desse discurso, Brait (2008) também ressalta que

[...] o ironista, o produtor da ironia, encontra formas de chamar a atenção do enunciatário para o discurso e, por meio desse procedimento, contar com sua adesão. Sem isso a ironia não se realiza. O conteúdo, portanto, estará subjetivamente assinalado por valores atribuídos pelo enunciador, mas apresentados de forma a exigir a participação do enunciatário, sua perspicácia para o enunciado e suas sinalizações, por vezes extremamente sutis. Essa participação é que instaura a intersubjetividade, pressupondo não apenas conhecimentos partilhados, mas também pontos de vista, valores pessoais ou cultural e socialmente comungados ou, ainda, constitutivos de um imaginário coletivo [...] (BRAIT, 2008, p.138-139).

Essas questões servem para apontar também que, em inúmeras ocasiões, o discurso humorístico sobre questões políticas retira o véu que encobre algumas verdades cristalizadas e, às vezes, trata desse tema polêmico, revelando, por meio de críticas sobre políticos corruptos, a forma como o poder corrompe as pessoas.

Como o propósito desta investigação é analisar a ironia, bem como sua construção e também sua desconstrução, partindo da Análise de Discurso como eixo norteador de estudo dos artigos jornalísticos, buscando compreender os efeitos de sentido presentes no discurso da crítica político-social do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, seu enfoque incide sobre artigos opinativos que compõem seu *corpus*, considerados como textos sérios, neutros em sua trajetória ao expor as críticas do jornalista supracitado, reveladas em um viés de pretensa objetividade.

Dessa maneira, ancorando-se nas reflexões sobre o fenômeno linguístico discursivo da ironia, entrelaçado ao funcionamento discursivo do artigo de opinião, destacamos a afirmação de Benetti (2006), por considerá-la relevante ao nosso trabalho de pesquisa:

Entre as grandes problematizações a serem feitas sobre o jornalismo, está a relação entre sua natureza pública e a exigência de que seja um lugar de circulação de diferentes saberes sobre os fatos e o mundo. Assim, somente a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social. Muitos locutores não significam, necessariamente, muitos enunciadores. Por trás de aparentes polifonias, muitas vezes escondem-se textos essencialmente monofônicos. Revelar este funcionamento discursivo é uma das contribuições que a Análise do Discurso pode oferecer aos estudos de jornalismo, desmitificando a ideia de que um texto com muitas fontes é, naturalmente, plural (BENETTI, 2006, p. 9)

5 O CORPUS: REFLEXÕES E ANÁLISES

Nesta seção, iniciamos, efetivamente, a análise dos artigos opinativos do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, que compõem o *corpus* deste trabalho. São oito artigos, publicados entre 10 de janeiro de 2007 a 26 de outubro de 2016.

As marcas da dimensão dialógica e heterogênea, do cruzamento de vozes que se mostram presentes no discurso são comuns no discurso jornalístico. Aí se revelam as vozes do jornal, a do jornalista, a da pessoa que é entrevistada; enfim, são inúmeras vozes que se entrecruzam e vão produzindo notícias, que voltam a se entrecruzar, sucessivamente, com outras vozes.

Seguindo essa direção, a pesquisa se propõe a analisar a ironia desde uma perspectiva dialógica e heterogênea – considerada uma categoria estruturadora do discurso, como “forma particular de interdiscurso” – em ensaios jornalísticos do profissional em questão. A partir desses ensaios, serão abordados os efeitos de sentido e as ocorrências da ironia que os atravessam, as relações entre os artigos opinativos e os sujeitos, no momento em que estes se constituem como tecido discursivo, engendrados no campo discursivo político, sendo deslocados para o campo discursivo da ironia, da derrisão, do riso e do humor.

5.1 1º artigo: Vem aí o PAC

O texto abaixo é um ensaio de Toledo, publicado na revista *Veja*, edição 1990, de 10 de janeiro de 2007, em que o articulista comenta algumas das medidas adotadas pelo então presidente da república Lula, em seu segundo mandato.

Com seu humor anárquico e irreverente, Toledo revela um acontecimento inusitado que ocorreu por ocasião do início desse segundo mandato do presidente Lula. O episódio ocorreu em uma cerimônia esvaziada pela chuva, marcada pela falta de decisões, de compromissos relevantes para os quatro anos que viriam. Na ocasião, Lula não apresentou nenhum projeto novo e marcante, apenas uma pálida sugestão de um plano destinado a fazer a economia do país crescer nos próximos meses.

Em síntese, o leitor deve estar lembrado de que o segundo mandato de Lula começa de maneira bastante inusitada, sem equipe ministerial pronta para assumir o trabalho, já que, praticamente, ainda parecia estar em ritmo de férias.

Vem aí o PAC

Ânimo, brava gente brasileira. Tudo vai melhorar. Vem aí o PAC. Se o leitor não sabe o que é PAC é porque, tal qual o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, morreu de sono durante o discurso de posse de Lula no Congresso. A certa altura, disse o presidente que, para atingir o ansiado crescimento, o governo lançará um “conjunto de medidas englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC”. Foi uma surpresa saber que o programa já tem nome e, se não bastasse o nome, já vem com sigla. Até então, o que circulava é que o governo lançará um pacote de medidas para desonerar a produção e “destravar” o país, como gosta de dizer o presidente. O pacote era para ser lançado no mês passado. Não houve acordo quanto ao que deveria conter e foi adiado. Até onde se sabia, na semana passada, ainda não havia acordo e portanto não havia pacote algum. Mas nome já tem, e mesmo uma sonora sigla, para ajudar na conquista da intimidade e do afeto dos brasileiros, sinal de que já chamaram o publicitário.

É assim que opera o governo Lula: antes de mais nada, chama o publicitário. Publicitários são ótimos para batizar as iniciativas da administração. “Fome zero” é uma de suas criações. Não se tinha ideia de onde buscar os recursos, de como definir quem eram os famintos, como cadastrá-los e como fazer os alimentos chegar às devidas bocas. Aliás, continua não se tendo. Mas como resistir a um nome desses? O “zero” estava na moda. Vinha de “tolerância zero”, um programa de segurança pública em Nova York que, até ser desmascarado por Millôr Fernandes, com a lembrança de que “tolerância zero” equivale a “intolerância cem”, fez furor. “Fome zero” foi um achado. Tinha de ser usado, mesmo sem o mapa da mina dos famélicos e muito menos as estratégias para satisfazê-los.

Ressalve-se, a favor de Lula, que todo governo gosta de nomes bonitos e chamativos para seus programas. O governo de São Paulo tem (ou teve) o “Poupatempo”, o “Sonho Meu”, o “Dose Certa”. Um estrangeiro que julgasse os governos brasileiros pelo nome dos programas só teria razões para aplaudir. Eis um governo – no caso do paulista – que poupa à população o tempo que de outra forma seria malversado na burocracia, que transforma em realidade o sonho da casa própria, que distribui remédios na dose certa. O que

diferencia o governo Lula é, primeiramente, que ele gosta dos nomes bonitos mais do que os outros e, segundo – e principalmente -, que lança mão deles mesmo quando o programa não existe. O governo ainda se esforça em fazer crer que o Fome Zero existe. No mesmo discurso, Lula referiu-se ao Bolsa Família (outro nome bonito) como o “principal instrumento do Fome Zero”. É um truque para salvar a face. O Bolsa Família é a unificação e ampliação de programas criados por Fernando Henrique. O Fome Zero pretendia ser outra coisa.

Programa de Aceleração de Crescimento, PAC, não é um nome bonito. Mas não é menos marqueteiro, nem se pense que achá-lo deu menos trabalho. A questão agora era encontrar um nome que, com burocrática sobriedade, transmitisse propósitos solidamente maturados. Não era o caso de recorrer às marcas-slogans, como Fome Zero. Podem-se imaginar as dificuldades enfrentadas pelos cérebros que os engendraram. A primeira palavra que lhes ocorreu só pode ter sido “destravamento”, tão do gosto presidencial. “Programa de Destravamento do Brasil”, que tal? Ou “Programa da Retirada das Travas”? Ruim. As cabeças ferviam, queimavam-se as pestanas. “Programa de Crescimento Rápido”? Melhor. Mas como extrair daí uma sigla fácil? PCR parece nome de partido. Aliás, já foi nome de partido. Precisamos de uma vogal no meio. Meu reino por uma vogal! “Programa de Incremento do Crescimento, PIC”? Quase. “Programa Unificado de Crescimento, PUC”? PUC é Pontifícia Universidade Católica. E “aceleração”? “Programa de Aceleração do Crescimento”? Você é um gênio! Achamos.

Uma consulta ao Google, na quinta-feira, resultou em 791 000 citações de PAC, em textos em português. Permita-se ficar com as vinte iniciais. A primeira refere-se ao “Programa Administrador do Cadastro”, do Ministério da Educação. A mais frequente leva à “Política Agrícola Comum”, da União Europeia. Figuram ainda o PAC dos Correios (um serviço de encomenda econômica), o Pronto Atendimento ao Cidadão do Detran do Amazonas, o Programa de Avaliação Continuada da Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), o *Pac-Man*, popular jogo eletrônico, e até o Posto de Atendimento ao Cidadão do simpático município português da Guarda. Nada do Programa de Aceleração do Crescimento. Talvez ele figure entre as 790 980 citações restantes, mas o fato de não figurar

entre as primeiras já é sinal de desprestígio. O PAC de Lula ainda não pegou. Não importa. O programa prometido pode vir a revelar-se vazio ou pífilo, mas, se o PAC teve acolhida no discurso do presidente, no solene momento de sua posse, é porque veio para ficar. O governo vai jurar que ele existe, até o fim.

Após uma leitura atenta do ensaio em tela, pode-se perceber que o enunciado é analisado por meio das marcas que aí estão assinaladas, englobando a relação dialógica existente entre a instância de produção e a instância de recepção.

Na esteira dessas considerações, observam-se umas pitadas de humor irreverente e levemente sarcástico no discurso de Toledo, apontando, de maneira zombeteira, para a ideia de que o governo de Lula, ao ter iniciado seu segundo mandato de modo tão vagaroso, possa ter sido protagonista de algumas enrascadas confusões. É o que se observa logo no início do artigo:

SD1 - Ânimo, brava gente brasileira. Tudo vai melhorar. Vem aí o PAC. Se o leitor não sabe o que é PAC é porque, tal qual o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, morreu de sono durante o discurso de posse de Lula no Congresso.

É interessante ressaltar também que o tempo verbal usado na maior parte do discurso é o presente do indicativo, que funciona como marca da enunciação. Portanto, trata-se de um tempo verbal que presentifica o acontecimento. É o que se depreende do excerto abaixo:

SD2 - É assim que *opera* o governo Lula: antes de mais nada, *chama* o publicitário. Publicitários são ótimos para batizar as iniciativas da administração. “Fome zero” é uma de suas criações. [...] Eis um governo – no caso do paulista – que *poupa* à população o tempo que de outra forma seria malversado na burocracia, que *transforma* em realidade o sonho da casa própria, que *distribui* remédios na dose certa. O que *diferencia* o governo Lula é, primeiramente, que ele *gosta* dos nomes bonitos mais do que os outros e, segundo – e principalmente –, que *lança* mão deles mesmo quando o programa não *existe*. O governo ainda se *esforça* em fazer crer que o Fome Zero *existe*.

Vimos que, nesse ensaio, Toledo faz uso das aspas assinalando uma dupla função: além de remeterem ao discurso do outro, a fala do presidente, uma

autoridade – uma marca de alteridade –, também sinalizam que uma avaliação foi feita sobre esse discurso e que, ao final, tal discurso foi desconsiderado.

Nesse sentido, o jornalista aponta um argumento favorável e, ao mesmo tempo, um argumento desfavorável à mesma proposição: argumento 1 - o PAC é uma medida para impulsionar o crescimento do Brasil; argumento 2 - ainda não havia acordo; portanto, não havia pacote algum.

É o que se verifica no quarto parágrafo do artigo:

SD3 - O pacote era para ser lançado no mês passado. Não houve acordo quanto ao que deveria conter e foi adiado. Até onde se sabia, na semana passada, ainda não havia acordo e portanto não havia pacote algum. Mas nome já tem, e mesmo uma sonora sigla, para ajudar na conquista da intimidade e do afeto dos brasileiros, sinal de que já chamaram o publicitário.

Ao se dirigir ao leitor, Toledo confirma que em um enunciado humorístico é importante a participação ativa desse leitor, o interlocutor, pois só assim é possível que o autor do discurso compartilhe seus pressupostos, fazendo com que o leitor possa chegar a uma ligação dos acontecimentos. Por essa via, o jornalista enunciador instaura a dissimulação, ressaltando a ironia como um fator estruturante do discurso: **SD3 - Mas nome já tem, e mesmo uma sonora sigla, para ajudar na conquista da intimidade e do afeto dos brasileiros, sinal de que já chamaram o publicitário** (4º parágrafo do artigo supracitado).

Ao contar com a cumplicidade do leitor, com sua intervenção e conivência, Toledo mostra a ironia com um papel provocativo, procurando levá-lo a uma perspectiva crítica, surgindo como “fator de desconfiança diante dos simulacros referenciais da linguagem” (BRAIT, 2008, p. 95). É o que se observa no excerto abaixo, também extraído do 4º parágrafo do texto:

SD4 - Programa de Aceleração de Crescimento, PAC, não é um nome bonito. Mas não é menos marqueteiro, nem se pense que achá-lo deu menos trabalho. A questão agora era encontrar um nome que, com burocrática sobriedade, transmitisse propósitos solidamente maturados. Não era o caso de recorrer às marcas-slogans, como Fome Zero. Podem-se imaginar as dificuldades enfrentadas pelos cérebros que os engendraram. A primeira palavra que lhes ocorreu só pode ter sido “destravamento”, tão do gosto presidencial. “Programa de Destravamento do

Brasil”, que tal? Ou “Programa da Retirada das Travas”? Ruim. As cabeças ferviam, queimavam-se as pestanas. “Programa de Crescimento Rápido”? Melhor. Mas como extrair daí uma sigla fácil? PCR parece nome de partido. Aliás, já foi nome de partido. Precisamos de uma vogal no meio. Meu reino por uma vogal! “Programa de Incremento do Crescimento, PIC”? Quase. “Programa Unificado de Crescimento, PUC”? PUC é Pontifícia Universidade Católica. E “aceleração”? “Programa de Aceleração do Crescimento”? Você é um gênio! Achamos.

Observamos que o trecho citado apresenta uma encenação conversacional articulada pelo jornalista com o leitor, assinalando que a interlocução está instaurada desde o início do artigo, através do pronome “você” e que se estende ao longo do texto, como nas palavras finais do parágrafo: SD4 - **“Você é um gênio! Achamos”**.

Em suma, verifica-se que o articulista apresenta uma simulação e, ao mesmo tempo, aponta para essa simulação. Nesse sentido, entende-se que a ironia é uma simulação ou uma dissimulação que é engendada para ser descoberta e desmascarada. Isso implica que a dissimulação só é verdadeiramente irônica quando é compreendida como tal. A mentira, ao contrário, é uma simulação que tenta se fazer passar por verdade.

Nesse ensaio de Toledo, também temos a presença de diversos registros de “exagero”, do “conselho irônico”, da “resposta irônica”, com o intuito de caracterizar a ironia e ressaltar “o ridículo de um comportamento”, conforme Brait (2008, p. 68). É o que se observa no trecho abaixo, retirado do início do 5º parágrafo:

SD5 - Uma consulta ao Google, na quinta-feira, resultou em 791 000 citações de PAC, em textos em português. Permita-se ficar com as vinte iniciais.

Na trilha dessas reflexões, Toledo ressalta a ironia como “um posicionamento, fazendo funcionar a argumentação indireta como maneira de informar ou mesmo de educar” (BRAIT, 2008, p. 68). Observa-se que o jornalista usa a ironia para ridicularizar um determinado alvo – o então presidente Lula –, ao mesmo tempo em que provoca o riso da cumplicidade com seu leitor.

A partir dessa perspectiva, nota-se que, embora o texto indique a presença do pronome você, a voz do locutor é a única que se verifica, pois “a voz do interlocutor é instaurada indiretamente” (BRAIT, 2008, p.105).

Como aponta Orlandi (2012a, p. 61), “não se pode falar do lugar do outro; no entanto, pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta”. Assim, o sujeito-autor delinea um leitor virtual que se articula de tal maneira como se correspondesse a “um seu duplo”.

Assim, o jornalista articula seu discurso como se acolhesse as reflexões de Orlandi (2012a), quando a autora aponta que essa abordagem reflete um jogo dos gestos de interpretação que surge na materialidade do texto ou a partir dessa própria materialidade. Desse modo, o analista deixa fluir sua sensibilidade quando se debruça sobre “o imaginário que constitui o sujeito leitor virtual e o sujeito leitor efetivo com suas determinações concretas” (ORLANDI, 2012a, p. 61).

Por essa via, observa-se que os sentidos não se apresentam definidos, não estão cristalizados em um texto, mas são articulados durante o processo de interação. Isso aponta que os sentidos são revelados nos gestos de interpretação dos sujeitos que participam do processo discursivo.

5.2 2º artigo: Palavras que ferem, palavras que salvam

O texto que segue é um artigo de Toledo extraído da revista *Veja*, de 25 de março de 2009, e que se constitui como o segundo artigo de opinião a ser analisado neste trabalho. A análise desse ensaio lembra que as máximas conversacionais de Grice (1982) fornecem elementos para se analisar os pressupostos compartilhados pelo falante e pelo ouvinte.

Toledo aponta que o fenômeno lingüístico-discursivo da ironia irrompe como uma violação à lei da sinceridade, aliada à produção do humor, do riso, revelada na crítica social do jornalista, ao comentar um dos aspectos do cotidiano de um indivíduo comum: ir a uma livraria para conhecer novos livros, novas publicações ou mesmo para comprar um livro.

Palavras que ferem, palavras que salvam

“Posso ajudar?” Eis duas palavrinhas que nos soam mais que familiares. Entra-se numa loja e lá vem: “Posso ajudar?” Está desencadeado um processo durante o qual não mais conseguiremos nos livrar da prestimosa oferta. Ao entrar numa loja, o ser humano necessita de um tempo de

contemplação. Precisa se acostumar ao novo ambiente, testar a nova luminosidade, respirar com calma o novo ar. Sobretudo, necessita de solidão para, por meio de um diálogo consigo mesmo, distinguir entre os objetos expostos aquele que mais de perto fala à sua necessidade, ao seu gosto ou ao seu desejo. A turma do “posso ajudar” não deixa. Mesmo que se diga “Não, obrigado, primeiro quero examinar o que há na loja”, ela só aparentemente entregará os pontos. Ficará por perto, olhando de esguelha, como policial desconfiado.

Onde a situação atinge proporção mais dramática é nas livrarias. Livraria é por excelência lugar que convida ao exame solitário das mesas e das prateleiras. É lugar para passar lentamente os olhos sobre as capas, apanhar e sentir nas mãos um ou outro volume, abrir um ou outro para testar um parágrafo. Um jornal certa vez avaliou como critério de qualidade das livrarias a rapidez com que o atendente se apresentava ao freguês. Clamoroso equívoco. Boa é a livraria em que o atendente só se apresenta quando o freguês o convoca. As melhores, sabiamente, dispensam o “posso ajudar”. As mais mal administradas, desconhecedoras da natureza de seu ramo de negócio, insistem nele.

Ainda que fossem outras as palavrinhas – “Posso servi-lo? Precisa de alguma informação?” Não; o escolhido é o “posso ajudar”, traduzido direto do jargão dos atendentes americanos (“May I help you?”). A má tradução das expressões comerciais americanas já cometeu uma devastação no idioma ao propagar o doentio surto de gerúndios (“Vou estar providenciando”, “Posso estar examinando”) que, de telemarketing, contaminou outros setores da linguagem corrente. O “posso ajudar” é caso parecido. Tal qual soa em português, mais merecia respostas como: “Pode, sim. Meu carro está com o pneu furado. Você pode trocá-lo?”. Ou: “Está quase na hora de buscar meu filho na escola. Você faz isso por mim? Assim me dedico às compras com mais sossego”.

Pode haver algo mais irritante do que o “posso ajudar”? Pode. É o “é só aguardar”.

Só? Só mesmo? O que vocês estão dizendo é que o mais difícil, que foi apanhar essa senha ou ouvir a instrução sobre em qual fila entrar – ações que não me custaram mais que alguns segundos –, já passou? Agora é só gozar as

delícias desta sala de espera, mais apinhada que a Faixa de Gaza? Ou apreciar as delícias desta fila, comprida como a Muralha da China? Um traço característico da turma do “é só aguardar” é que ela nunca cometerá a descortesia de dizer “é só esperar”. Seus chefes lhes ensinaram que é mais delicado, menos penoso, “aguardar” do que “esperar”. É um pouco como quando se diz que fulano “faleceu”, em vez de dizer que “morreu”. A crença geral é que quem falece morre menos do que quem morre. No mínimo, morre de modo menos drástico e acachapante.

Há outras ocasiões em que o uso inábil da língua vem em nosso socorro. Exemplos:

“Foi movido contra você um processo no 01239/2009 por danos morais, conforme a Lei no 9.099, na segunda vara penal. Caso não compareça no lugar especificado no arquivo em anexo poderá implicar em chamada de segunda instância e/ou recolhimento da sociedade”.

“Todos os clientes *MasterCard*, devem recadastrar o seu cartão em 72 horas. Este procedimento está sendo ocorrido mundialmente. Caso nosso sistema não reconhecer o recadastramento, ele bloqueia o cartão, isto é, ficando impossibilitado de novas compras. Clique no *link* abaixo e recadastre”.

Quem frequenta a *internet* sabe do que se trata: *e-mails* de golpistas, ladrões de senhas. Quando não oferecem outros indícios, eles se denunciam pelo incontornável costume de estropiar o idioma. Que bom que a escola brasileira é tão ruim.

Ao analisarmos o discurso do jornalista no texto selecionado, percebemos que sua ironia é tecida com os fios de um humor irreverente, que passa pelo viés do cômico, mas sem procurar divertir seu leitor de maneira banal, já que o autor procura levá-lo a fazer uma reflexão. Por esse viés, verifica-se que a ironia do articulista depende de uma série de fatores para se concretizar enquanto efeito de sentido.

Assim, observamos que o texto irônico só se realiza efetivamente quando se estabelece a relação entre autor/leitor, que leva à compreensão do discurso irônico em sua plenitude, bem como a assumir uma postura emocional.

Como Brait (2008) ressalta:

[...] colocar-se como receptor de um discurso irônico significa justamente compartilhar com o enunciador a ambiguidade do enunciado, a duplicidade

da enunciação. Um movimento seletivo, no sentido de aceitar o discurso como unicamente literal ou unicamente figurado, significaria assumir uma atitude desqualificadora da recepção e, conseqüentemente, da ironia edificada pelo enunciador (BRAIT, 2008, p. 107).

Nesse sentido, o receptor também é considerado sujeito, pois o discurso irônico exige sua participação. Ele precisa estar atento para ler e entender o oposto, pois ao compreender “a duplicidade da enunciação”, a ambigüidade colocada pelo enunciador, esse receptor pode usufruir de um prazer cômico. De fato, a via para se chegar à verdade é feita pela contramão e o locutor precisa contar com a perspicácia e a mesma sintonia de seu interlocutor.

É justamente o que se pode observar neste segundo ensaio selecionado. No artigo **Palavras que ferem, palavras que salvam**, Toledo tem a preocupação de discutir certas questões que sugerem outras abordagens, novas críticas sociais. Dessa forma, o humor e a ironia estão presentes nesse artigo opinativo, revelando que o jornalista, ao exemplificar sua habilidade em “driblar etiquetas”, mostra aos seus leitores sua análise do contexto social atual, convida-os a colaborarem na construção e na desconstrução do sentido dessas regras de sociais de etiqueta, levando-os a refletir sobre situações ou aspectos de nossa sociedade, buscando ampliar a visão de mundo desses leitores ao avaliar o mundo ao seu redor.

Nas duas palavrinhas **posso ajudar?**, ou mesmo na simples declaração cheia de cortesia como **é só aguardar**, por exemplo, aparecem o ato de fala expressivo e também o ato declarativo, uma vez que o/a atendente procura agradar o cliente, mostrando-se ser simpático/a, prestativo/a e educado/a.

Contudo, também é possível perceber que houve um discurso dissonante, desigual, articulado pela ironia, visto que o articulista critica de maneira bastante sarcástica a situação de atendimento perfeito que, além de ser bastante artificial, é copiado do modelo americano, cuja **má tradução das expressões comerciais já cometeu uma devastação no idioma**.

Nas últimas décadas, os estudos linguísticos seguiram várias direções teóricas e metodológicas, dando origem a desdobramentos em algumas áreas, como a teoria da argumentação, a enunciação, a pragmática, nas quais a atenção maior é direcionada à importância da linguagem em funcionamento.

Maigneueau (1997) destaca que a pragmática se mostra radicalmente contrária à ideia de se considerar a língua apenas como simples instrumento para a transmissão de informações. Isso revela que o autor também se alia aos estudiosos

e seguidores da pragmática, que ressaltam o caráter interativo da atividade de linguagem e se ancoram nos estudos linguísticos que enfatizam a situação de enunciação. Para o autor, a reflexão iniciada pela pragmática aponta que

“a tomada da palavra” constitui um ato virtualmente violento que coloca outrem diante de um fato realizado e exige que este o reconheça como tal. Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e “atribuo um lugar complementar ao outro”, peço-lhe que se mantenha nele e que “reconheça que sou exatamente aquele que fala de meu lugar”. Solicitação que é feita, pois, a partir de um “quem sou eu para ti, quem és tu para mim” (MAINGUENEAU, 1997, p. 31-32).

Comungando das ideias de Charaudeau, Maingueneau (1997, p. 30) afirma que, durante a enunciação, o sujeito enunciador presume “uma espécie de ‘ritual social da linguagem’ implícito, partilhado pelos interlocutores”.

Orlandi (1999) também se pronuncia a respeito dessa questão. Com muita propriedade, a autora ressalta que, ao contrário do que diz a Pragmática, o sujeito discursivo não só realiza atos: ao se articular, o sujeito significa e, ao mesmo tempo, significa o próprio mundo. Assim, a realidade é articulada nos sentidos dimensionados nas práticas do homem. É dessa maneira que a linguagem é considerada uma prática – não efetuando atos, mas sim praticando sentidos, marcando sua presença no real.

A leitura desse artigo permite observar que a pragmática também se interessa pela ironia, tendo como arcabouço os trabalhos de Austin (1962,1970) e de Searle (1976).

Segundo a teoria dos atos de fala de Austin (1970), três tipos de atos ocorrem simultaneamente no texto em estudo, haja vista que “todo enunciado é dotado de uma carga pragmática, seja ela mais ou menos forte e evidente de acordo com o caso, mas sempre presente” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 33):

- a) *Ato locucionário*: é o ato de *dizer alguma coisa*; é o conjunto de sons que o personagem (o atendente, o funcionário da loja) emite;
- b) *Ato ilocucionário*: é o ato efetuado *ao se dizer alguma coisa*; é a força que o enunciado produz;
- c) *Ato perlocucionário*: é o ato efetuado *pelo fato de dizer alguma coisa*; é o efeito produzido no ouvinte ao receber esse enunciado.

Os atos de fala ilocutórios, propostos por Austin e Searle, são elementos enunciativos que também contemplam a ironia, visto que a atividade ilocutória é exatamente a que se destaca como instrumento de comunicação. Esse destaque se dá na medida em que a ironia é articulada como uma atividade dupla, pois descreve uma ação presente do locutor, por meio da enunciação, que tem a função de realizar uma ação, ou seja, aquela que está sendo enunciada.

Conforme Brait (2008) relata em seus estudos sobre a ironia em perspectiva polifônica, os trabalhos coordenados por Catherine Kerbrat-Orecchioni (1978; 1980) apontam que a atividade ilocutória é a mais relevante em relação ao fenômeno linguístico-discursivo da ironia.

Ao tratar dos estudos e reflexões sobre o fenômeno da ironia como tropo no campo da pragmática, o nome de Catherine Kerbrat-Orecchioni é bastante citado. A autora aborda a ironia como tropo, ou seja, como figura de linguagem, embora não se detenha em estudos que tenham como foco a ironia usada no cotidiano, tendo o sentido de zombaria, sarcasmo e mofa; no entanto, a autora relata que o aspecto pragmático dessa teoria pode estar relacionado a essa conotação de sentido irônico.

Em uma conferência denominada *Logics and conversation*, Grice (1967; 1975) apresenta o Princípio da Cooperação (PC), que seria um acordo tácito entre os membros envolvidos em uma interação linguística. Para Grice, que formulou os princípios gerais da conversação, em nossos diálogos, não falamos coisas desconectadas, mas, sim, fazemos esforços cooperativos para entendermos e nos fazermos entendidos numa conversação que envolve objetivos comuns entre os participantes.

Observa-se que, nesse ensaio do jornalista, a violação de uma máxima é justificada pela própria intenção do articulista. Como Fiorin (2002) destaca, em suas considerações sobre a linguagem em uso, a violação das máximas conversacionais pode ser articulada como uma estratégia importante para a produção do humor (p. 165-170).

No texto em análise, Toledo viola e desconstrói o princípio da cooperação proposto por Grice (1967; 1975) ao apontar uma relação irônica entre o dito e o não dito, sugerindo respostas de maneira bastante irônica, cômica e zombeteira:

SD6 - Pode haver algo mais irritante do que o “posso ajudar”? Pode. É o “é só aguardar”. Só? Só mesmo?

Ao transgredir o princípio da cooperação, Toledo comete um desvio; ironicamente, muda o sentido da solicitação do funcionário da loja ao pensar em dar uma resposta absurda, completamente desconcertante. Ele passa a se comportar como um imitador do próprio personagem que ele ridiculariza, sugere pontos de vista absurdos, mas que não são a ele atribuídos. É o que se observa no excerto abaixo:

SD7 - O “posso ajudar” é caso parecido. Tal qual soa em português, mais merecia respostas como: “Pode, sim. Meu carro está com o pneu furado. Você pode trocá-lo?”. Ou: “Está quase na hora de buscar meu filho na escola. Você faz isso por mim? Assim me dedico às compras com mais sossego”.

O sinal de interrogação (?) e o comentário **Só? Só mesmo?**, colocados após as expressões **posso ajudar?** e **é só aguardar**, indicam que essas expressões permitem uma outra leitura, exatamente oposta àquela que o enunciado apresenta. Observa-se que, ao mesmo tempo em que emite seu enunciado, o jornalista mostra que as expressões não são adequadas, pois sinalizam um ponto de vista não aceitável por ele, do qual ele se distancia, e passa a sugerir outras leituras de forma bastante zombeteira e irônica.

Tendo como base essas considerações, nota-se que a ironia é um fenômeno polifônico, uma vez que, nas enunciações comentadas acima, é possível apreender mais de uma voz, mais de um enunciador.

Como se trata de um artigo de opinião, verifica-se que o jornalista tem mais liberdade para expor sua argumentação e deixa sinais evidentes que servem para direcionar o leitor a recuperar o sentido irônico desviante, pretendido pelo articulista. É o que se pode verificar no trecho abaixo, retirado do primeiro parágrafo do artigo:

SD8 - Entra-se numa loja e lá vem: “Posso ajudar?” Está desencadeado um processo durante o qual não mais conseguiremos nos livrar da prestimosa oferta.

Ao usar as aspas, repetindo as palavras que lhe foram dirigidas, o articulista chama a atenção para a **irritante** pergunta da turma do **posso ajudar** e sua **prestimosa oferta**. A simplificação irônica usada pelo autor em relação à **turma do ‘posso ajudar’**... revela o aborrecimento e o enfado do articulista, como também o despreparo e a falta de tato do/a funcionário/a atendente.

Observa-se que a forma mais recorrente de sinalização de uma dupla leitura é indicada pelas aspas. No texto em estudo, as aspas apontam que a palavra precisa ser lida de tal forma que possa sinalizar e recuperar outra enunciação.

Maingueneau (1997) indica a dificuldade em transcrever a ironia, especialmente em um texto escrito, ou seja, em um plano verbal, já que não se pode usar a entonação para identificar o tom irônico, como ocorre na fala. Nesse sentido, em relação ao aspecto argumentativo do discurso irônico, o enunciador busca outras maneiras para sinalizar o fenômeno da ironia, como chamar a atenção do leitor para o que está escrito, destacando que seu discurso possibilita uma leitura dupla, desconstruindo, assim, a presença de um discurso monofônico.

Vimos que nesse artigo são utilizadas outras marcas, como hipérboles, aspas, pontos de exclamação, reticências e outros sinais de pontuação, repetições, palavras de alerta, justaposições ou simplificações e desvios. Esses mecanismos da construção textual produzem efeitos de ironia e de humor, criando um efeito de sentido dissonante e ambíguo ao revelar a presença da ironia no enunciado.

Observa-se o uso de hipérboles irônicas em alguns trechos do artigo, como:

- a) “Um jornal certa vez avaliou como critério de qualidade das livrarias a rapidez com que o atendente se apresentava ao freguês. **Clamoroso equívoco.**”
- b) “A má tradução das expressões comerciais americanas já cometeu **uma devastação** no idioma ao propagar **o doentio surto de gerúndios** (“Vou estar providenciando”, “Posso estar examinando”) que, de telemarketing, **contaminou outros setores da linguagem corrente.**”
- c) Agora é só gozar as delícias desta sala de espera, **mais apinhada que a Faixa de Gaza?** Ou apreciar as delícias desta fila, **comprida como a Muralha da China?**

O desfecho inesperado é o que provoca o efeito de humor, já que o jornalista aponta um desvio, muda o que pretendia falar, privilegiando a polifonia e o elemento dissonante, de tal forma que o leitor precisa inferir que o autor mudou o foco do assunto. O jornalista não responde à pergunta **irritante** do/a funcionário/a ao oferecer ajuda; apenas relata ao leitor as respostas desviantes que ele mesmo poderia dizer.

No final do artigo, o articulista revela, ironicamente:

SD9 - Há outras ocasiões em que o uso inábil da língua vem em nosso socorro.

O trecho **o uso inábil da língua** se apresenta, curiosamente, em palavras que salvam, socorrendo o leitor mais ingênuo e descuidado de cair em uma armadilha virtual proveniente de *e-mails* de indivíduos golpistas ou de ladrões de senhas. O título do texto – **Palavras que ferem, palavras que salvam** – apresenta um paradoxo divertido, irônico e inusitado, tendo em vista que os verbos **ferir** e **salvar** foram usados, propositadamente, em sentido oposto.

Isso destaca que o segundo texto, completamente mal redigido – cheio de erros gramaticais, de concordância e de ortografia – revela um procedimento ardiloso bastante conhecido por aqueles que usam frequentemente a *internet*: em verdade, trata-se de um estratagema, um engodo, uma armadilha para atrair e enganar pessoas ingênuas e crédulas.

O articulista coloca-se no lugar de um observador atento aos acontecimentos veiculados pela mídia, comportando-se, às vezes, como um falso tolo ou como um crítico severo, bastante inconformado. Nesses dois casos, Toledo, com habilidade, usa o fenômeno linguístico da ironia em seu intuito de comentar e analisar as manifestações humorísticas, como se reivindicasse uma correção por meio da denúncia de um enunciado dúbio, que pode ser tratado como um erro.

Nesse sentido, o riso e a ironia sinalizam gestos sociais que enfatizam e reprimem certos desvios, tanto do indivíduo como dos fatos ou acontecimentos. A intenção do jornalista não é apresentar uma crítica severa do ser humano, mas, sim, criticar uma realidade que ocorre cada vez mais em nossa sociedade.

É o que se observa no último período do segundo texto:

SD10 - Que bom que a escola brasileira é tão ruim.

Na sequência, o autor critica, em tom zombeteiro, o deficiente sistema brasileiro de educação, que é ruim e mal distribuído. Sua crítica ferina, associada à ironia, possibilita um tom de agressividade liberada, como forma de atenuar e salvar o indivíduo, proporcionando-lhe até mesmo uma sensação de alívio.

Nesse sentido, outra característica que se relaciona à derrisão é a noção de catarse, que também está relacionada à liberação da agressividade. Observa-se

que, ao se sentir liberado pela agressividade, o indivíduo que sente esse prazer é justamente aquele que praticou a transgressão.

Assim, seria possível produzirmos paráfrases do final do segundo texto, como “Que pena que a escola brasileira é tão ruim”, ou ainda, “Que lástima que o sistema brasileiro de educação é tão ruim”. Com essas novas formas de dizer, tem-se a mobilização de outras palavras, que iriam produzir outros efeitos de sentido.

Entretanto, as palavras escolhidas pelo articulista sinalizam sua crítica ao sistema brasileiro de educação, deixando vestígios de que suas reflexões são efeitos de sentido produzidos em condições específicas e determinadas.

Por outro lado, ao usar a ironia, Toledo sustenta uma contradição, visto que o fenômeno da ironia coloca em oposição o que está escrito àquilo que, de fato, o articulista quis dizer. Com essa abordagem, é possível perceber a distinção entre dois enunciadores – o sério e o absurdo –, evidenciando a característica bivocal do discurso irônico.

5.3 3º artigo: O oligarca perfeito

O terceiro artigo de opinião a ser analisado revela o entendimento da estratégia enunciativa e discursiva apresentada nesse ensaio do jornalista supracitado, publicado na revista *Veja*, em 8 de abril de 2009, considerado bastante expressivo entre os da mídia impressa nacional, quanto à apresentação da ironia e da derrisão e, conseqüentemente, da crítica político-social.

Desse modo, o trabalho se propõe a refletir sobre a maneira como se constrói a derrisão, discursivamente, e em que medida o processo da derrisão pode contribuir para desempenhar um papel de reflexão, de crítica social.

O oligarca perfeito

“Sarney!, Sarney!, Sarney!” A multidão na praça grita em coro enquanto o político, no palanque, agita os braços em triunfo. É o começo do filme *Maranhão 66*, de Glauber Rocha, documentário que registra sangue novo, cheio de boas promessas no governo do Maranhão. O sangue novo é o do jovem (36 anos) José Sarney de Araújo Costa, que tomava posse no cargo. “O Maranhão não suportava mais o contraste de suas fabulosas riquezas potenciais com a miséria, com a angústia, com a fome, com o desespero”,

recita o novo governador. A câmera mostra a desolação das casas de pau a pique, seus miseráveis habitantes zanzando pelas ruas de terra. “O Maranhão não quer mais a desonestidade no governo, a corrupção... O Maranhão não quer a violência como instrumento de política. O Maranhão não quer mais a miséria, o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil.” O tom é de anúncio de uma nova era. A câmera mostra prisões desumanas, banheiros sujos, hospitais precários.

Se há um político brasileiro que elaborou inteligentemente o seu projeto, e por isso mesmo pode considerá-lo coroado de êxito, é o senador José Sarney. O projeto, já se adivinha, é o do atraso. O jovem Tancredi, personagem do romance *O Leopardo*, de Tomasi de Lampedusa, traduzia o mesmo objetivo na célebre frase: “Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude.” O atraso à brasileira vai mais fundo. A ideia não é que as coisas fiquem como estão: é que melhorem sempre para os governantes, mesmo que piorem para os governados. Há muitos campeões do atraso na política brasileira. Sarney é o campeão dos campeões, tanto por antiguidade quanto, sobretudo, por mérito.

Como é do conhecimento geral, as promessas de nova era no Maranhão, registradas nos onze minutos do filme de Glauber Rocha, não foram cumpridas. Ao contrário, a já longa era Sarney logrou a proeza de empurrar o Maranhão para a rabeira entre os estados brasileiros, suplantando o Piauí e Alagoas. A glória de Sarney, enquanto isso, só fez aumentar, esparramando-se para a parentela. Ao passear por São Luís e outras cidades maranhenses, o visitante deparará com ruas, escolas, hospitais, bibliotecas e edifícios públicos com o nome de José, Marly, Kiola, Roseana e Fernando Sarney; entre um programa e outro da TV Mirante, de propriedade da família, folheará o jornal *O Estado do Maranhão*, idem; e terminará o périplo com uma chegada ao Convento das Mercês, construção do século XVII doada a uma fundação criada por Sarney para a salvaguarda de seus documentos, livros, objetos, e, ao fim e ao cabo, dele próprio – uma vez que nela está reservado espaço destinado à sua tumba.

Mas não é isso, ou apenas isso, que converte Sarney em campeão dos campeões. O pulo do gato está alhures. Os chefões desse naipe – nossos tradicionais “coronéis” – costumam adotar a prepotência como estilo. Antonio

Carlos Magalhães era assim. Sarney, de sua parte, ataca de “homem cordial”. Ninguém mais afável. A esse traço acrescenta-se o do literato, membro da Academia Brasileira de Letras. Suas alianças, por essa senda, avançam para abarcar intelectuais e artistas, e foi por aí que Glauber Rocha, já então o maior dos cineastas brasileiros, foi seduzido a fazer o filme de 1966. Enfim, ao homem cordial e ao literato junta-se o estadista. Ele já foi presidente da República; a pose é de impecável cumpridor do que memoravelmente alcunhou de “liturgia do cargo”. A capa de homem cordial/literato/estadista cobre o coronel como um jaquetão.

Sarney está na ordem do dia, se é que algum dia saiu dela. Pela terceira vez é presidente do Senado, e sua ascensão ao cargo veio junto com um festival de denúncias, envolvendo a instituição como um todo, mas com sua figura insistentemente no centro da ação – quer por sua responsabilidade na prática de nomear diretores da casa em chorrilho, quer pelo fato de ter enviado seguranças do Senado para vigiar propriedades suas em São Luís, ou de ter usado uma diretoria da casa em suas campanhas eleitorais. Miudezas.

O projeto de transpor o atraso maranhense para as instituições federais está em curso já há décadas, desde que ele ganhou projeção nacional, e não será interrompido. Sarney tem a seu favor a pose, a palavra e uma infalível rede de proteção político-burocrático-social-literária. Vargas Llosa dizia que o PRI, partido que governou o México na maior parte do século XX, tinha inventado a “ditadura perfeita”, com seu jeito de governar incontrastavelmente dando a impressão de que o fazia dentro da ordem institucional. Sarney criou o oligarca perfeito.

O artigo de Toledo tem como alvo derrisório o então candidato ao governo do Estado do Maranhão José Sarney, cuja imagem é colocada em evidência desde as eleições do ano de 1966. Tem-se aqui o acontecimento jornalístico – a posse do então governador do Maranhão, o jovem José Sarney de Araújo Costa, em 1966 –, a estrutura, que trabalha e estuda esse acontecimento, destacando formulações equívocas nos enunciados, e a tensão entre o descritível e o interpretável, procurando refletir nos entremeios dessas reflexões sobre a materialidade da (des) construção do histórico com o linguístico.

A derrisão é um procedimento linguístico-discursivo de destronamento ou desqualificação de um determinado alvo, associado ao humor, ao sarcasmo e à agressividade, com o intuito de provocar, ridicularizar e desqualificar esse alvo oponente (BONNAFOUS, 2003).

Nesse sentido, a agressão é considerada como uma propriedade da ironia, pois o tom irônico que perpassa todo o texto revela um processo que envolve um agressor e um agredido. Esse processo é articulado por meio de um triângulo nada amoroso: um enunciador (ou um locutor), um leitor (ou um ouvinte) e um alvo, que é a vítima desse discurso (o político Sarney).

O autor busca a cumplicidade do leitor para obter êxito e, como resultado, surgem efeitos como a provocação, a ridicularização e a desqualificação do oponente. Como Bonnafous (2003) destaca em seus estudos sobre o fenômeno da ironia, esses efeitos podem ser obtidos por meio de algumas estratégias, como a zombaria, o gracejo, o trocadilho, os jogos de palavras, o uso de implícitos, a ironia, o neologismo, a antífrase, o sarcasmo, entre outras.

Ao analisarmos o discurso do jornalista no texto em estudo, percebemos que sua ironia é mordaz, zombeteira, sarcástica. Após a leitura do texto, observamos que, ao deslocar o enunciado do campo discursivo político para o campo discursivo irônico, o enunciador, ou seja, o autor do texto utiliza a derrisão como procedimento para argumentar contra o discurso político do então governador do Maranhão, situando esse acontecimento no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1983, p.17).

Assim, o enunciado deslocado de seu campo discursivo primitivo já é outro. Percebe-se no segundo enunciado uma negação do já-dito e essa negação se revela em forma de crítica derrisória, desqualificatória, gerando o riso através da ridicularização do candidato político José Sarney. Observa-se que os dois enunciados não são articulados na mesma forma de enunciação, visto que um está explícito e o outro, por sua vez, está implícito.

Dessa forma, o fenômeno derrisório é assinalado por meio de um enunciado efetivamente articulado em um determinado campo discursivo, considerado como o discurso original ou primeiro: aquele em que o político Sarney fazia seu discurso de vitória, nas eleições de 1966, já como o novo governador do Estado do Maranhão. É o que se apreende da sequência abaixo, retirado do 1º parágrafo:

SD11 - “O Maranhão não suportava mais o contraste de suas fabulosas riquezas potenciais com a miséria, com a angústia, com a fome, com o desespero”, recita o novo governador. O Maranhão não quer mais a desonestidade no governo, a corrupção... O Maranhão não quer a violência como instrumento de política. O Maranhão não quer mais a miséria, o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil.” O tom é de anúncio de uma nova era.

O discurso de Sarney se apresenta travestido de uma suposta atualidade, no espaço da memória que ele traz à tona, em seu intuito de comover e conquistar seu eleitorado passivo, ingênuo e até mesmo iludido com a suposta promessa do anúncio de uma grande mudança, de “uma nova era”.

Já a repetição desse enunciado é vista como se tivesse se transformado em outro enunciado, ou o enunciado segundo, que emerge como resposta ao primeiro. O processo derrisório subverte e perverte o primeiro discurso e, ao mesmo tempo, apresenta uma imagem negativa do enunciador do primeiro discurso. É o que se observa no trecho abaixo, retirado do segundo parágrafo do texto:

SD12 - Se há um político brasileiro que elaborou inteligentemente o seu projeto, e por isso mesmo pode considerá-lo coroado de êxito, é o senador José Sarney. O projeto, já se adivinha, é o do atraso.

O que se observa é que o primeiro discurso quer estabilizar-se e o segundo quer desestabilizar o primeiro. Esse jogo entre o dito e o repetido gera o humor, o riso e, simultaneamente, a crítica, pois, na necessidade de se preservar, o discurso primeiro também critica o segundo, em movimentos e deslocamentos constantes.

Nesse sentido, ao nos basearmos em Orlandi (1989, p. 40), percebemos que a fala de Sarney revela a política do silêncio, pois ele, ardilosamente, procura “apagar outros sentidos possíveis mas indesejáveis”. Seguindo o fio desse discurso, retomamos a mesma autora em suas reflexões sobre silêncio e implícito. Com muita propriedade, Orlandi (1989, p. 41) tece comentários sobre o Discurso da Seriedade, em que se descortina “um *silenciamento* que é produzido pelo uso de certas palavras (competência, seriedade, honestidade etc) especializadas em processos de exclusão e de atribuição de prestígios e poderes”.

No artigo em estudo, nota-se que o personagem Sarney se posiciona como *mediador* e exerce, com galhardia e seriedade “uma função decisiva na constituição

das relações de poder” (ORLANDI, 1989, p. 41). A voz de Sarney, ao impor seu discurso, impõe o silêncio e também “impede a discussão e a discordância”. Isso reforça que, por se mostrar um homem sério, o candidato Sarney apresenta seu projeto de governo que é, obviamente, honesto, indiscutível e legítimo.

O sujeito do enunciado do então candidato é o Estado do Maranhão, que, personificado por Sarney, tem sentimentos e desejos típicos de um ser humano: não suporta mais o contraste de suas riquezas com a angústia, a fome, a miséria; não quer mais um governo desonesto e corrupto; não quer mais a violência, o analfabetismo, as altas taxas de mortalidade infantil. Ao personificar o Estado do Maranhão, Sarney se une a ele em sua luta corajosa por uma nova forma de governo, um governo justo que seria o prenúncio de uma nova era.

Contudo, as repetições ou deslocamentos que são apresentados nos enunciados não apresentam os mesmos efeitos de sentido, ou seja, os enunciados “[...] remetem ao mesmo fato, mas não constroem a mesma significação”, são, portanto, paródias ou “paráfrases que aludem ao mesmo fato, mas que não têm a mesma significação” (GREGOLIN, 2001, p. 27). Observa-se ainda no discurso de posse de Sarney que “sua intenção é menos explicar ou convencer, mas seduzir ou conquistar” (COURTINE, 2006, p. 84).

Além disso, o texto também apresenta um momento de resgate de historicidade, resultando num percurso de desconstrução e ataque à figura do político. Essas memórias que envolvem o candidato, ao serem articuladas pelo produtor do texto em forma de interdiscurso, delineiam compromissos políticos e ideológicos e vão produzindo dizeres, provocando seus sentidos ao se inscrever novamente “na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (ORLANDI, 1999, p. 33).

Assim, Toledo revela que a memória faz parte da produção de seu discurso, ao apontar que as condições de produção desse discurso abrangem o contexto histórico, ideológico, passando pelas tramas do interdiscurso (memória) ao texto acabado (formulação).

Tais condições abordam um contexto amplo que resgata e presentifica o modo de organização do poder político, de experiências passadas, de seus representantes e suas posições de “mando e obediência” (ORLANDI, 1999, p. 31).

É o que se depreende do 4º parágrafo do texto:

SD13 - Mas não é isso, ou apenas isso, que converte Sarney em campeão dos campeões. O pulo do gato está alhures. Os chefões desse naipe – nossos tradicionais “coronéis” – costumam adotar a prepotência como estilo. Antonio Carlos Magalhães era assim. Sarney, de sua parte, ataca de “homem cordial”. Ninguém mais afável. A esse traço acrescenta-se o do literato, membro da Academia Brasileira de Letras. Suas alianças, por essa senda, avançam para abarcar intelectuais e artistas, e foi por aí que Glauber Rocha, já então o maior dos cineastas brasileiros, foi seduzido a fazer o filme de 1966. Enfim, ao homem cordial e ao literato junta-se o estadista. Ele já foi presidente da República; a pose é de impecável cumpridor do que memoravelmente alcunhou de “liturgia do cargo”. A capa de homem cordial/literato/estadista cobre o coronel como um jaquetão.

O duplo sentido propriamente dito ou o jogo de palavras primorosamente escolhidas pelo jornalista apontam o uso da ironia e da derrisão nesse último período do quarto parágrafo do texto, em que o autor equipara o temível e costumeiro jaquetão dos antigos coronéis à **capa de homem cordial/literato/estadista**.

Como Orlandi (1999) destaca, é algo que vem carregado pela história,

que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder (ORLANDI, 1999, p. 32).

De fato, o **jaquetão** dos antigos coronéis traz em si uma memória política de mandos e desmandos, de ameaças e domínios. Isso assinala um deslizamento de sentido, ou seja, os sentidos não estão só nas palavras, mas em sua relação com a exterioridade, nas condições em que tais sentidos são produzidos, e que não dependem apenas das intenções dos próprios sujeitos.

Por meio de um processo metafórico, Toledo articula um deslocamento, uma ruptura de processos de significação: o jaquetão – agora transmutado em **capa de homem cordial/literato/estadista** – emerge no enunciado do autor do texto como uma posição na história que delinea efeitos de sentidos de repressão de liberdade, de autoritarismo, de medo, violência e submissão.

Nesse sentido, o jaquetão desse coronel nada amável é ardilosamente recoberto e camuflado pela cordialidade estudada, pelos gestos afáveis, pelas

medidas artificiais do estadista impecavelmente calculista e extremamente polido. Com esse jogo de palavras, Toledo destaca que o termo **jaquetão** apresenta sentidos que retornam, mas que também derivam para outros sítios de significação, “produzindo novos sentidos, efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade da história” (ORLANDI, 1999, p. 39).

Por essa via, temos a presença da deriva, do deslize que se constituem como efeito metafórico, assinalando a transferência, uma vez que as palavras falam com outras. Como ressalta Orlandi (1999, p. 44), a metáfora, na Análise de Discurso, não é considerada uma figura de linguagem, como na Retórica, mas, sim, “como a tomada de uma palavra por outra” [...] ela significa, basicamente, ‘transferência’, estabelecendo o modo como as palavras significam”.

Ainda segundo Orlandi (2012a, p. 86), “as palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa”. Tendo como base essas reflexões, a autora propõe que não devemos nos iludir com o texto entendido como unidade empírica, mas como unidade imaginária.

As reflexões e análises de Orlandi (2012a) assinalam que, por esse viés, podemos alcançar a ideologia. Isso permite compreender que o texto é, de fato, a unidade de análise. Mas, o texto não mais se constitui como uma unidade fechada em si mesma quando observamos a presença do discurso.

Tomado como objeto simbólico, ele se abre para várias possibilidades de leituras, apontando sua relação com a discursividade. Essa abertura é que propicia o trabalho do equívoco, da interpretação, do efeito metafórico.

Seguindo o curso dessas considerações, observa-se que a produção do discurso é articulada “na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”, conforme Orlandi (1999, p. 36), evidenciando que, graças ao processo parafrástico, pode-se apreender a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas. Em outras palavras, os processos parafrásticos são aqueles pelos quais “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 1999, p. 36).

Já o processo polissêmico, é responsável pela possibilidade de sentidos diferentes, múltiplos, pois “na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (ORLANDI, 1999, p. 36). Essa

tensão entre paráfrase e polissemia pode ser expressa como conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado (paráfrase) e aquilo que, “no domínio do múltiplo tem que se garantir, se legitimar, se institucionalizar” (polissemia).

Outra estratégia do fenômeno irônico é revelada na tensão entre o sentido literal e o sentido figurado. Essa tensão aparece nesse texto analisado, em que o jornalista mescla sentidos opostos à capa do **homem cordial, literato que cobre o coronel como um jaquetão** (4º parágrafo). Como aponta Brait (2008), o sentido só pode ser considerado em relação ao contexto e ao sujeito que atribui tal sentido.

O sentido literal está relacionado ao sentido do enunciado; já o sentido figurado, apresentado como irônico, está ligado à dimensão da enunciação. Isso explica o descompasso entre o sentido literal – articulado pelo enunciado – e a visada articulada pelo articulista, que fica no implícito. Baseando-se em Searle (1979), Orlandi (1983) aponta que o enunciador significa, metaforicamente, algo diferente do significado apresentado pelo sentido literal da sentença.

Isso explica que existe uma diferença entre o sentido proposto pela enunciação e o sentido da sentença. Na verdade, a sentença não muda de sentido; o que muda é o sentido que o enunciador dá ao termo selecionado. Em síntese, o que o enunciador significa é diferente daquilo que ele fala ou escreve.

O termo **oligarca**, usado ironicamente por Toledo para se referir a Sarney, é definido pelo dicionário de português *on-line* do Aurélio como “pessoa partidária da oligarquia; membro de uma oligarquia”. Já em sentido figurado, o termo oligarquia pode ser definido como “autoridade, preponderância ou influência de pequeno número de pessoas.”

Ainda sobre o vocábulo **oligarquia**, encontramos a seguinte definição: “estado de uma nação em que a preponderância de algumas famílias dispõe do governo; grupo de pessoas poderosas que dominam uma parte dos interesses de um país.” “Forma de governo na qual um pequeno grupo de pessoas detém o poder. Essas pessoas governam de modo ditatorial, sem o consentimento dos governados”.

Em seu discurso sedutor, Sarney mostra um jogo bem arquitetado, resultado de uma série de deslocamentos e inversão de formulações que têm como intuito espetacularizar seu discurso político, procurando ser convincente, procurando transmitir credibilidade a seus eleitores durante sua fala.

Outra questão que se ressalta no ensaio em estudo é o uso do vocabulário do jornalista, mostrando a passagem do estilo coloquial a um estilo mais formal, ou

também o contrário. Nesse ensaio, Toledo utiliza um tom coloquial e, ao utilizar as glosas enunciativas **já se adivinha, vai mais fundo, empurrar o Maranhão para a rabeira, o campeão dos campeões**, que são comuns na linguagem oral, o articulista muda o registro de expressão, destacando sua crítica zombeteira às contradições e aos engodos do discurso de Sarney.

Observando o texto selecionado, encontramos formas variadas de ocorrências de sinalização da ironia sarcástica e zombeteira do articulista, assinaladas pelas glosas enunciativas, quando o autor interrompe o fluxo discursivo e expõe seu ponto de vista, ou seja, apresenta-se como responsável, assumindo seu papel social em sua relação com a linguagem:

O projeto **já se adivinha** é o do atraso (2º parágrafo). **Há muitos campeões do atraso na política brasileira. Sarney é o campeão dos campeões, tanto por antiguidade quanto, sobretudo, por mérito** (2º parágrafo).

O pulo do gato está alhures. Os chefões desse naipe – nossos tradicionais “coronéis” – costumam adotar a prepotência como estilo (4º parágrafo). **Ninguém mais afável** (4º parágrafo). **A capa de homem cordial/literato/estadista cobre o coronel como um jaquetão** (4º parágrafo). Sarney está na ordem do dia, **se é que algum dia saiu dela** (5º parágrafo). **Sarney criou o oligarca perfeito** (6º e último parágrafo).

Além dos sinais apresentados, aparecem outros, como as hipérboles irônicas:

a) **Sarney é o campeão dos campeões, tanto por antiguidade quanto, sobretudo, por mérito [...]**; b) **A glória de Sarney, enquanto isso, só fez aumentar, esparramando-se para a parentela. [...]**; c) **a pose é de impecável cumpridor do que memoravelmente alcinhou de “liturgia do cargo”**; d) **a já longa era Sarney logrou a proeza de empurrar o Maranhão para a rabeira entre os estados brasileiros.**

Seguindo o curso dessas reflexões, verifica-se que, na trama do discurso do jornalista, a figura de Sarney é tomada como um mecanismo de expressão política, cuja capa esconde a verdadeira face de um político astuto, dissimulado, cheio de pose e engodos. Desse modo, observa-se que o articulista tem como objetivo descaracterizar a figura do ex-presidente da República e ex-governador do Estado do Maranhão, trazendo um trecho da fala e das aparições de Sarney em um comentário sobre o filme do cineasta Glauber Rocha, trazido à baila pelo articulista, intercalados pelo discurso derrisório.

A crítica continua ao longo do texto, e de forma completamente aberta. Nos parágrafos seguintes, o enunciador sério expõe com detalhes o seu pensamento sobre a política ardilosa do senador Sarney, **homem cordial, literato e estadista**, que elaborou de maneira astuta e dissimulada seu projeto de atraso de seu próprio Estado.

Em tom de mofa, Toledo continua seu percurso de desconstrução da imagem do político, em seu objetivo de descaracterizar, de atacar e enfrentar a figura de Sarney. Ao usar o fenômeno da derrisão, o jornalista mostra de maneira bastante realista a verdadeira face desse político, **homem cordial e literato**, mas um verdadeiro ditador que dominou os maranhenses como um verdadeiro **coronel**.

Toledo assinala a relação de seu texto a outro texto, retirado do romance **O leopardo**, de Tomasi de Lampedusa, que também adverte sobre os engodos do poder político. Essa estratégia pode ser considerada como um retorno ao mesmo tema abordado pelo articulista. Mas, na visão de Toledo, o atraso, as falcatruas e os engodos provocados por Sarney causaram muito mais dano e miséria.

Também é importante atentar para o uso da palavra **miudezas**, no último parágrafo, quando o jornalista se refere, em tom de sarcasmo, às falcatruas e aos atos ilícitos do senador, que tem conseguido se safar e sair totalmente ileso de denúncias e outras acusações com a mesma cordialidade, a mesma astúcia, a mesma pose.

O jornalista também procura fazer com que o leitor possa refletir sobre os acontecimentos atuais da política e, especificamente, sobre os discursos políticos apresentados pela propaganda eleitoral dos candidatos a cargos políticos em nosso país. O contexto histórico é permeado de falcatruas, engodos, mentiras e falsas promessas apresentadas pelos políticos, que procuram demonstrar, de todas as maneiras, que são honestos, que são benfeitores.

Assim, eles são capazes de apresentar obras de todas as espécies, fazem promessas mirabolantes, utópicas e toda sorte de engodos, tentando garantir a *salvação da pátria*. De forma geral, por um lado, há o povo brasileiro buscando uma verdadeira política governamental, enquanto, por outro lado, o político tenta mostrar seu programa de governo, considerado por ele mesmo como extraordinário.

Nesse sentido, observa-se ainda que a agressão também é considerada uma característica da ironia. Ao demonstrar o envolvimento de um agressor e um agredido nesse ensaio, pode-se refletir que nessas questões a derrisão tem um

caráter eminentemente de contestação, referindo-se às denúncias de desmandos, atos ilícitos e às mistificações de um político matreiro, corrupto, sedutor, cheio de artimanhas e promessas falsas.

5.4 4º artigo: Pode piorar sim, Tiririca

Este ensaio de Toledo, publicado na revista *Veja*, edição 2179, de 25 de agosto de 2010, destaca a força argumentativa do jornalista por meio de seus enunciados, em seu intuito de convencer e persuadir o leitor, assumindo a função de levá-lo a uma possível conclusão.

Pode piorar sim, Tiririca

Na semana passada teve início a edição 2010 daquela hora da tristeza de ser brasileiro que é o horário político na televisão. Tal como se apresenta, ele não escapa de duas alternativas: a mistificação ou a indignância. Se a campanha é rica, para cargo executivo e tem bons minutos na TV, não faltarão voos sobre as cidades e os campos, as florestas, os rios, as cachoeiras e os vastos horizontes, versão atualizada dos velhos filmes de Jean Manzon e do *Amaral Neto Repórter*, como concordarão os últimos moicanos que ainda se lembram deles. À música apoteótica cabe o papel de reforçar o entusiasmo de quem já o possui ou despertá-lo nos que ainda resistem. Capturam-se no intervalo depoimentos de populares que, numa impressionante coincidência, se mostram todos, ricos e pobres, jovens e velhos, homens e mulheres, tomados de admiração pelo candidato.

Se a campanha é governista, desfilarão exuberantes plantações, obras públicas tocadas em ritmo febril, fábricas funcionando a todo o vapor, povo gozando de escandinavo nível de bem-estar. Se é de caráter nacional, serão mostrados em rápida sucessão o Cristo Redentor e os arranha-céus da Avenida Paulista, uma baiana e um gaúcho em seu cavalo. Tudo isso, claro, se fez presente na semana passada no programa inaugural de Dilma Rousseff, e não foi por acaso: é a campanha mais rica, nacional, governista e com mais tempo na TV. O programa teve ainda mais: uma espetacular sequência em que a candidata, à beira do Arroio Chuí, dialoga com o presidente Lula em

Rondônia, à beira do Rio Madeira, os dois em posição de aplicar “um abraço no nosso povo, um abraço do tamanho do Brasil”, como disse Lula.

O programa de Dilma teve tudo e mais um pouco, para ilustrar a mistificação. Perdeu seu tempo quem procurou um projeto de governo, uma definição sobre tema controverso. Quanto à indigência, repete-se a conhecida parada macabra dos candidatos a deputado, os tipos suspeitos alternando-se com os sinistros, os desconhecidos com os exóticos. Tudo muito rápido, um empurrando o outro como quem enfrenta um corredor polonês, atropelando-se para dar um recado que na maior parte das vezes se resume à recitação de um nome e de um número. Pince quem for capaz um candidato que coincida com suas visões e aspirações nessa feira de desesperados.

Não é a existência em si do horário político que deve ser posta em causa. O acesso, bem ou mal igualitário, dos candidatos e dos partidos ao mais central e mais crucial dos meios de comunicação é um avanço a ser preservado. O problema é o modelo vigente. Ele está longe de oferecer informação que possibilite escolhas claras e conscientes. E o pior é que ele é o começo de tudo, no processo político.

É preciso repensá-lo, se se desejam eleições diferentes das que, ao fim e ao cabo, vão resultar nas instituições frouxas e da democracia de segunda ordem que temos hoje.

Algumas regrinhas poderiam ajudar. Por exemplo, proibir, ou limitar, o uso de cenas externas. Ou exigir, em um programa por semana, ou dois, ou quantos se arbitrarem, a presença ao vivo do candidato. Perde-se na espetaculosidade hollywoodiana que as campanhas ricas se acostumaram a ostentar, mas ganha-se na autenticidade. Medidas como essas tenderiam a corrigir o que os programas têm de mais vazio e, com desculpa pela expressão, alienante. De quebra, diminui-se o custo igualmente hollywoodiano das campanhas políticas brasileiras.

Mas o ideal mesmo, para produzir uma mudança “radical”, como diria o candidato Plínio de Arruda Sampaio, estrela inesperada da temporada, seria mudar o caráter do programa, que de “propaganda política” passaria a “informação política”. A propaganda já dispõe das muitas inserções que, ao longo do dia, são obrigatoriamente veiculadas na TV e no rádio. As duas edições diárias do programa de cinquenta minutos ofereceriam entrevistas

com os candidatos, reportagens e debates produzidos e mediados por entidades neutras supervisionadas pela Justiça Federal. Utopia? De realização distante como o Brasil Grande do programa de Dilma? Certamente, mas quem sabe, martelando-se desde já, um dia pega?

Por enquanto ficamos com Tiririca. Tiririca é um cantor, ou ator, ou humorista (?!), ou seja lá o que for, que se apresenta como candidato a deputado federal em São Paulo. Ele diz, em seu comercial: “Que faz um deputado federal? Na realidade eu não sei. Mas vote em mim que eu te conto”. De boné, peruca e roupa que lembra um arlequim da roça, Tiririca termina com o *slogan* “Pior do que está não fica. Vote em Tiririca”. Fica sim, amigo Tiririca. Já ficou.

Por meio de similaridades e paralelismos, o jornalista faz uma referência comparativa ao afirmar que **o horário político na televisão é a hora da tristeza de ser brasileiro**. Em tom de mofa, Toledo ainda apresenta outras comparações irônicas e zombeteiras ao longo do texto. A argumentação usada pelo articulista se fundamenta no uso de alguns articuladores meta-enunciativos – também chamados de glosas enunciativas –, que comentam, de alguma forma, a própria enunciação do jornalista. É o que se depreende nos parágrafos que seguem:

Tudo isso, claro, se fez presente na semana passada no programa inaugural de Dilma Rousseff, e não foi por acaso (linhas 25 a 27, 2º parágrafo).

Medidas como essas tenderiam a corrigir o que os programas têm de mais vazio e, com desculpa pela expressão, alienante (6º parágrafo).

Utopia? De realização distante como o Brasil Grande do programa de Dilma? Certamente, mas quem sabe, martelando-se desde já, um dia pega? (7º parágrafo).

Essa estratégia revela o uso de modalizadores epistêmicos, que assinalam o grau de comprometimento do autor em relação aos enunciados que ele produz, como também o grau de certeza concernente aos fatos enunciados.

Além da argumentação usada por Toledo, a trama do texto também revela suas metáforas cheias de ironia e humor, engendradas pelo viés de um tom zombeteiro em sua crítica ferina ao tema abordado: o modelo vigente do horário político que está sendo veiculado na televisão na edição 2010:

SD14 - *Se a campanha é rica, para cargo executivo e tem bons minutos na TV, não faltarão voos sobre as cidades e os campos, as florestas, os rios, as cachoeiras e os vastos horizontes [...]. Quanto à indignância, repete-se a conhecida parada macabra dos candidatos a deputado, os tipos suspeitos alternando-se com os sinistros, os desconhecidos com os exóticos.*

No trecho apresentado, a expressão **campanha rica** refere-se a sentidos que assinalam os efeitos da língua na materialidade da história: SD14 – **voos sobre as cidades e os campos, as florestas, os rios, as cachoeiras e os vastos horizontes....** Por outro lado, apresentada em paralelismo, uma *campanha pobre* revela a atitude de descaso do governo para com os pobres, que é assinalada pelo termo **indignância**, estendendo sua transferência para outros efeitos de sentidos, como SD14 - **a conhecida parada macabra dos candidatos a deputado, os tipos suspeitos alternando-se com os sinistros, os desconhecidos com os exóticos.**

Observa-se que um dos objetivos básicos do uso da ironia é, realmente, a crítica social. Por essa via, ao denunciar o absurdo, o ridículo dos comportamentos de candidatos e sua total inépcia, Toledo aponta a necessidade de se romper com estrutura do modelo vigente do horário político veiculado na televisão.

Observa-se também o uso de hipérboles, que apontam a presença da ironia, chamando a atenção para o fato de que as palavras ou expressões devem ser lidas e compreendidas de forma a recuperar outra enunciação.

É o que se depreende dos excertos que seguem abaixo:

SD15 - *À música apoteótica cabe o papel de reforçar o entusiasmo de quem já o possui ou despertá-lo nos que ainda resistem. Capturam-se no intervalo depoimentos de populares que, numa impressionante coincidência, se mostram todos, ricos e pobres, jovens e velhos, homens e mulheres, tomados de admiração pelo candidato. (1º parágrafo).*

SD16 - *Se a campanha é governista, desfilarão exuberantes plantações, obras públicas tocadas em ritmo febril, fábricas funcionando a todo o vapor, povo gozando de escandinavo nível de bem-estar. Se é de caráter nacional, serão mostrados em rápida sucessão o Cristo Redentor e os arranha-céus da Avenida Paulista, uma baiana e um gaúcho em seu cavalo. (2º parágrafo).*

SD17 - Quanto à indigência, repete-se *a conhecida parada macabra dos candidatos a deputado, os tipos suspeitos alternando-se com os sinistros, os desconhecidos com os exóticos*. Tudo muito rápido, um empurrando o outro *como quem enfrenta um corredor polonês*, atropelando-se para dar um recado que na maior parte das vezes se resume à recitação de um nome e de um número. Pince quem for capaz um candidato que coincida com suas visões e aspirações nessa *feira de desesperados*. (3º parágrafo).

Nesse artigo opinativo, o articulista apresenta sua crítica político-social em um estilo elegante e cheio de humor, veiculando seus argumentos também por meio de discursos reportados. Trata-se de um modo bastante significativo quanto à maneira de enunciar. Assim, destaca-se não só *o que* é dito, mas, principalmente, *como* é dito, visto que essa estratégia permite a possibilidade de visualizar as marcas do sujeito enunciador em relação àquilo que enuncia.

Nesse sentido, o trabalho também se apoia nos estudos de Brait sobre Berrendonner (1982, *apud* BRAIT, 2008), em que a autora aponta a reflexão sobre a ironia no quadro de uma tipologia de discurso reportado. Para Berrendonner (1982), a ironia se articula com um valor argumentativo. Assim, para percebê-la, o leitor deve estar atento para ver se o enunciado contém um fato de discurso reportado, já que ele precisa entender o fio do discurso e comparar duas intenções argumentativas rivais. Teríamos, então, uma enunciação dupla: uma enunciação primeira, referente à outra enunciação, anterior, a qual se procura desconsiderar.

É o que se observa nos trechos abaixo, retirados do 2º e do 7º parágrafos do artigo:

SD18 - [...] os dois em posição de aplicar “um abraço no nosso povo, um abraço do tamanho do Brasil”, como disse Lula. (final do 2º parágrafo).

SD19 - Mas o ideal mesmo, para produzir uma mudança “radical”, como diria o candidato Plínio de Arruda Sampaio [...], seria mudar o caráter do programa, que de propaganda política’ passaria a ‘informação política’. (início do 7º parágrafo).

Como já vimos acima, o uso das aspas revela uma estratégia usada pelo autor do texto para manter distância do que ele escreveu, colocando o enunciado na

voz de outro enunciador (nos exemplos citados, o então presidente Lula e o então candidato Plínio de Arruda Sampaio, respectivamente).

Na SD19, ao iniciar seu enunciado com o operador argumentativo **MAS**, o articulista se contrapõe às ideias antecedentes, fazendo com que o enunciado tome a tendência que ele quer indicar. De fato, quando orienta argumentos contrários, o operador argumentativo **mas** pode revelar que esse enunciador denuncia um movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos, ainda que estejam implícitos.

Além disso, pode-se dizer que o jornalista usou um *argumento de autoridade*, ao reportar a fala de uma pessoa ilustre, conhecida e reconhecida na política – o candidato Plínio de Arruda Sampaio – para enfatizar a argumentação apresentada pelo próprio jornalista.

Toledo reconhece a autoridade e a competência do candidato Plínio de Arruda Sampaio, enquanto formador de opinião e, ao privar-se de sua voz, o jornalista se apoia na voz do próprio Arruda Sampaio, usando as aspas ao inseri-lo no contexto, por meio de um verbo *dicendi* (o verbo dizer, no caso), seguida da indicação, ou seja, do nome, da atividade ou da função, bem como da instituição a que o candidato está vinculado: SD19 – **como diria o candidato Plínio de Arruda Sampaio, estrela inesperada da temporada....**

Na mídia impressa, é comum a justaposição de citações diretas e indiretas. Assim, o articulista se priva de sua voz, tornando-se um simples articulador do texto.

Já no oitavo (e último) parágrafo do texto, o jornalista apresenta uma citação direta, apontando que, mais uma vez, ele se priva de sua voz:

SD20 - Ele diz, em seu comercial: *“Que faz um deputado federal? Na realidade eu não sei. Mas vote em mim que eu te conto”*.

A análise desse artigo nos faz retomar Orlandi (2012a, p. 116), quando a autora sustenta que “a pontuação serve para dar uma dimensão ao discurso no espaço textual. O texto dimensiona, por assim dizer, o discurso, e a pontuação é um de seus ‘instrumentos’. Para a autora (2012a), a pontuação se constitui como uma violência simbólica que é necessária. “[...] um mecanismo que administra nossa relação à incompletude da linguagem (ORLANDI, 1983), trabalhando a incompletude

do sentido e o inacabamento do sujeito. É o espaço simbólico das relações de sentido que é pontuado” (ORLANDI, 2012a, p. 116).

Seguindo o curso dessas reflexões, observa-se ainda que o foco desse artigo, a princípio, parece incidir sobre o palhaço Tiririca, nome artístico do humorista Francisco Oliveira da Silva, candidato a deputado federal em São Paulo pelo Partido da República (PR), que se revelou como o parlamentar mais votado do Brasil; ou seja, foi o campeão de votos naquela eleição, com mais de um milhão de sufrágios.

Já no final do artigo, ao transcrever a ironia em sua crítica político-social, Toledo chama a atenção do leitor para uma dupla leitura. Assim, ao usar os sinais **(?!)** e o comentário zombeteiro **ou seja lá o que for**, usados no último parágrafo do texto, após a apresentação do termo **Tiririca**, Toledo possibilita uma nova leitura, diferente daquela que está sendo colocada no enunciado:

SD21 - Por enquanto ficamos com Tiririca. Tiririca é um cantor, ou ator, ou humorista (?!), ou seja lá o que for, que se apresenta como candidato a deputado federal em São Paulo.

Apoiado por uma campanha rica e bem organizada, o humorista, entretanto, não consegue defender ou formular qualquer proposta, nem mesmo de maneira sucinta. Ao contrário, o humorista debocha acintosamente do sistema eleitoral.

Toledo cita o comercial do referido humorista, para reutilizá-lo em sua argumentação:

SD22 - Ele diz, em seu comercial: “Que faz um deputado federal? Na realidade eu não sei. Mas vote em mim que eu te conto”. De boné, peruca e roupa que lembra um arlequim da roça, Tiririca termina com o slogan “Pior do que está não fica. Vote em Tiririca”. Fica sim, amigo Tiririca. Já ficou.

Mais uma vez, a ironia e o tom zombeteiro transparecem no uso do vocativo **amigo Tiririca**, quando o jornalista se refere ao humorista em tom de mofa, querendo dizer exatamente o contrário. Toledo retoma a fala como se estivesse, mais uma vez, dirigindo-se apenas ao humorista, citado logo no início, no próprio título do ensaio.

O efeito de chiste é revelado na composição debochada do candidato, que usa boné, peruca e roupa e que mais parece um **arlequim da roça**, para compor, de

forma hilária e desastrada, a bancada de deputados que só usam terno, paletó e gravata, tentando aparentar seriedade, elegância e credibilidade. Afinal, seriam todos palhaços políticos, ou não? Percebe-se, então, um jogo na combinação curiosa de palavras e de sentidos.

Ao repetir as palavras finais do *slogan* do candidato humorista, SD22 – **Pior do que está não fica. Vote em Tiririca**, ao dar sua resposta em tom indignado e, ao mesmo tempo, também irônico – SD22 - **Fica sim, amigo Tiririca. Já ficou** –, o jornalista deixa transparecer, com a verve de sempre, que no Brasil, eleição após eleição, só se vê mais do mesmo, pois tudo continua igual, sem nenhuma mudança de mentalidade na condução da política nacional, quer seja no combate à corrupção, quer seja no controle dos gastos públicos. A única mudança parece ser a de tornar a situação ainda pior.

Isso assinala que o foco desse artigo incide, realmente, sobre a crítica ferina e avaliativa ao modelo de apresentação do horário político na televisão, bem como à apresentação de seus candidatos, quase todos sem preparo e sem projetos de governo, com suas campanhas ricas e desnecessárias, com cenas externas cheias de ostentação e vazias de informações políticas verdadeiras e confiáveis.

De fato, esse é o alvo do jornalista:

SD23 - Não é a existência em si do horário político que deve ser posta em causa. O acesso, bem ou mal igualitário, dos candidatos e dos partidos ao mais central e mais crucial dos meios de comunicação é um avanço a ser preservado. O problema é o modelo vigente. Ele está longe de oferecer informação que possibilite escolhas claras e conscientes. E o pior é que ele é o começo de tudo, no processo político.

Em suma, a crítica do jornalista, de teor avaliativo, apresenta bastante coerência no desenvolvimento de sua reflexão discursivo-argumentativa nesse artigo de opinião: a de que é preciso repensar o processo político em nosso país. Só assim os eleitores terão realmente condições de votar de maneira consciente, sem escolher qualquer *puxador de votos*, imaginando que tal atitude possa representar um gesto de protesto contra o sistema político.

Assim, o jornalista apresenta uma espécie de alerta ao leitor, impulsionado pela força de suas argumentações.

5.5 5º artigo: Alívio! Nunca mais nunca antes

Esse ensaio de Toledo foi publicado na revista *Veja*, edição 2199, de 12 de janeiro de 2011, em que o jornalista comenta um fato insólito ocorrido durante o governo do então presidente Lula: seu famoso bordão **nunca antes neste país**, com que ele, insistentemente, iniciava seus discursos.

Alívio! Nunca mais nunca antes

Houve um tempo, raciocina o professor Ricardo Morante, em que era obrigatório fazer tudo numa grande ordem. “As coisas, por exemplo, começavam todas pelo começo e acabavam pelo fim.” O professor Morante é um personagem de ficção. Figura no romance *Doutor Pasavento*, do catalão Enrique Vila-Matas. O tempo em que as coisas tinham começo e fim é localizado por Morante na década de 70 – a de sua mocidade. Não lhe custou muito compreender que se tratava de uma ilusão. Não há histórias acabadas. Isso é uma invenção da literatura. “A literatura”, explica Morante, “consiste em dar à trama da vida uma lógica que não existe. Na minha opinião, a vida não tem trama, nós é que a acrescentamos, quando inventamos a literatura.”

As considerações de Morante ocorrem durante diálogo com o narrador do livro, o “Doutor Pasavento” do título. São ambos escritores. Morante conta que “o filme de sua vida” é *Viagem à Itália*, de Roberto Rossellini. E isso porque a história se abre com um diálogo que já vai avançado entre um casal (Ingrid Bergman e George Sanders). O espectador tem a impressão de ter entrado no cinema no meio da sessão. “Com essa primeira sequência”, diz Morante, “creio que Rossellini estava consciente de que, já que a vida é um tecido contínuo e qualquer princípio é arbitrário, uma narração pode começar num momento qualquer, na metade de um diálogo, por exemplo.”

O doutor Pasavento não só concorda como lembra que não é por outro motivo que a literatura começa com relatos de viagem. Na Antiguidade, “não se sabia ainda o que era contar uma história, mas se sabia perfeitamente o que era uma viagem”. Ela fornecia a “trama ideal”, porque, “se havia uma coisa que tinha um começo e um fim, essa coisa era uma viagem”. Daí a *Odisseia*, de Homero, que conta a atormentada viagem de Ulisses de volta para casa. “As viagens tinham um começo e um fim. Isso punha uma ordem nas coisas se a

gente quisesse contar uma história e demarcá-la de forma que começasse e terminasse.”

O que vêm fazer o professor Morante e o doutor Pasavento numa coluna que costuma tratar de assuntos da atualidade? O leitor esperto já adivinhou. O diálogo entre eles vem a propósito das duas mais candentes ocorrências destes dias: o ano novo e o governo novo. O.k., é bonito e útil numerar o tempo e viver um dia como o do *réveillon*, com suas promessas de recomeço. Dá margem a esperanças e manifestações de generosidade. Mas a esta altura, já avançados para meados de janeiro, retomamos a consciência de que o ano novo é, e sempre foi, uma fraude. Nenhuma trama se fechou. Seus fios se estendem, inconclusos e em grande parte desconexos, ano novo adentro, sem atenção ao vão esforço, tão humano quanto andar a pé, de aprisioná-los no calendário e dar-lhes algum sentido.

Do governo novo quase se pode dizer a mesma coisa. Claro, a pessoa no comando é outra, sua formação e personalidade são outras, até seu sexo é outro. Mas, já não fosse um governo do mesmo partido, construído em grande parte pelos mesmos integrantes do anterior, ainda resta que, no plano mais geral da história do país, nenhuma trama se findou, assim como nenhuma outra começou, mesmo porque, como diria o professor Morante, na vida real não há trama. Quem se iludia pensando o contrário era o presidente que encerrou seu mandato no último dia 31. Ele achava (e continua achando) que havia reinaugurado o Brasil. “Nunca antes neste país” foi seu bordão. Nunca antes o país conhecera um presidente capaz de igual jactância.

Se se pode adiantar algo de altamente positivo com a posse de Dilma Rousseff é que nunca mais se ouvirá o “nunca antes”. Ela não poderia ousar dizê-lo sem ofender o antecessor. Ele é que reinventou o país; a ela só cabe continuar-lhe a obra. De todo modo, ela não diria mesmo. Não tem o mesmo tosco sentido da história, e deu mostra disso na passagem do discurso de posse em que afirmou que “um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história”, e emendou que, por isso, era “justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje”.

Foi uma rápida menção. Dilma conteve o recado, no qual incluiu também a noção de que governos são uma mistura entre mudança e continuidade, em

51 das 3 612 palavras do discurso no Congresso. Menos que 1,5% do total. Foi breve a ponto de talvez ter driblado a atenção do antecessor e esperta a ponto de não citar nomes, para não ferir-lhe a onipotência. Não importa. A inteligência, o bom gosto e o bom-senso agradecem.

À primeira vista, o título do artigo não fornece elementos que direcionem o leitor a uma provável crítica social enunciada pelo jornalista. Curiosamente, Toledo inicia seu ensaio por meio de um relato bem distante dos acontecimentos atuais. O jornalista menciona o professor Ricardo Morante, um personagem fictício do romance **Doutor Pasavento**, escrito pelo romancista catalão Enrique Vila-Matas.

Toledo comenta algumas características desse personagem, ressaltando que, tempos atrás, Morante afirmava que “era obrigatório fazer tudo numa grande ordem”. Para esse personagem, as coisas “começavam pelo começo e acabavam pelo fim”. Essas considerações sobre histórias acabadas eram compartilhadas por Morante em suas conversas com o próprio narrador do livro, o Doutor Pasavento.

Mas com o passar do tempo, Morante conclui que esses argumentos não passavam de uma ilusão, pois não há histórias acabadas. Para ele, isso era apenas uma invenção da literatura.

Um fato marcante na vida desse personagem foi um filme dirigido por Rossellini, em que o início apresentava um diálogo, já “avançado”, entre o casal protagonista, dando a impressão de que o telespectador teria entrado no meio da sessão do filme. Essa passagem marca, definitivamente, as reflexões de Morante sobre sua suposta ordem das coisas.

Toledo transcreve as palavras exatas do personagem:

SD24 - “Com essa primeira sequência”, diz Morante, “creio que Rossellini estava consciente de que, já que a vida é um tecido contínuo e qualquer princípio é arbitrário, uma narração pode começar num momento qualquer, na metade de um diálogo, por exemplo.”

Observa-se que o artigo de Toledo traz os dizeres de outrem, como também seus vestígios sócio-históricos e ideológicos, ressaltando que há a presença da interação entre sujeitos. De fato, verifica-se a inscrição do outro no discurso do jornalista: ele insere o outro no fio do discurso, o que destaca a presença da heterogeneidade mostrada marcada por meio de algumas marcas linguísticas, como

o uso de aspas, do discurso direto ou do indireto, assinalando que uma das características que chama a atenção na constituição desse ensaio é a presença da heterogeneidade.

Tendo sido assinalados em Bakhtin e depois partilhados pela linguista Authier-Revuz (1990) na *Análise de Discurso*, os registros desse fenômeno discursivo revelam a heterogeneidade enunciativa, que engloba a heterogeneidade constitutiva e a mostrada, ressaltando que esta última pode ser marcada ou não marcada.

O comentário inicial revela o lugar discursivo onde se inscreve o enunciador do texto e, a partir desse lugar, vai determinar a polêmica com o discurso outro. A presença das aspas sinaliza a negociação do sujeito com o seu Outro/outro, uma vez que as aspas delimitam o espaço de presentificação dessa outra voz para assinalar que o restante do dizer pertence ao sujeito, e isso garante a unidade aparente do discurso.

Para Authier-Revuz (1990), existem dois tipos de enunciados: aqueles que não mostram suas marcas e aqueles que desnudam a heterogeneidade por meio de marcas explícitas. A heterogeneidade constitutiva é revelada por meio de “processos reais de constituição dum discurso”. Como propõe a autora, a heterogeneidade constitutiva consiste em uma “modalidade implícita que esgota a possibilidade de captar linguisticamente a presença diluída no *outro* no *um*” (AUTHIER-REVUZ, 1984, p.108 *apud* INDURSKY, 1997, p. 40). Nesse caso, o discurso não revela a alteridade que lhe é característica; portanto, não pode ser localizável no fio do discurso.

Já o segundo tipo de heterogeneidade, a mostrada, ou enunciativa, indica a presença do *outro* no fio do discurso do locutor. Refere-se, pois, a uma presença localizável de um discurso em outro no fio do texto, e isso desconstrói a suposta unicidade ao revelar a presença da voz do outro no discurso. A heterogeneidade marcada refere-se “aos processos de representação, num discurso, de sua constituição”, destaca Authier-Revuz (1990, p. 32).

Diz-se que a heterogeneidade mostrada é marcada, isto é, apresenta a presença do outro no fio do discurso de maneira explícita, por meio de marcas linguísticas, como as glosas enunciativas, o uso de aspas, do discurso direto ou do indireto, da negação, dentre outras marcas linguísticas.

No artigo em análise, temos os dois registros da heterogeneidade, localizáveis por meio do conhecimento cultural do coenunciador ou mesmo por meio

de algumas estratégias textuais, como o discurso indireto livre, a imitação, o uso da ironia, as alusões. Todas essas estratégias revelam o “outro dizer”, que buscam produzir sentidos, mesmo que esse outro dizer não possa ser explícito.

Como vimos acima, as glosas enunciativas podem ser definidas como atividades metalinguísticas realizadas pelo enunciador em seu discurso, com o propósito de apresentar um esclarecimento. Nesse sentido, ao articular operações linguísticas e cognitivas, o jornalista torna consciente um saber linguístico, ou seja, um saber sustentado por sua atividade epilinguística.

É o que se observa no trecho que segue, retirado do início do 4º parágrafo do artigo, em que o jornalista interrompe o fluxo discursivo e faz uma pergunta pseudo-ingênua, como se estivesse dialogando com o leitor:

SD25 - O que vêm fazer o professor Morante e o doutor Pasavento numa coluna que costuma tratar de assuntos da atualidade? O leitor esperto já adivinhou. O diálogo entre eles vem a propósito das duas mais candentes ocorrências destes dias: o ano novo e o governo novo.

Na esteira dessas reflexões, observa-se que o jornalista engloba outro discurso em seu próprio discurso, apontando contradições e outras posições em seu intuito de procurar dar um efeito de unidade a esse discurso.

Toledo destaca a presença do dialogismo, um diálogo assimétrico entre dois discursos diferentes que fizeram parte da sociedade em épocas distintas: o discurso do professor Ricardo Morante, personagem fictício do romance **Doutor Pasavento**, e o discurso do ex-presidente Lula, por ocasião do encerramento de seu mandato. Assim, observa-se que o dialogismo é articulado como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem.

Ao transcrever o discurso citado do personagem do romance, as palavras do articulista confirmam essas reflexões, visto que o dialogismo também se refere às relações que se estabelecem entre o *eu* e o *outro* nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos (BRAIT, 1997).

Pode-se também afirmar que, ao trazer para a reflexão um “conjunto de dizeres já ditos e esquecidos”, que determina o discurso do jornalista, tem-se uma reflexão sobre o interdiscurso, que, por sua vez, vai sustentar e impulsionar a

possibilidade mesma desse dizer, que emerge no entrecruzamento da língua com a história. Observa-se ainda que o discurso de Toledo desvela uma interpretação que é articulada na trama ininterrupta entre a descontinuidade (da ordem do interdiscurso, da história) e a regularidade (da ordem do intradiscurso, da língua).

O comentário do jornalista aponta o lugar discursivo onde ele se inscreve como enunciador e vai estabelecer a ligação com o discurso outro. A partir dessa perspectiva, verifica-se que o discurso do jornalista revela repetições, ou seja, ecos de outros enunciados que foram deslocados do campo discursivo político para o campo discursivo do humor.

Entretanto, essas repetições mantêm relações históricas com o primeiro enunciado, pois se não existisse o primeiro enunciado, o segundo não poderia emergir nas palavras do articulista. Como já vimos acima, o segundo enunciado corresponde a uma resposta, como também podemos dizer que outros ditos possam surgir e apresentar respostas a esse segundo; com isso, teríamos uma rede de enunciados, ou seja, o interdiscurso.

Como já mencionamos acima, o interdiscurso e o intradiscurso não são “realidades” autônomas apresentadas em uma relação dicotômica. Considerado como um processo de sustentação, o intradiscurso é efeito do interdiscurso. Nesse sentido, o intradiscurso possibilita (re) significar o já-dito, o pré-construído e, assim, ele se significa.

Tendo essas reflexões em mente, nota-se que os dizeres não são articulados como simples mensagens que serão decodificadas; são efeitos de sentidos que são engendrados em determinadas condições, criando espaços na forma como as palavras são enunciadas.

Já no terceiro parágrafo do ensaio, o personagem Morante explica que não existem histórias acabadas, visto que, para ele, **a vida não tem trama, nós é que a acrescentamos, quando inventamos a literatura**. Contudo, uma nova leitura do texto mostra que, em verdade, o assunto é outro. O preâmbulo de Toledo serve como uma ponte, como um elo para indicar a presença da voz do outro em seu discurso.

Assim, Toledo volta ao momento atual, ao destacar um registro do insólito, do enorme, do repetitivo, apontando o tempo de desvario do então presidente Lula, que se vangloriava de ter realizado feitos inéditos e nunca realizados por nenhum outro presidente do país. Por essa via, o jornalista pressupõe que o leitor tenha

consciência de que existe um conhecimento partilhado, uma vez que a memória, quando considerada em relação ao discurso, é articulada como interdiscurso.

Ao transcrever o discurso citado, a enunciação irônica apresenta “um conteúdo que remete a uma outra enunciação, instaurada como primeira e passível de problematização” (BRAIT, 2008, p.118). Nesse sentido, observa-se que as falas reproduzidas pelo articulista apontam que, a partir desse ponto de vista, o próprio jornalista não tem controle ou responsabilidade sobre as origens dessas falas ou sobre as fontes de sentidos. É o que se observa no trecho abaixo, retirado do 5º parágrafo do artigo:

SD26 - Quem se iludia pensando o contrário era o presidente que encerrou seu mandato no último dia 31. Ele achava (e continua achando) que havia reinaugurado o Brasil. “Nunca antes neste país” foi seu bordão. Nunca antes o país conhecera um presidente capaz de igual jactância.

Seguindo o fio dessas considerações, no artigo em tela tem-se um enunciador que se dirige ao leitor, com quem esse enunciador estabelece a cumplicidade, convocando o leitor a ler o texto de outra maneira. Assim, define-se o alvo para a ironia: o polêmico ex-presidente Lula, ao encerrar seu mandato, achando que ele, com seu governo único, havia reinaugurado o Brasil.

Em suma, observa-se que a posição do jornalista enunciador procura ser resguardada. Isso explica que o lugar que ele ocupa não lhe permite a total interpretação dos fatos, cabendo-lhe apenas relatá-los e procurar ser imparcial. Contudo, vê-se que não é exatamente isso que acontece. Ao instaurar o outro/leitor como co-produtor da significação irônica, Toledo tem como objetivo a convivência de seu leitor, a formação de consenso: a fala do então presidente Lula não deve ser levada a sério, ou seja, não tem sustentação e credibilidade.

Nesse sentido, ao utilizar a ironia como recurso argumentativo, o ensaio de Toledo oferece ao leitor um contraponto àquilo que foi noticiado pela imprensa, através de uma reinterpretação de um acontecimento insólito, procurando evidenciar problemas, crises, falhas. Desse modo, o jornalista cumpre o seu papel, ao ressaltar e denunciar aquilo que foge à regra, que vai de encontro às normas sociais.

Ao tecer seus comentários e reflexões sobre a mídia, Charaudeau (2012) aponta algumas categorias para a escolha e o tratamento direcionado aos

acontecimentos veiculados pela mídia. O autor destaca “o insólito, o enorme, o misterioso, o repetitivo, o acaso, o trágico, o horror”, ressaltando que essas categorias “mostram claramente dois estados do mundo: um estado de *desordem* e um estado de *triunfo* da ordem social”.

Ancorando-se em Charaudeau (2012), verificamos que o critério de seleção adotado pelo jornalista em relação aos acontecimentos leva em consideração um aspecto de saliência, como o notável, o inesperado, a desordem, atentando-se que casos de corrupção política são, em geral, relacionados à desordem.

Ressalte-se ainda que, às vezes, o fenômeno da ironia não se caracteriza por ser necessariamente cômico ou engraçado. Para fundamentar essa reflexão, nos apoiamos em Brait (2008), quando a autora sustenta que

A ironia pode ser enfrentada como um discurso que, por meio de mecanismos dialógicos, se oferece basicamente como argumentação direta e indiretamente estruturada, como paradoxo argumentativo, como afrontamento de ideias e de normas institucionais, como instauração da polêmica ou mesmo como estratégia defensiva (BRAIT 2008, p. 73).

Ao usar a ironia como uma forma indireta de argumentação, Toledo chama a atenção para um episódio da nossa história política, tendo o intuito de refletir sobre o comportamento de um ex-presidente da República – que não é admitido pelas normas sociais explícitas –, ao mesmo tempo em que observa o absurdo desse comportamento prepotente e trata essa situação de maneira irônica e zombeteira.

A análise desse ensaio também se baseia em Benetti (2007), quando a autora sustenta que o jornalismo aborda os dois campos do dialogismo: tanto o que diz respeito à discursividade – ou seja, os estudos sobre os sentidos –, como também o segundo campo do dialogismo, aquele que se refere à intersubjetividade. Isso explica o fato de que o discurso não existe por si só, mas em um espaço partilhado por sujeitos; é produzido por esses sujeitos e depende deles para poder existir. Tais sujeitos são o enunciador, o autor da fala, e o leitor, o sujeito que lê e interpreta o discurso.

Vimos que esse discurso, por sua vez, é opaco, não transparente, com várias possibilidades de interpretação, estando sujeito aos acontecimentos históricos sociais e culturais. Se as notícias veiculadas pela mídia apresentam características históricas e sociais em sua constituição, isso aponta que língua e história se articulam de maneira recíproca e os sentidos precisam ser compreendidos em sua historicidade.

Contudo, os dois últimos parágrafos do artigo revelam um acontecimento diferente, que, ao ser colocado num segundo plano, cede destaque para o primeiro acontecimento, sendo tratado pelo articulista de uma forma irônica mais atenuada, revelando certo alívio. É o que se depreende dos dois últimos parágrafos:

SD27 - Se se pode adiantar algo de altamente positivo com a posse de Dilma Rousseff é que nunca mais se ouvirá o “nunca antes”. Ela não poderia ousar dizê-lo sem ofender o antecessor. Ele é que reinventou o país; a ela só cabe continuar-lhe a obra. De todo modo, ela não diria mesmo. Não tem o mesmo tosco sentido da história, e deu mostra disso na passagem do discurso de posse em que afirmou que “um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história”, e emendou que, por isso, era “justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje”.

SD28 - Foi uma rápida menção. Dilma conteve o recado, no qual incluiu também a noção de que governos são uma mistura entre mudança e continuidade, em 51 das 3 612 palavras do discurso no Congresso. Menos que 1,5% do total. Foi breve a ponto de talvez ter driblado a atenção do antecessor e esperta a ponto de não citar nomes, para não ferir-lhe a onipotência. Não importa. A inteligência, o bom gosto e o bom-senso agradecem.

Na avaliação do jornalista, a nova presidente não tinha SD27 – o mesmo tosco sentido da história, e isso já representava um aspecto bastante favorável. Mostrando-se ser bem diferente de seu antecessor, a então presidente da República apresentou um discurso de posse conciso, breve e, de acordo com as palavras do jornalista, indicador de SD28 – inteligência, bom gosto e bom senso.

A análise desse artigo nos permite, mais uma vez, nos aliarmos a Brait (2008), quando nossa atenção se direciona à concretude dos dois acontecimentos relatados pelo jornalista nesse artigo, que, de certa forma, ataca duas pontas desses acontecimentos: as considerações de Morante ao enfatizar que SD24 – a vida é um tecido contínuo e qualquer princípio é arbitrário ... e, por outro lado, o ano novo, que é e sempre foi uma fraude, ao se referir ao mandato do ex-presidente da República, no quarto parágrafo do artigo em questão.

Num primeiro momento, observa-se que são dois eventos independentes que, mesmo bastante distanciados no tempo, assinalam um ponto em comum: a questão

da fraude. De acordo com os estudos de Catherine Kerbrat-Orechioni (*apud* BRAIT, 2008), trata-se de uma ironia referencial ou de situação.

O insistente bordão *nunca antes neste país*, com que o então presidente iniciava seus discursos, revela a ilusão de que, de fato, ele havia reinventado o país. Por sua vez, sua sucessora, ao afirmar em seu discurso de posse que SD27 – *um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história*, já assinala a contradição envolvendo dois representantes do país e, portanto, relacionando os dois acontecimentos. Ainda em seu breve discurso de posse, a nova presidente destaca que era SD27 – *justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje*.

Seguindo a trilha dessas reflexões, também retomamos Brait (2008, p. 46), quando a autora sustenta que o diálogo entre discursos é, em geral, utilizado “com a finalidade de denúncia, de crítica a atitudes entrevistadas, mas não necessariamente explicitadas”.

Toledo cita as palavras exatas da presidente empossada, buscando destacar não só o que é dito, mas também como é dito, procurando conduzir o leitor a entender o fio do discurso e saber estabelecer a comparação entre duas intenções argumentativas opostas e rivais. O jornalista ainda parodia o bordão utilizado pelo ex-presidente, acrescentando, em tom zombeteiro, que SD26 – *nunca antes um país conheceu um presidente de igual jactância*.

Já sua sucessora, procurou apresentar um discurso breve, como também procurou não citar nomes, tendo o cuidado de não ferir ou magoar a SD27 – onipotência do ex-presidente Lula.

Com base nessas considerações, pode-se dizer que, ao utilizar o lúdico, o humor, o diálogo entre discurso e textos, o jornalista tem o intuito de denunciar, de criticar “atitudes entrevistadas, mas não necessariamente explicitadas”, conforme Brait (2008, p. 46), acrescentando que esse recurso adotado pelo articulista revela um enunciador que, ao instaurar vários locutores, “deflagra um humor cujas entrelinhas atualizam representações de uma dada mentalidade, valores característicos de um dado momento ou de uma dada cultura” (BRAIT, 2008, p. 46).

5.6 6º artigo: Rolezinho em Lisboa

Esse artigo opinativo foi publicado na revista *Veja*, edição 2359, em 5 de fevereiro de 2014, por ocasião do início do segundo mandato de Dilma Rousseff como presidente da nação.

Rolezinho em Lisboa

Da comitiva da presidente Dilma acomodada nos melhores hotéis em Lisboa ao apartamento com aluguel de 54 000 dólares ao mês ocupado pelo embaixador Guilherme Patriota em Nova York, o Brasil oficial continua a dar shows de embasbacar os gringos. Aqui dentro se incendiam ônibus, caminhão com caçamba erguida derruba passarela de pedestre, a polícia dá tiro em manifestante que a ameaça com estilete e, para completar os temores do turista que se apresta a vir para a Copa do Mundo, há até o caso, num bairro de Campinas (SP), em que esses santos propugnadores da paz, da concórdia e da comunicação entre os homens, que são os carteiros, precisam da companhia de um segurança para bem cumprir seu trabalho. Já lá fora, ah!, lá brilhamos.

O caso de Dilma é intrigante. O Palácio do Planalto escondeu que, entre os compromissos oficiais na Suíça e em Cuba, a presidente e sua portentosa comitiva fariam escala de algumas horas em Portugal. Quando a reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* flagrou a brasileirada em Lisboa, o chanceler Luiz Alberto Figueiredo explicou (ou foi constrangido a explicar) que se tratou de decisão de última hora, tomada no próprio dia da partida. Os mesmos repórteres do *Estado* apuraram, no entanto, que desde dois dias antes o governo português fora avisado da passagem da presidente brasileira e havia sido feita a reserva no premiado restaurante onde Dilma jantaria. Ao segredo, se juntava a mentira, e sobravam duas indagações. Primeira: por que o segredo? Segunda: como foi possível guardá-lo, entre os cinquenta e tantos membros da comitiva?

Nas tentativas de resposta, tateia-se entre conjeturas. Estaria programada uma grande farra em Portugal, entre um compromisso e outro? Não, Dilma não é disso. Teria a presidente encontro com autoridades portuguesas, ou de terceiro país, para cujo sucesso o sigilo seria vital? Não,

não se vislumbra na política externa brasileira item que levasse a tal necessidade. Queria ela esconder que jantaria no Eleven, restaurante com recomendação do *Guia do Michelin* e soberba vista para o Tejo? Ora, se Dilma e acompanhantes pagaram eles próprios a conta, cada um a sua parte, como a presidente houve por bem esclarecer de viva voz, por que escondê-lo? Ou queria ocultar que a comitiva ocuparia 45 quartos dos nobres hotéis Ritz e Tivoli? Ora, para a missa inaugural do papa Francisco ela também se fez acompanhar de numerosa comitiva, hospedou-se no hotel Westin Excelsior Roma (que se apresenta como “um ícone da *dolce vita*”), e não viu razão para ocultá-lo. Por que o faria agora?

Sobraría para a presidente, notória motoqueira nas noites de Brasília, fosse possuída daquele prazer secreto das pequenas transgressões, tanto mais saborosas quando cometidas sob o risco de ser descobertas, mas... Não, não fica bem ao colunista meter-se a intérprete da alma alheia, muito menos da alma presidencial. Voltamos à estaca zero – e nela ficamos, desamparados e impotentes. Quanto a manter o segredo entre tão numerosa comitiva, imagine-se que a informação tenha sido repassada com o máximo cuidado. “Vamos para Portugal, mas não conta para ninguém.” “Para Portugal?” “Psiu, fala baixo.” Alguns teriam sido informados só já a bordo do avião. “Por que Portugal?” “Não sei, a chefe não explicou.” “Onde ficaremos hospedados?” “No Ritz?” “Oba!”

No caso do embaixador Guilherme Patriota, por sinal irmão do ex-chanceler Antônio Patriota, que por sinal é seu chefe na missão brasileira junto às Nações Unidas, a justificativa-padrão para o soberbo imóvel alugado pelo Itamaraty para seu usufruto é que os representantes brasileiros se devem apresentar condignamente no exterior. Patriota 2º, segundo apurou a *Folha de São Paulo*, tem como vizinhos de bairro Woody Allen, Madonna, Bono e Al Pacino. Que faz o representante de um país remediado, cujo desafio atual é manter-se acima da linha d’água que separa os emergentes dos que submergem, em tal companhia? Em vez do pretendido respeito que o endereço possa inspirar, é mais provável que ocorra o contrário.

Não foi Dilma quem inventou as luxuriantes viagens acompanhadas por portentosas comitivas, umas e outras de fazer inveja a ditadores africanos, nem foi Patriota quem introduziu entre os diplomatas brasileiros o hábito de

escolher endereços de pasmar um astro do rock. Isso não os isenta de culpa. Antes a agravam, pelo pecado da reiteração. Poupemo-nos de repisar a cantilena do mau uso dos recursos públicos. Se ao menos eles se tocassem para o ridículo de tais situações... Não se tocam.

Nesse ensaio, Toledo também usa a ironia, o tom zombeteiro e seus efeitos de sentido irônico como estratégias importantes para impulsionar o jogo de sua argumentação. Mais uma vez, o jornalista usa seu discurso para promover a comicidade e destacar o absurdo de um ponto de vista que se quer afrontar: o mau uso dos recursos públicos, a forma totalmente errada de o governo procurar ocultar a fragilidade real de sua contabilidade, abafar crises, negando tudo para o público externo.

Ao usar de maneira cômica um termo bem popular, “*rolezinho*”, empregado no diminutivo, já no próprio título do ensaio, o jornalista procura sacudir o leitor e, assim, despertá-lo para outra realidade, fazendo com que ele enxergue a dura verdade: o governo está cada vez mais se chafurdando em uma gastança desenfreada.

É o que se observa no trecho abaixo, retirado do primeiro parágrafo do artigo, em que o jornalista procura abrir os olhos do leitor para o abismo que separa o Brasil oficial do verdadeiro Brasil:

SD29 - Da comitiva da presidente Dilma acomodada nos melhores hotéis em Lisboa ao apartamento com aluguel de 54 000 dólares ao mês ocupado pelo embaixador Guilherme Patriota em Nova York, o Brasil oficial continua a dar shows de embasbacar os gringos. Aqui dentro se incendeiam ônibus, caminhão com caçamba erguida derruba passarela de pedestre, a polícia dá tiro em manifestante que a ameaça com estilete e, para completar os temores do turista que se apresta a vir para a Copa do Mundo, há até o caso, num bairro de Campinas (SP), em que esses santos propugnadores da paz, da concórdia e da comunicação entre os homens, que são os carteiros, precisam da companhia de um segurança para bem cumprir seu trabalho. Já lá fora, ah!, lá brilhamos.

Sabemos que o texto é um objeto heterogêneo (ORLANDI, 2012a, p. 115) e, nesse sentido, como o trecho acima sinaliza, é interessante procurar estabelecer as condições do momento da enunciação e buscar assinalar como o autor-irônico

orienta o locutor L a apresentar a perspectiva do enunciador absurdo (DUCROT, 1987). É aqui também que se observa a sinalização que leva o leitor à recuperação do enunciador sério.

Quando subiu pela primeira vez a rampa do Palácio do Planalto, há sete anos, Dilma Rousseff era o retrato da empolgação. Seu rosto exalava otimismo e orgulho: era a primeira mulher eleita presidente do Brasil, a primeira a assumir o mais alto posto da República.

Como Dilma enfatizou em seu discurso de posse, em 2011, o país vivia um dos “melhores momentos da vida nacional”. Mas, esse otimismo não durou muito; logo minguaram as expectativas de um futuro tranquilo e promissor. A economia seguia razoavelmente bem, mas o país não crescia como poderia (e deveria).

Abaixo, mais uma sequência:

SD30 - O Palácio do Planalto escondeu que, entre os compromissos oficiais na Suíça e em Cuba, a presidente e sua portentosa comitiva fariam escala de algumas horas em Portugal.

Ao assinalar que **o Palácio do Planalto escondeu que, entre os compromissos oficiais na Suíça e em Cuba, a presidente e sua portentosa comitiva fariam escala de algumas horas em Portugal**, Toledo ressalta que o leitor precisa saber a verdade: o fato de que tudo não passou de um embuste, de uma mentira com o objetivo de dobrar a realidade ao sabor de interesses da própria presidente e sua portentosa comitiva.

Assim, a voz autoral do jornalista vem carregada de um tom avaliador, evidenciado pela via da contra-argumentação, articulando ao seu dizer um efeito de irrefutabilidade. É o que se depreende da afirmação contundente do autor: **o Brasil oficial continua a dar shows de embasbacar os gringos.**

É justamente para esse embate que retomamos Brait (2008) e suas reflexões sobre o fenômeno linguístico-discursivo da ironia. Baseando-se em elementos enunciativos apresentados em trabalhos de Kerbrat-Orecchioni (1978, 1980), Austin (1970) e Searle (1976), Brait (2008) coloca em destaque três componentes centrais da ironia: o ilocutório, o linguístico e o actancial.

Isso explica por que a ironia é caracterizada “como uma atividade dupla, pois descreve uma ação presente no locutor e, por meio da enunciação, tem por função realizar essa ação”, afirma Brait (2008, p. 62).

O terceiro componente da ironia, o actancial, é articulado no momento em que a agressão é considerada uma propriedade da ironia. Nesses termos, a ironia agride, ataca, visa a um alvo, uma vez que o processo linguístico-discursivo envolve um agressor e um agredido. Ambos estão em interação com o receptor (o leitor). No ensaio em estudo, o agressor é a presidente Dilma e sua comitiva. O agredido é o Brasil, castigado por suas mazelas e inúmeras falcatruas cometidas por políticos corruptos e matreiros.

A questão do vocabulário utilizado pelo jornalista é outro recurso argumentativo indireto, considerado bastante importante na produção do processo irônico. O vocabulário do articulista destaca os diminutivos (**rolezinho**), os superlativos (**os melhores hotéis**) e termos restritos, específicos, como hipérboles irônicas: “**esses santos propugnadores da paz, da concórdia e da comunicação entre os homens**” (1º parágrafo); “**sua portentosa comitiva**” (1º parágrafo); “**soberba vista para o Tejo**” (3º parágrafo); “**um país remediado**” (5º parágrafo); “**as luxuriantes viagens**” (6º parágrafo).

Outra característica da ironia presentificada nesse texto é o uso de perguntas reiteradas, supostamente ingênuas e cômicas, feitas propositadamente pelo articulista, e que também podem assumir o papel de hipérboles irônicas. É o que se verifica no trecho que segue, extraído do 2º e 3º parágrafos do artigo:

SD31 - Ao segredo, se juntava a mentira, e sobravam duas indagações. Primeira: por que o segredo? Segunda: como foi possível guardá-lo, entre os cinquenta e tantos membros da comitiva?

SD32 - Quanto a manter o segredo entre tão numerosa comitiva, imagina-se que a informação tenha sido repassada com o máximo cuidado. “Vamos para Portugal, mas não conta para ninguém.” “Para Portugal?” “Psiu, fala baixo.” Alguns teriam sido informados só já a bordo do avião. “Por que Portugal?” “Não sei, a chefe não explicou.” “Onde ficaremos hospedados?” “No Ritz?” “Oba!”

SD33 - Nas tentativas de resposta, tateia-se entre conjeturas. Estaria programada uma grande farra em Portugal, entre um compromisso e outro? Não, Dilma não é

disso. Teria a presidente encontro com autoridades portuguesas, ou de terceiro país, para cujo sucesso o sigilo seria vital? Não, não se vislumbra na política externa brasileira item que levasse a tal necessidade. Queria ela esconder que jantaria no Eleven, restaurante com recomendação do *Guia do Michelin* e soberba vista para o Tejo? Ora, se Dilma e acompanhantes pagaram eles próprios a conta, cada um a sua parte, como a presidente houve por bem esclarecer de viva voz, por que escondê-lo? Ou queria ocultar que a comitiva ocuparia 45 quartos dos nobres hotéis Ritz e Tivoli? Ora, para a missa inaugural do papa Francisco ela também se fez acompanhar de numerosa comitiva, hospedou-se no hotel Westin Excelsior Roma (que se apresenta como “um ícone da *dolce vita*”), e não viu razão para ocultá-lo. Por que o faria agora?

Em síntese, são perguntas pseudo-ingênuas, que têm alguma semelhança com a estratégia usada por Sócrates e que podem exercer a função de uma argumentação indireta. De fato, ao transformar frases assertivas em perguntas, com o objetivo de “dar a entender ao interlocutor um desconhecimento ou a ausência de uma convicção em relação a um determinado tema”, o jornalista apresenta uma configuração da ironia como atitude baseada em Sócrates, concebido, conforme Brait (2008, p. 24), como “o modelo primeiro de comportamento irônico”.

Em relação a esse ensaio, o tema aborda, de fato, os gastos exorbitantes de Dilma e sua comitiva em uma viagem luxuosa e cercada de mistério. Nesse sentido, conclui-se que, mais uma vez, Toledo usa seu discurso para apresentar sua crítica social e denunciar os engodos da política em nosso país. A crítica ferina do articulista é dirigida a comportamentos explícitos, que são praticados graças à dissimulação, aos desvios incentivados pela corrupção, favorecendo, de forma inescrupulosa, políticos que não têm uma conduta adequada e verdadeira, mas visam, unicamente, a seus próprios interesses.

Apoiando-se em Orlandi (1999, 2012a), pode-se inferir que, por meio da análise desse artigo, o articulista se assume autor e diz o que diz. Na verdade, ele se representa “na origem do que diz com sua responsabilidade, suas necessidades. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação” (ORLANDI, 2012a, p. 10). Trata-se da presença de um acontecimento discursivo importante, a formulação, em que há um “investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras”, ainda segundo Orlandi (2012a, p. 10).

A autora (2012a) lembra que ocorre aí uma ambiguidade, uma contradição: o sujeito é, de fato, determinado pela exterioridade. Entretanto, ao determinar o que ele próprio diz, ele assume a forma-sujeito histórica e, por meio da formulação – que se constitui como o lugar em que essa ambiguidade se articula –, o sujeito expressa “manifestamente seu dizer” (ORLANDI, 2012a, p.10).

É o que se observa no parágrafo final do artigo:

SD34 - Não foi Dilma quem inventou as luxuriantes viagens acompanhadas por portentosas comitivas, umas e outras de fazer inveja a ditadores africanos, nem foi Patriota quem introduziu entre os diplomatas brasileiros o hábito de escolher endereços de pasmar um astro do rock. Isso não os isenta de culpa. Antes a agravam, pelo pecado da reiteração. Poupemo-nos de repisar a cantilena do mau uso dos recursos públicos. Se ao menos eles se tocassem para o ridículo de tais situações... Não se tocam.

De maneira habilidosa, o articulista utiliza a interferência das séries política - Brasil oficial x Brasil real - engodos presidenciais - gastos exorbitantes do governo - mau uso dos recursos públicos. De outra forma, remete às formações discursivas relacionadas ao imaginário político do país, às mentiras e engodos que sustentam a combinação desses aspectos.

A associação da visita da portentosa comitiva da presidente Dilma e sua luxuriante viagem a um simples e banal “rolezinho” colocam em destaque o fenômeno da ironia utilizado com a finalidade de denúncia, de crítica aos mandos e desmandos políticos, aos engodos que configuram de maneira zombeteira os compromissos oficiais não devidamente explicitados da então mandatária da nação.

Ainda nos apoiando em Orlandi (1987; 1999; 2012), podemos dizer que “entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move” (ORLANDI, 1999, p. 85). Assim, entendemos que a viagem da então presidente a Lisboa foi decidida menos pelo que foi dito e “muito mais pelo que não foi dito, mas foi sugerido, ou calado (censurado) eficientemente”. (ORLANDI, 1999, p. 85).

Observa-se, assim, que o percurso em direção à verdade é feito pela contramão, uma vez que Toledo descreve em termos valorativos um acontecimento discursivo que procura desvalorizar, ou melhor, procura desnudar e mostrar a

verdadeira realidade. Para alcançar seu objetivo, o articulista revela seu jogo irônico que conta com a linguagem para se insinuar e conseguir cativar seu interlocutor.

5.7 7º artigo: A xacina do testo

Publicado em 21 de setembro de 2014, esse ensaio logo chama a atenção do leitor pela maneira curiosa e divertida com que o jornalista se utiliza de um discurso já construído por outro enunciador, com o objetivo de retirar algum benefício desse discurso anterior. Trata-se de uma paródia, um evento discursivo que apresenta uma alternância de ironia e comicidade.

Como elucida Machado (2004), esse fenômeno linguageiro pode ser considerado um gênero *transgressivo*, já que revela uma estratégia de provocação ao subverter a ordem já estabelecida.

A xacina do testo

Apezar da xuva, muita jente esteve presente ao ezersisio de jinastica qe teve lugar no colejio. Omens, mulheres e criansas no fim cantaram o Ino Nasional. Ouve pesoas qe ate xoraram de emosão cuando a festa terminou. Oje qem qiser pode assistir a nova apresentasão.

A impressão é de escombros do que foi outrora a língua portuguesa em sua forma escrita. Como se tivesse sido atingida por uma bomba e alguns destroços irreconhecíveis houvessem sido resgatados da hecatombe. A comparação não é absurda. Tem o efeito de uma bomba a radical reforma ortográfica defendida pelo site *Simplificando a Ortografia* (simplificandoaortografia.com), criado pelo professor de português Ernani Pimentel. Sua proposta é acabar com letras que não se pronunciam, como o “H” no início de certas palavras e o “U” que se segue ao “Q” em “quintal” e “querido”, assim como a duplicidade de representação do mesmo som em “S” e “Z”, “SS” e “Ç” ou “G” e “J”.

Não é uma proposta inovadora. Para citar uma das que já se apresentaram com espírito semelhante no passado, o general Bertoldo Klinger, figura preeminente da Era Vargas, não só formulou a sua como a praticou – ele grafava seus textos segundo as regras que inventou. O general (aliás, jeneral) Klinger, em quem o reformador da língua escrita se misturava ao reformador

do povo brasileiro, explicava: “Ortografia é lojica. Lojica é ordem. Sem ordem não a nasão. Logo, não a nasão sem ortografia lojica”.

O *síte* do professor Ernani Pimentel podia passar por uma excêntrica curiosidade, tal qual a reforma de Klinger, não fossem duas circunstâncias. Primeira: a de Pimentel ter sido nomeado um dos dois coordenadores (o outro é o professor Pasquale Cipro Neto) do Grupo Técnico criado na Comissão de Educação do Senado para discutir o Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa. Segunda: a de vivermos tempos propícios aos populismos/paternalismos. A “simplificação” da ortografia tem sido enfeitada com o charme mais do que discutível de facilitador da alfabetização e fator de “inclusão social”.

Essa história tem origem nas discórdias que se seguiram à assinatura, em 1990, do Acordo Ortográfico pelo qual os países de língua portuguesa se comprometeram a unificar suas regras ortográficas. Restrições surgiram em todos os países signatários. No Brasil o acordo deveria entrar em vigor em 2009, e na prática realmente entrou, com sua adoção nas escolas, na imprensa e nas editoras de livros. Oficialmente, no entanto, dadas as divergências com os outros países, a presidente Dilma Rousseff adiou a entrada em vigor para 2016.

Nesse vácuo entrou a Comissão de Educação do Senado. Decidiu rediscutir o acordo e criou um grupo de trabalho que tanto pode acabar por confirmá-lo ou rejeitá-lo quanto – o que é pior – propor uma reforma de sua própria iniciativa. Segundo o presidente da comissão, senador Cyro Miranda (PSDB- GO), o acordo teria sido feito “sem ouvir ninguém”. A comissão resolveu então “botar ordem na casa”, convocando o debate.

Daí ao encanto com a proposta do professor Ernani Pimentel foi um passo. “Estou totalmente de acordo com o professor Ernani”, declara o senador Cristovam Buarque, membro da Comissão de Educação, segundo se lê no *síte* do professor. Duas audiências públicas serão realizadas pelo Grupo de Trabalho da Comissão de Educação na primeira quinzena de outubro. Espera-se que, nelas, falem mais alto as palavras da professora Marília Ferreira, presidente da Associação Brasileira de Linguística, em carta ao senador Cristovam Buarque: “A ortografia não existe para representar a fala, mas é uma representação abstrata e convencional da língua. Para poder ser de

fato funcional, a ortografia deve necessariamente afastar-se da diversidade da fala. Só assim se poderá garantir um sistema ortográfico estável e perene em que haja uma única representação gráfica para cada palavra. É essa representação única que torna possível que a palavra seja reconhecida em qualquer texto, independentemente de suas inúmeras pronúncias no espaço e no tempo”.

A alternativa é a xacina do testo em língua portugueza. A anarquia. A ecatombe.

Esse artigo de Roberto Pompeu de Toledo se inicia com uma paródia, ou seja, um exercício de linguagem em que a própria linguagem se dobra sobre si mesma: o jornalista faz uma retomada das ideias de um texto anterior, faz uma espécie de leitura às avessas, mas com o intuito de subverter o texto anterior ao criar uma nova estratégia para se fazer a leitura do texto convencional.

Em um artigo sobre a paródia publicitária à luz da semiolinguística, Santos (2008) aponta que o termo *paródia* tem origem grega e apresenta dois elementos em sua composição. O primeiro elemento, *para-*, engloba dois significados, podendo significar *ao lado de*, como também pode ter o sentido de *contra*. Já o segundo elemento, *-odia*, refere-se à ode, um tipo de poema musical.

Tem-se aí um paradoxo, já que o prefixo *para-* apresenta dois sentidos opostos (junto/separado ou próximo/afastado). Essa oposição assinala que a definição etimológica adquire escolhas diferentes por alguns autores. De fato, a paródia pode ser conceituada como um *canto paralelo* (KOTHE, 1976) ou também *uma ode que perverte o sentido de outra ode* (BREWER *apud* SANT’ANNA, 1985). Essas variações explicam que a paródia, ao mesmo tempo em que se aproxima do texto primeiro, também se afasta desse texto-base (SANTOS, 2008).

Com isso, a ideologia presente no texto original é desconstruída por meio de algumas estratégias, como o humor, ironia, a crítica, o tom zombeteiro e sarcástico, articulando-se como um discurso novo, totalmente liberto do anterior, do texto-base.

Assim, ao propor essa modalidade discursiva – um tipo de discurso que se apropria da voz do outro –, o jornalista apresenta uma leitura crítica acerca de comportamentos ou ideias já cristalizadas, ou de acontecimento que poderia ter se tornado amplamente aceito.

Para Machado (2004), a paródia é um gênero *transgressivo*: ela constrói um discurso que ressalta a ambivalência, o jogo das palavras, esconde uma junção de vozes e articula “uma visada provocadora, insolente”. Nesse sentido, a paródia constrói um percurso de desvio em relação ao texto parodiado, configurando-se como uma espécie de insubordinação crítica, cômica, jocosa.

Machado (2012, p. 18) também assevera que a paródia, enquanto fenômeno linguageiro, ousa misturar discursos, estilos, autores, épocas e culturas, realizando a difícil façanha de “homenagear agredindo” ou “agredir lisonjeando” algo ou alguém. Abordando o tema da paródia à luz da Análise de Discurso, Machado (2012, p. 19) explica que esse gênero é naturalmente transgressivo porque contém “requintes irônicos: vem daí seu (relativo) poder cômico”.

De maneira irônica e bastante cômica, o jornalista inicia seu artigo com uma reescrita de um texto *às avessas*, supostamente feito por um/a aluno/a, que se utiliza de um vocabulário simples e reduzido. Através das artimanhas da ironia, os fios do discurso de Toledo revelam a trama de sua crítica dura e ferina à reforma ortográfica. É o que se observa no excerto abaixo, retirado do segundo parágrafo do artigo:

SD35 - *A impressão é de escombros do que foi outrora a língua portuguesa em sua forma escrita. Como se tivesse sido atingida por uma bomba e alguns destroços irreconhecíveis houvessem sido resgatados da hecatombe. A comparação não é absurda. Tem o efeito de uma bomba a radical reforma ortográfica defendida pelo site Simplificando a Ortografia (simplificandoaortografia.com), criado pelo professor de português Ernani Pimentel. Sua proposta é acabar com letras que não se pronunciam, como o “H” no início de certas palavras e o “U” que se segue ao “Q” em “quintal” e “querido”, assim como a duplicidade de representação do mesmo som em “S” e “Z”, “SS” e “Ç” ou “G” e “J”.*

Seguindo por essa via, Toledo oferece uma leitura divertida e, ao mesmo tempo, uma aprendizagem ao proporcionar a leitura de um texto-outro que emerge do texto lido. É importante ressaltar que o sentido não está inteiramente na instância enunciativa (no sujeito enunciador), no texto ou apenas recai no receptor ou coenunciador. Em verdade, o sentido repousa nessas três instâncias, pois depende

da atividade interativa dos enunciadores, do texto – produto articulado, construído e proposto – e também da atividade de interpretação de quem recebe esse produto.

Como já vimos acima, o principal sujeito desses textos irônicos é o leitor, já que, com a presença atuante desse leitor, é possível que esses discursos sejam realmente articulados e assimilados. Situado no limiar entre o explícito e o implícito, esse leitor se esforça por entender até mesmo o que se esconde nas entrelinhas. Tem-se aí a ruptura, o equívoco e o deslize articulados pela ironia.

O objetivo de Toledo é apresentar sua crítica a respeito da radical e absurda reforma ortográfica da língua portuguesa, defendida pelo *site* Simplificando a Ortografia (*simplificandoaortografia.com*), criado pelo professor de português Ernani Pimentel.

Seguindo essa trilha, é conveniente lembrar que o problema da educação no Brasil vem de longa data, expondo a fragilidade do ensino de escrita e interpretação de textos em língua portuguesa. Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) divulgados em 2016 apontam essa lacuna preocupante no ensino do país.

Os números impressionam: mais de 53 mil jovens brasileiros apresentaram um resultado ruim nas provas de redação, escritas com erros graves, equívocos cruciais, como o fato de fugirem completamente do tema apresentado.

Outro número também chamou a atenção de maneira bastante negativa: a queda de textos nota 1.000. Se, em 2014, eram 250 textos com nível excelente, no ano seguinte foram apenas 104 redações. Se comparado a 2013, o desempenho dos jovens candidatos é ainda pior, pois 481 redações conseguiram obter um nível excelente.

Em pesquisa coordenada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, o Brasil ocupa o 53º lugar em educação.

Com base nessas considerações, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 700 mil crianças entre seis e 12 anos ainda continuam fora das salas de aulas, mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% dessas crianças. Outro dado alarmante aponta o analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos.

Além disso, um dos maiores gargalos da educação brasileira é a evasão em massa do Ensino Médio, um fato que preocupa dirigentes, educadores e futuros

governantes do país. Nesse sentido, Toledo se mostra totalmente contrário às modificações propostas por essa nova reforma ortográfica que, se realmente fosse aprovada, deixaria nosso idioma em frangalhos, como se tivesse, realmente, sido atingido por uma bomba.

Felizmente, surge uma voz lúcida e coerente: a da professora Marília Ferreira, presidente da Associação Brasileira de Linguística, que destaca a importância da ortografia, discordando totalmente da proposta indicada pelo professor Ernani Pimentel e do senador Cristovam Buarque, membro da Comissão de Educação, que apoiava as modificações apresentadas nessa nova reforma ortográfica.

Toledo transcreve textualmente as palavras exatas da professora Marília Ferreira, em uma carta endereçada ao senador Cristovam Buarque:

SD36 - “A ortografia não existe para representar a fala, mas é uma representação abstrata e convencional da língua. Para poder ser de fato funcional, a ortografia deve necessariamente afastar-se da diversidade da fala. Só assim se poderá garantir um sistema ortográfico estável e perene em que haja uma única representação gráfica para cada palavra. É essa representação única que torna possível que a palavra seja reconhecida em qualquer texto, independentemente de suas inúmeras pronúncias no espaço e no tempo”.

Ao usar o discurso direto, Toledo se priva de sua voz, passa a exercer o papel de um simples articulador do texto e se apoia na voz de uma professora capacitada. Como vimos acima, a justaposição de citações diretas e indiretas é uma estratégia comum, que têm o intuito de ressaltar o teor das argumentações do jornalista.

Em síntese, verifica-se que a ironia conduz a uma reflexão sobre essas questões, assinalando que o processo de autodestruição do sentido de um texto também pode mostrar seu funcionamento.

5.8 8º artigo: Coragem e audácia

Nesse artigo, publicado na revista *Veja*, edição 2501, em 26 de outubro de 2016, Toledo tece considerações a respeito da prisão do ex-deputado Eduardo Cunha, decretada pelo juiz Sérgio Moro, quando o então presidente da Câmara estava em seu apartamento funcional em Brasília.

Coragem e audácia

O ex-deputado Eduardo Cunha tinha os braços livres, largados e postos a balançar como pêndulos, no ritmo de suas passadas, ao ser preso e conduzido ao avião que o levaria a Curitiba. Caminhava à vontade, como nos melhores dias, ginga para cá e para lá, os ombros caídos, ao modo que o gestor de propinas da Odebrecht tanto achou parecido com o de um caranguejo que lhe deu o nome do bicho nas planilhas de distribuição dos butins. Não portava algemas. Também não levou os braços às costas, apesar de não as portar, como o casal João Santana-Mônica Moura. Nem fechou a cara, compungido, como o ex-ministro Antonio Palocci. O à-vontade com que caminhava, distribuindo à passagem um tanto de empáfia e outro de afronta, foi seu último gesto de audácia, antes de submergir na carceragem da Polícia Federal.

Eduardo Cunha foi preso no mesmo mês em que se comemora o centenário do nascimento de Ulysses Guimarães. É uma heresia invocar o doutor a pretexto de Cunha. Une-os o fato de terem sido os mais poderosos presidentes da Câmara no período pós-ditadura. Tudo o mais os separa. Suas opostas personalidades, trajetórias e estaturas morais nos servem no entanto para ilustrar a diferença entre duas qualidades que, a um olhar distraído, podem parecer da mesma natureza e cepa – a audácia e a coragem.

A coragem era a qualidade de suprema devoção de Ulysses. “Sou fascinado pelo tema da coragem”, dizia. Num “Decálogo do Estadista” que elaborou para prefácio de um livro com seus discursos, elegeu a coragem como a primeira virtude do homem público. “O pusilânime nunca será estadista”, escreveu. A coragem, ou antes a consciência da coragem como preliminar indispensável à ação, impulsionou-o ao grande papel de chefe da resistência à ditadura. A bela página da “anticandidatura”, como ele chamou seu desafio ao general Geisel, na sucessão presidencial de 1974, foi fruto da coragem que em seu íntimo tão cuidadosamente trabalhava, limava e polia. Tanto quanto exaltava a coragem, exorcizava o seu contrário, o medo. “Viemos aqui para fazer uma constituição, não para ter medo”, bradou aos colegas, numa ocasião em que pressões fortes baixavam sobre a Assembleia

Constituinte. Ao promulgar a Constituição enfiou em seu discurso, desafiador: “A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram”.

A audácia, apanágio de Eduardo Cunha, permitiu-lhe insinuar-se, abrir caminho e avançar. Nomeado presidente da Telerj por PC Farias, no governo Collor, seria derrubado numa roubalheira, mas eis que no governo fluminense de Anthony Garotinho ressurgiu como presidente da Companhia Estadual de Habitação, até ser destituído em outra roubalheira, e nem por isso deixou de ir em frente, deputado estadual, depois federal, finalmente presidente da Câmara, a golpes de bajulação, chantagem e cara de pau. Ulysses usou da coragem para desafiar um sistema de poder. Cunha serviu-se da audácia para aninhar-se nele. Não há coragem no audacioso. Animavam o ex-deputado a ambição sem medida e a generosa rede de proteção a que se dá o nome de impunidade. Em vez de coragem pode-se até concluir que sua marca confina com a dos pusilânimes. Ele sempre contou com o conforto de agir ao lado, à sombra ou ao abrigo dos poderosos. Até que lhe atravessou o caminho a Operação Lava-Jato.

O magnata da imprensa americana Ted Turner, fundador da rede CNN de televisão e ex-marido de Jane Fonda, passou uma fase depressiva em que o atormentava o pensamento de que seria assassinado. Até já preparara o que diria ao assassino: “Obrigado por não ter vindo antes”. Tanto era bola cantada a prisão de Eduardo Cunha que ele poderia ter dito o mesmo para os agentes da Polícia Federal. E tanto se sucedem as peças caídas no dominó da Lava-Jato que até corremos o risco de nos acostumar e achar normal. É parar para pensar, e nos damos conta da enormidade em que consiste a prisão de um político do porte de Eduardo Cunha. Depois do capitão do time José Dirceu, do empresário estrela Marcelo Odebrecht e de outras figuras de destaque, o círculo se fechou sobre o mais ardiloso, o mais manobreiro e o mais temido político brasileiro da última safra. A Operação Lava-Jato é um espanto.

No artigo em tela, Toledo faz considerações sobre a prisão do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, pela Lava-Jato, decretada pelo juiz Sergio Moro, no final da manhã de uma quarta-feira do mês de outubro de 2016. Cunha foi levado à carceragem da Polícia Federal, em outubro de 2016. Trata-se de um fato que

ocorreu em meio a um gigantesco esquema de corrupção que vem revelando o submundo sombrio da política e o passado oculto de figuras públicas.

O jornalista assinala a cena enfatizando a expressão de impotência do ex-deputado, um dos políticos mais astutos da história. Ao mesmo tempo, observa a audácia de Cunha, ao caminhar com certa empáfia e certa dose de afronta.

Mais uma vez, o estilo bem característico de Toledo marca sua presença ao compor a figurativização verbal do **à-vontade** do ex-deputado, representada metaforicamente pelo tom de zombaria e pelo cômico, quando o articulista compara o caminhar meio gíngado de Cunha ao de um caranguejo, balançando os braços, os ombros caídos, indo em direção ao avião que o levaria à prisão em Curitiba. É o que se observa no trecho abaixo:

SD37 - O ex-deputado Eduardo Cunha tinha os braços livres, largados e postos a balançar como pêndulos, no ritmo de suas passadas, ao ser preso e conduzido ao avião que o levaria a Curitiba. Caminhava à vontade, como nos melhores dias, gíngado para cá e para lá, os ombros caídos, ao modo que o gestor de propinas da Odebrecht tanto achou parecido com o de um caranguejo que lhe deu o nome do bicho nas planilhas de distribuição dos butins.

De fato, Toledo faz uso de sua verve irônica, do humor, do sarcasmo e da zombaria, apontando a figura do ex-deputado como protagonista de uma série de falcatruas, roubalheiras e impunidade. No entanto, essa impunidade acaba desastrosamente quando Cunha – **o mais ardiloso, o mais manobreiro e o mais temido político brasileiro da última safra** – se depara com a Lava-Jato. Ao comparar o andar desengonçado de Cunha ao de um caranguejo, gíngado *para cá e para lá*, Toledo usa o sentido figurado para exemplificar uma situação de humor, de comicidade e de riso.

Toledo também relembra, por meio de uma relação com o interdiscurso – um conjunto de dizeres já ditos que vão sustentar seu discurso derrisório – um fato marcante da história, que se entrecruza com a língua e com a ideologia: a figura impoluta de Ulysses Guimarães, que, com sua coragem, ousou desafiar um sistema de poder, em seu **grande papel de chefe da resistência à ditadura**.

Ao longo de seu ensaio, o jornalista apresenta a atitude contraditória entre dois fatos detectados pelo seu olhar observador, que envolve dois sujeitos distintos

e de temperamentos radicalmente opostos: 1) a audácia do ex-deputado Eduardo Cunha, que, com muita astúcia, envolvido por artimanhas e falcatruas, conseguiu sair ileso e alcançar o ambicionado posto de presidente da Câmara; 2) A coragem do saudoso doutor Ulysses Guimarães, chefe da resistência à ditadura, considerado um homem honesto, de caráter íntegro e ímpoluto.

É o que se depreende da sequência que se segue, retirado do 4º parágrafo do artigo:

SD38 - A audácia, apanágio de Eduardo Cunha, permitiu-lhe insinuar-se, abrir caminho e avançar. Nomeado presidente da Telerj por PC Farias, no governo Collor, seria derrubado numa roubalheira, mas eis que no governo fluminense de Anthony Garotinho ressurgiu como presidente da Companhia Estadual de Habitação, até ser destituído em outra roubalheira, e nem por isso deixou de ir em frente, deputado estadual, depois federal, finalmente presidente da Câmara, a golpes de bajulação, chantagem e cara de pau.

O segundo sujeito focalizado nesse artigo é o poderoso e bem conceituado doutor Ulysses Guimarães, também eleito presidente da Câmara no período pós-ditadura. As personalidades desses dois políticos, bem como suas trajetórias são completamente opostas. Enquanto a coragem era a qualidade maior de Ulysses, a audácia era a característica de Cunha, como observa a próxima sequência:

SD39 - A coragem era a qualidade de suprema devoção de Ulysses. “Sou fascinado pelo tema da coragem”, dizia. Num “Decálogo do Estadista” que elaborou para prefácio de um livro com seus discursos, elegeu a coragem como a primeira virtude do homem público. “O pusilânime nunca será estadista”, escreveu. A coragem, ou antes a consciência da coragem como preliminar indispensável à ação, impulsionou-o ao grande papel de chefe da resistência à ditadura. A bela página da “anticandidatura”, como ele chamou seu desafio ao general Geisel, na sucessão presidencial de 1974, foi fruto da coragem que em seu íntimo tão cuidadosamente trabalhava, limava e polia. Tanto quanto exaltava a coragem, exorcizava o seu contrário, o medo. “Viemos aqui para fazer uma constituição, não para ter medo”, bradou aos colegas, numa ocasião em que pressões fortes baixavam sobre a Assembleia Constituinte. Ao promulgar a Constituição enfiou em seu discurso, desafiador: “A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram”.

O contraste entre os dois políticos é apresentado no trecho abaixo, retirado do terceiro parágrafo do artigo, em que Toledo ilustra as diferenças entre os dois ex-presidentes da Câmara. Isso explica que, a uma primeira leitura, poderia surgir a possibilidade de equívoco ao leitor desavisado que, **a um olhar distraído**, pudesse colocar, no mesmo patamar, duas pessoas tão distintas. Mas o jornalista logo se apressa em desfazer uma possível semelhança entre os dois personagens:

SD40 - É uma heresia invocar o doutor a pretexto de Cunha. Une-os o fato de terem sido os mais poderosos presidentes da Câmara no período pós-ditadura. Tudo o mais os separa. Suas opostas personalidades, trajetórias e estaturas morais nos servem no entanto para ilustrar a diferença entre duas qualidades que, a um olhar distraído, podem parecer da mesma natureza e cepa - a audácia e a coragem.

Em suma, Toledo assinala dois acontecimentos interligados por uma contradição, configurando enunciados aparentemente dissociados. Mas uma leitura mais atenta revela que ele articula os dois enunciados opostos que, ao final, formam uma sequência discursiva, uma unidade significativa, revelada através de um paralelismo semântico, a saber: **Eduardo Cunha foi preso no mesmo mês em que se comemora o centenário do nascimento de Ulysses Guimarães** (segundo parágrafo do artigo). E é justamente por meio dessa unidade significativa que o jornalista interpela seu leitor, apresentando-lhe o alvo de sua ironia: o audacioso e corrupto ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, finalmente preso pela operação Lava-Jato. É o que se observa no excerto que segue, retirado do início do artigo:

SD41 - Não portava algemas. Também não levou os braços às costas, apesar de não as portar, como o casal João Santana-Mônica Moura. Nem fechou a cara, compungido, como o ex-ministro Antonio Palocci. O à-vontade com que caminhava, distribuindo à passagem um tanto de empáfia e outro de afronta, foi seu último gesto de audácia, antes de submergir na carceragem da Polícia Federal.

Em suma, a linearização do discurso de Toledo nesse artigo permite sua relação com a interpretação; assim, essa estratégia possibilita a abertura de um espaço simbólico em sua materialidade, revelando a articulação entre estrutura e acontecimento, trabalhando os efeitos discursivos ao tratar o texto em sua manifestação concreta da discursividade, envolvendo o interdiscurso e o intertexto como construtores do sentido e da expressividade.

Com isso, Toledo usa a memória em seu ensaio e, num misto de nostalgia e ironia, refere-se a um acontecimento que faz parte não só da memória do escritor, mas também da memória coletiva. Ou seja, o articulista usa o que já foi dito em outros lugares, o já-dito, já esquecido e que determina suas palavras no momento presente.

Seguindo por essa via, a voz autoral de Toledo se posiciona no lugar de quem não só narra determinados fatos, que ocorreram recentemente e fazem parte da história do Brasil, mas também busca emitir sua opinião avaliativa sobre esses acontecimentos, denunciando aquilo que é negativo, absurdo e vai de encontro aos valores éticos da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa me possibilitou realizar uma análise descritivo-interpretativa do gênero discursivo artigo de opinião, da esfera do jornalismo impresso, focalizando, especificamente, oito artigos do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, observados pela via do fenômeno lingüístico-discursivo da ironia.

Com efeito, a motivação desta tese surgiu do interesse em se refletir sobre a presença da ironia em vários tipos de discursos, constituindo-se como manifestação da linguagem em funcionamento. E é por esse viés que o jornalista em estudo, por meio de seus artigos de opinião, faz uma análise crítica do caótico momento político por que passa nosso país. Nesse sentido, Toledo revela a função social do discurso irônico, com pitadas de humor e sarcasmo sobre a política atual: a crítica reflexiva.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, abordei a imprensa e a notícia veiculada pela mídia impressa, tendo como viés teórico três sustentáculos fundamentais: a Análise de Discurso de linha francesa, o fenômeno lingüístico-discursivo da ironia, seus efeitos de sentido, seus deslizos, suas rupturas e, por fim, o jornalismo, considerado um gênero discursivo que existe na relação entre sujeitos, com características singulares, articulando-se entre a história e a memória.

Com este trabalho, aprendi coisas que me fizeram adotar uma nova postura em relação ao discurso. As leituras e reflexões sustentadas por Bakhtin, Orlandi, Pêcheux – apoiados na afirmação de Saussure de que a língua se constitui como fato social –, guiaram-me com segurança à ideia de que a língua é, realmente, um fato social. De acordo com as ideias do Círculo de Bakhtin, o homem dialoga com a realidade por meio da linguagem, o que determina sua relação com a exterioridade, com a ideologia e o inconsciente.

Essa visão dialógica vai além da descrição dos elementos estritamente lingüísticos, na medida em que também busca os elementos extralingüísticos, que articulam, de alguma forma, a interação com o meio social, histórico e ideológico.

Orlandi (1999, p.10-11) sustenta que o discurso é “incompleto, sem início absoluto, nem ponto final definitivo”. Arrisco-me a dizer que posso me inspirar nessa autora para afirmar que minhas considerações sobre este trabalho também são incompletas, inconclusas, já que entendo que não é possível colocar um ponto final definitivo nos estudos e nas reflexões sobre o discurso.

Aprendi muito com este trabalho. É claro que senti um grande prazer e também um grande alívio em terminá-lo. Acho que deve ser alguma sensação semelhante à do dever cumprido. Mas também sinto que me tornei mais ansiosa e inquieta em perceber que, quanto mais se estuda, quanto mais se lê, conclui-se que ainda não se sabe quase nada, que ainda há muito a se estudar, a se refletir sobre a língua, o sujeito e seus processos de identificação, o discurso, seu funcionamento, seus sentidos, que escapam.

Tendo em mente as análises e reflexões de Brait, Orlandi e Ida Lúcia Machado, compreendi que, “para o estudo da significação, importa tanto aquilo que é construção como o que é processo de autodestruição do sentido” (ORLANDI, [1883] 2012b).

Observei que o fenômeno linguístico-discursivo da ironia, ao jogar com a lógica dos contrários, pode se apresentar como uma estratégia desviante, difícil de ser analisada. A ironia se apresenta, arditamente, em textos considerados sérios, agride instituições vigentes, descobre verdades cristalizadas, abafadas por outros discursos considerados como mais sérios, ao tempo em que procura contar com a adesão e a perspicácia de seu interlocutor.

Ao me debruçar sobre o estudo da ironia, compreendi que essa estratégia discursiva se mostra presente no discurso do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, especialmente em seus artigos de opinião, que estabelecem o modo como as palavras significam, apontando fatos da língua, como o equívoco, as rupturas, os deslizamentos de sentido.

Nos artigos opinativos de Toledo que compõem o *corpus* desta tese, pude perceber a opacidade da língua nas metáforas utilizadas pelo jornalista, nos interdiscursos, na heterogeneidade, na escolha de conteúdos e nos vários deslizamentos de sentido que indicam o posicionamento desse articulista.

Com seu estilo elegante, seu humor irreverente, presentificados no espaço lúdico de significação, instaurado pela ironia e seus efeitos derrisórios, Toledo mostra seu empenho em seduzir o leitor e contar com sua conviência ao levá-lo a apreender o inteligível e a se constituir como intérprete.

Nesse sentido, o jornalista não procura divertir seu leitor de maneira banal, mas, sim, levá-lo a fazer uma reflexão sobre determinados situações que ocorrem na sociedade, como também sobre os acontecimentos atuais da política e da corrupção que se esconde no submundo da política em nosso país.

Seguindo por essa via, observei que a ironia pode assumir um efeito de sentido diverso do humor, do cômico, ao ser utilizada pelo jornalista supracitado como estratégia argumentativa, destacando não somente o *que* é dito, mas, principalmente, *como* é dito. Por essa via, ao acompanhar o trajeto histórico de um gênero midiático discursivo, pude observar e analisar os sentidos materializados nos textos do gênero discursivo artigo de opinião publicados por esse articulista.

Ao utilizar a ironia como estratégia argumentativa, seus artigos configuram-se como discursos da mídia politizada, que apontam uma nova interpretação dos acontecimentos veiculados pela mídia impressa, desnudando deslizes, rupturas, significações contraditórias, em um estilo permeado de ironia, humor e derrisão.

O articulista apresenta seu ponto de vista em uma relação dialógica com discursos outros, que abordam os mesmos temas, o que revela uma relação de heterogeneidade mostrada, como sustenta Authier-Revuz. Em verdade, essas marcas da heterogeneidade são comuns no discurso jornalístico. Nesse sentido, o discurso do jornalista selecionado realiza uma abordagem discursiva que permite ao seu interlocutor realizar uma leitura considerada como produção de sentidos.

Isso explica que o leitor é constituído como interlocutor, pois, além de apropriar-se de um texto único, com sua história e seu conhecimento de mundo, ele se propõe a apreender os enunciados veiculados pelo autor do texto, e ainda procura interagir com os discursos outros presentes no discurso do autor.

Compreendi também que o sujeito da Análise de Discurso não é o sujeito empírico, não é o sujeito físico. Em verdade, trata-se da posição sujeito que é projetada no próprio discurso e permite passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso.

Em suma, ao se constituir o leitor como um sujeito ativo, observa-se que o sentido é construído, isto é, trata-se de um sentido co-construído, pois, como aponta Orlandi (1987, p.180), o sentido de um texto não se encontra em seus interlocutores, não está em cada um deles de maneira isolada; está, de fato, no espaço discursivo que se abre entre eles, ou seja, está na “unidade a partir da qual eles se organizam”.

A imagem que o jornalista faz de si mesmo é a de que ele é detentor de um saber que o outro não tem, ou seja, ele está autorizado, por uma instituição, a mostrar sua opinião sobre um determinado acontecimento, haja vista que, imaginariamente, ele assume uma posição de imparcialidade.

Quanto ao sujeito leitor, a imagem que ele tem de si mesmo é a de que precisa estar informado, precisa tomar conhecimento do que ocorre na sociedade da qual faz parte. Em verdade, todos os sujeitos envolvidos não são indivíduos empíricos, mas projeções imaginárias de posições na estrutura social; ou seja, são posições constituídas nos processos discursivos. O enunciador e o destinatário, enquanto sujeitos, são pontos da relação de interlocução, que indicam as diferentes posições sujeito.

Além disso, observei que os deslocamentos de enunciados de um campo discursivo para outro produzem diferentes efeitos de sentido, por estarem ligados a formações discursivas distintas.

Compreendi também que a Análise de Discurso sustenta uma nova compreensão – que não é linguística – de paráfrase e de metáfora, bem diferente do que se vê e se aprende nos estudos literários. Isso possibilita que o analista de discurso relacione o que é estabilizado àquilo que se encontra sujeito ao equívoco, determinando a linguagem como lugar de debate, de conflito.

Ao longo do trabalho, pude compreender que as normas da esfera jornalística que determinam a objetividade e a neutralidade na produção da notícia foram discutidas e colocadas em oposição às reflexões advindas da Análise de Discurso, que apontam a opacidade, a não transparência da língua.

Isso explica que, em sua pretensa objetividade, o discurso jornalístico pode ocultar outras vozes, que dialogam umas com as outras, revelando ambiguidade, ironia, apontando a presença da interdiscursividade nesse discurso. São as vozes do jornal, a do próprio jornalista, a voz do entrevistado, do entrevistado ou do especialista. Enfim, são inúmeras vozes, que estão em um diálogo contínuo, confrontando-se, apoiando-se, no processo de produção e veiculação das notícias.

A partir dessa perspectiva, o jornalista assume o papel de porta-voz de seus leitores: procura se posicionar em relação aos acontecimentos noticiados por ele, mostrando, dessa maneira, a desconstrução do mito da objetividade na produção da notícia, ao denunciar o que foge à regra, às normas sociais.

Em relação às condições de produção de um discurso, verifica-se que é importante considerar tanto o contexto imediato como o contexto amplo.

No que se refere à revista *Veja*, o contexto imediato é constituído pela redação, os jornalistas e outros profissionais que trabalham na produção e veiculação da notícia. Já o contexto amplo, é aquele que introduz no discurso os

sentidos que se mostram presentificados na sociedade, na própria história e acabam por afetar a memória. Nesse sentido, os dois contextos, o imediato e o amplo, ficam na exterioridade do texto, exercendo papel relevante à construção do próprio texto.

Cabe ao analista compreender que o texto constitui-se como a parte visível. Contudo, além do texto, o analista se debruça sobre uma parte discursiva, que é sustentada pela história e pela ideologia.

Os artigos de opinião de Roberto Pompeu de Toledo revelam por um jornalista perspicaz e bastante habilidoso ao usar as palavras. Ao mesmo tempo em que ele expressa sua voz autoral sobre os temas polêmicos que aborda em seus textos, Toledo também articula sua crítica aguda, exigindo um interlocutor perspicaz e bem informado, capaz de reconhecer e de interpretar suas estratégias discursivas, que saiba responder de maneira ativa ao que lê.

Em suma, o estudo realizado por essa pesquisa não pode ser considerado conclusivo, já que podem surgir outras interpretações dos artigos opinativos selecionados nessa difícil porém instigante tarefa de se estudar o discurso e seus deslocamentos, seus efeitos de sentido, nesse jogo enunciativo entre implícitos e explícitos presentificados no fenômeno lingüístico-discursivo da ironia.

Portanto, este percurso me proporcionou a compreensão da relevância da Análise de Discurso para apreender os sentidos produzidos em textos da mídia impressa, apontando a historicidade da linguagem. Como resultado, a Análise de Discurso possibilita uma compreensão da constituição dos trajetos dos sujeitos e dos sentidos, materializados em seus discursos, em suas relações que se fazem e se refazem continuamente no âmbito de suas práticas sociais.

Como pontua Orlandi (1999), “O dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato. Tanto é assim que fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores”

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad.: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, p. 25-42, jul./ dez. 1990.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1997.

BARONAS, R. L. *Ensaio em análise do discurso: questões analítico-teóricas*. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

BENETTI, M. A análise do discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007. p.107-122.

_____. A ironia como estratégia discursiva da Revista Veja. *Líbero*, Ano 10, n. 20. dez, 2007.

_____; HAGEN, S. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Ano 7, n. 1, p. 123-135, jan./jun. 2010.

_____. O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia*, São Paulo: PUC, n.15, 2008.

BONNAFOUS, S. Sobre o bom uso da derrisão em Jean-Marie Le Pen. In: GREGOLIN, M. R. V. *Mídia e discurso: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Trad.: Ângela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Discurso político*. Trad.: Fabiana Komesu; Dílson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

COURTINE, J-J. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FARACO, C. A. Bakhtin: a invasão silenciosa e a má leitura. In: _____ et al. *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba: Hatier, 1988.

_____. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.

_____. Zellig Harris: 50 anos depois. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, p. 247-252, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. In: *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p.161-193.

_____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M.; ENDRUWEIT, M. A noção de discurso na teoria enunciativa de Émile Benveniste. *Revista Moara. Estudos Linguísticos*, n. 38, p.196-208, jul./dez. 2012.

_____. Enunciação, Dialogismo, Intersubjetividade: um estudo sobre Bakhtin e Benveniste. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, n. 1, p. 143-164, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. *Manual da redação*. 4. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. *Manual geral de redação*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 1987.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *A ordem do discurso*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na Análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso de mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, M. R. et al. *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNES; FCL, 2001.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. Trad.: João Wanderley Geraldi. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Unicamp, 1982. v. 4.

GUIMARÃES, E. Enunciação e história. In: *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Relatório Pinotti: o jogo polifônico das representações. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Niterói: EdUFF, 2005.

MACHADO, I. L. A ironia como fenômeno linguístico-argumentativo. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte: UFMG, Ano 4, v. 2, p.143-155, jul./dez. 1995.

_____. A Paródia: uma estratégia de provocação? *Linguagem. Estudos e Pesquisas, Catalão (GO)*. v. 16, n.1/2, p. 17- 33, jan./dez. 2012.

_____. A paródia, um gênero “transgressivo”. In: _____; MELLO, R. (Org.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

MACHADO, M. B. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 14, 1-11 jan./jun. 2006.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad.: Freda Indursky; Solange Maria Ledda Gallo; Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3. ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1977.

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1999.

_____. Destrução e construção do sentido: um estudo da ironia. *Discursividade webrevista*, Campo Grande(MS), 2012.

_____. *Foi “análise de discurso” que você disse?: análise de discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. Ler Michel Pêcheux hoje. In: _____ (Org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. A polissemia da noção de leitura. In: _____ (Org.). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad.: Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. *Análise de discurso: textos selecionados*: Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni P. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

PINTO, M. J. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

PIOVEZANI FILHO, C. Vozes do discurso político: sujeitos, sons e sentidos. *Linguagem & Ensino*. Pelotas, v.11, n.1, p. 15- 31, jan./jun. 2008.

POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Pragmática na análise do discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 30, p. 71- 83, jan./jun. 1996.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/12149/7543>> Acesso em: 10 jan. 2017.

SANT'ANNA, A. R. Paródia, paráfrase e cia. São Paulo: Ática, 1985. In: SANTOS, A. O. *A paródia publicitária à luz da semiolinguística*. Niteroi: Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras, 2008.

SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

TOLEDO, R. P. de. A xacina do testo. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril. 21 de setembro de 2014.

TOLEDO, R. P. de. Alívio! nunca mais nunca antes. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril. Ano 44, n. 2, 12 jan. 2011.

_____. Coragem e audácia. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril, Ano 49, n. 43, 26 out. 2016.

_____. O oligarca perfeito. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril, 8 abr. 2009.

_____. Palavras que ferem, palavras que salvam. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril, 25 mar. 2009.

_____. Pode piorar sim, Tiririca. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, 25 ago. 2010.

_____. Vem aí o PAC. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, Ano 40, n. 1, 10 jan. 2007.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, R.S: Editora da Unisinos, 2001.

_____. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. *Insular*, Florianópolis, v. 2, 2005.